



CLIPPING CAPITAL

22/6/2017



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**

ANO XXI
EDIÇÃO 113



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Poder
Legislativo

Diário da Assembleia Legislativa – 18ª Legislatura

Imprensa Oficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cauê Macris – Presidente

Luiz Fernando T. Ferreira: 1º Secretário
Estevam Galvão: 2º Secretário
Chico Sardelli: 3º Secretário
Adilson Rossi: 4º Secretário

Analice Fernandes: 1ª Vice-Presidente
Maria Lúcia Amary: 2ª Vice-Presidente
Milton Vieira: 3ª Vice-Presidente
Jooji Hato: 4ª Vice-Presidente

Palácio 9 de Julho • Av. Pedro Álvares Cabral, 201 • Ibirapuera • São Paulo • CEP 04097-900 • Tel. 11 3886-6000

www.al.sp.gov.br

Volume 127 • Número 115 • São Paulo, quinta-feira, 22 de junho de 2017

www.imprensaoficial.com.br



MANDATO EM PAUTA



Nesta edição, a Assembleia Legislativa de São Paulo dá continuidade à série de entrevistas com os 94 deputados. Cada parlamentar apresentará um breve balanço do mandato, além dos projetos que consideram prioritários para o Estado. Hoje, o entrevistado é o deputado **Chico Sardelli** (PV). **PÁG. 2**

Comissão debate condições de ferrovia

MATEUS LIMA - FOTO: MARCO ANTONIO CARDELINO

A Comissão de Transportes e Comunicações da Alesp discutiu nesta quarta-feira (21/6) as condições do trecho ferroviário que corta o município de São José do Rio Preto, onde dois descarrilamentos foram registrados nos últimos quatro anos. Os deputados decidiram reunir-se com as autoridades da companhia ferroviária Rumo ALL, responsável pelo trecho em questão (concedido pelo governo federal, em território paulista), durante a segunda semana de agosto (9/8). O objetivo do encontro será que a empresa apresente seu plano de negócio, incluindo os investimentos previstos.

Além disso, foi resolvido que

na próxima quarta-feira (28/6) a Comissão ouvirá o presidente da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE), Luiz Carlos Ciochi. O presidente e outros representantes da companhia serão convidados para debater a situação do serviço de balsa que serve a Ilha do Bororé.

Projetos de lei

Durante a reunião, os deputados foram favoráveis à proposta que pretende fixar a taxa de 3% do valor do bem para o IPVA de veículos flex ou bi-combustível. De acordo com o Projeto de Lei 330/2010, do ex-deputado Waldir Agnello (PTB), a taxa atual para esses veículos no Estado de São Paulo é de 4%.

Outro projeto com parecer favorável propõe regulamentar



Deputados reúnem-se com autoridades para discutir condições do trecho ferroviário de São José do Rio Preto

os recursos destinados à comunicação social do Estado. O PL 516/2012, de autoria do ex-deputado Luiz Claudio Marcolino (PT), destaca que o valor a ser destinado será de, no mínimo, 30% para ações de comunicação

social, que "devem contemplar obrigatoriamente as mídias de abrangência local, especialmente as de caráter comunitário e de distribuição gratuita".

Além do presidente da Comissão, deputado João

Caraméz (PSDB), participaram da reunião José Zico Prado e Enio Tatto (PT); Carlão Pignatari (PSDB); Aldo Demarchi (DEM); Chico Sardelli (PV); Léo Oliveira (PMDB); Gileno Gomes (PSL) e Roberto Moraes (PPS).

Secretário da Fazenda apresenta relatórios de gestão fiscal - Pág. 3



Secretário (à esq.) diz que houve prudência na gestão

Assembleia realiza fórum com prefeitos para discutir a crise na Unesp - Pág. 3



Autoridades debatem crise na instituição



MANDATO EM PAUTA

Entrevista com o deputado Chico Sardelli

BEATRIZ CORREIA - FOTO: VERA MASSARO

Verde no partido e verde no time de futebol, o palmeirense e deputado Chico Sardelli (PV) interessou-se por política porque participava de projetos sociais na cidade de Americana. Ao se tornar presidente do Rio Branco Esporte Clube, em 1989, percebeu que levava jeito para a carreira pública. Em seu terceiro mandato como deputado estadual depois de dois como deputado federal, Sardelli fala, nesta edição do Mandato em Pauta, sobre a sua atuação nas áreas de esporte e meio ambiente, além de opinar sobre o futuro político e futebolístico do Brasil.

Como primeiro vice do parlamento, Chico Sardelli assumiu a presidência da Assembleia por 45 dias no início de 2015, quando o então presidente Samuel Moreira (PSDB) renunciou para assumir o cargo de deputado federal. Sardelli foi responsável por conduzir a eleição do novo presidente, Fernando Capez (PSDB), para o biênio 2015/2016.

Ele coordena duas frentes parlamentares na Alesp, a Frente Parlamentar em Defesa das Guardas Municipais do Estado de São Paulo e a Frente Parlamentar em Defesa do Setor Têxtil e de Confeção do Estado. É também membro da Comissão de Assuntos Desportivos e da Comissão de Transportes e Comunicações, além de vice-presidente da CPI do Detran.

Reformas

A falta de legitimidade do governo do presidente Michel Temer, segundo Chico Sardelli, é o motivo da complicada situação política por qual passa o Brasil. Ele afirma que as reformas em pauta no país – Reformas Trabalhista e Previdenciária – e as que ainda serão discutidas precisam de um debate amplo e irrestrito com toda a sociedade. “O que eu percebi no governo Temer é uma pressa muito grande em função da vulnerabilidade do cargo. Ele quer promover as reformas ansiosamente para mostrar que o país está andando. Mas não é isso que nós estamos vendo”, explica.

Sardelli ressalta a importância e a necessidade das reformas para o Brasil, mas defende a discussão com a sociedade civil organizada para que elas não fiquem

restritas aos políticos. O parlamentar afirma que a democracia é fortalecida por todo este processo e acredita em outro regime de governo para o país. “Nós estamos nisso justamente porque a democracia permite que todos falem o que pensam. Eu sou contra o presidencialismo. Nós do Partido Verde defendemos o parlamentarismo. Num regime deste, essa crise não se arrastaria por tanto tempo. Seriam convocadas novas eleições, novo governo e teríamos condição de prosseguir sem o país sofrer tanto”, disse.

Meio ambiente e interesse social

Tendo o meio ambiente como uma das bandeiras de seu mandato, o deputado é responsável pela lei que institui o Programa de Proteção e Conservação às Nascentes de Água, e outra que regulariza o destino de embalagens de óleos lubrificantes nos postos de combustíveis. A norma institui que o consumidor dos produtos deve devolver a embalagem ao estabelecimento da compra e este fica obrigado a aceitá-las e armazená-las, respeitando as normas ambientais e de saúde pública.

Ainda no setor ambiental, Chico Sardelli propôs um projeto de lei que torna obrigatório o aquecimento de água por meio da energia solar em todo prédio do governo do Estado de São Paulo ou financiado pelo Tesouro Estadual. Além disso, outra proposta prevê a instalação de cisternas para captação e retenção de águas de chuva em novas construções.

A lei que institui o Dia Estadual do Combate à Violência Contra a Mulher, comemorado em 25 de novembro, é uma iniciativa de Chico Sardelli. De acordo com pesquisa feita pelo Senado Federal, em 2014 mais de 50 mil mulheres sofreram estupro e as ligações para o Disque Denúncia (180) ultrapassaram as 40 mil chamadas. O número de homicídios de mulheres foi ao redor de 5 mil e a taxa de mortes de negras (62%) foi quase duas vezes maior que de mulheres brancas (32%). O deputado Chico Sardelli afirma que a data é um ponto de partida para a conscientização: “Nós não deveríamos precisar de um dia para combater a violência contra a mulher porque essa violência nem deveria existir”.

Outras propostas de lei do deputado que priorizam o interesse social sugerem a isenção do pagamento de taxas para idosos maiores de 60 anos em eventos esportivos e obriga empresas de transporte intermunicipal



a disponibilizar gratuitamente a rede Wi-fi para uso dos passageiros. Pela norma, a internet deve ser suficiente para atender a todos os viajantes no caso de o ônibus estar transportando a quantidade máxima de pessoas.

Os prejuízos do aspartame para a saúde da população foi o motivo para Sardelli sugerir um projeto de lei que proíbe a comercialização da substância e seu uso nos alimentos e bebidas comercializados no Estado. “Estudos mostram que o aspartame contém produtos altamente cancerígenos na sua composição. Eu fui ler a respeito e me convenci de que é maléfico à saúde”, explica.

Futebol e futuro político

Com a Copa do Mundo de 2018 se aproximando, o ex-presidente do Rio Branco Esporte Clube comenta que não existe mais o favoritismo da seleção brasileira. “O mundo evoluiu futebolisticamente, assim como nós evoluímos em outros setores também”, diz. Sardelli afirma que o país pode ter vários talentos individuais, mas não é o único a se destacar. “Não temos mais o privilégio de ser o celeiro de grandes craques. Hoje eu vejo a China jogando um bom futebol e a Alemanha como favorita. Mas o nosso país não deixa de ser referência. Em qualquer Copa do Mundo ele está entre os seis que mais se destacaram”, conta.

Chico Sardelli ajudou a fundar o Partido Verde na região de Americana e, pela identificação com as lutas e conquistas, pensa em concorrer à reeleição. “Enquanto puder ser útil à minha comunidade, eu não me furtarei a oportunidade de estar presente e ajudando”, afirma.

Secretário da Fazenda apresenta relatórios de gestão fiscal

KEIKO BAILONE - FOTO: MARCO ANTONIO CARDELINO

O economista e atual secretário da Fazenda Hércio Tokeshi afirmou que o equilíbrio, a prudência e responsabilidade nos gastos fizeram com que o Estado de São Paulo obtivesse um pequeno crescimento. A afirmação foi dada nesta quarta-feira (21/6), na reunião da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Alesp.

Ao apresentar os relatórios de gestão fiscal do último quadrimestre de 2016 e dos primeiros quatro meses deste ano, Tokeshi referiu-se à crise como “quatro anos de ajuste fiscal na maior recessão dos últimos cem anos”, para lembrar que o Estado de São Paulo construiu ferramentas para que se pudesse fazer a contenção de despesas de maneira responsável. “Se essa contenção tivesse sido feita de maneira irresponsável e grosseira, as despesas teriam aparecido”, declarou. Segundo o secretário, o Estado paulista procura manter a tradição de ter “um pouco de sobras para pagar os juros da dívida”.

Tokeshi informou que as dívidas do Estado somaram, em 2016 e também no primeiro quadrimestre deste ano, cerca de R\$ 250 bilhões, ou seja, 175,5%, quase atingindo o limite de 200% da Lei de Responsabilidade Fiscal. “Faz sentido um ente estatal ter dívidas, desde que as use para financiar investimentos”, afirmou. Admitiu ser alta a dívida do Estado, principalmente com o governo federal, mas garantiu que a contrapartida é a infraestrutura oferecida.

Despesas com pessoal

Segundo Tokeshi, nas despesas é que aparece o exercício de prudência. Ele citou como exemplo de “limite prudencial” os gastos com pessoal. O funcionalismo público completa o



Hércio Tokeshi e Wellington Moura durante o debate

quarto ano sem aumento salarial. Sobre isso, afirmou que, enquanto não houver aumento significativo da receita, terá que continuar “segurando salários”. Referiu-se também ao peso oriundo do aumento na folha de pagamento de servidores públicos aposentados, que chega a 31%. Já a dos servidores ativos, chegaria a 33% da receita.

“O grande mérito de São Paulo, no meio desta recessão, é que o Estado não deixou de honrar a folha de pagamento”, justificou o secretário, explicando que quando há falhas no pagamento de pessoal, outros setores como fornecedores e bancos já foram afetados.

Ainda como exemplo de uma atuação prudente, Tokeshi disse ser melhor fazer contingenciamento no começo e liberar recursos no final do ano. “Nós prevíamos um PIB zero, com receita muito menor, e tivemos que cortar despesas. Temos que nos considerar sortudos, porque a recuperação econômico-financeira está com dificuldades de se materializar”, observou.

Comportamento versus arrecadação

Sobre a queda na arrecadação do ICMS, o carro-chefe das receitas, Tokeshi explicou que se deveu a dois fatores: a mudança de hábitos da população e a saída das indústrias da capital paulista, hoje uma cidade com características de comércio e serviços.

“Face à desindustrialização da capital, a arrecadação foi mais direcionada aos setores de comércio e bebidas, nos quais houve também uma fiscalização mais rigorosa. Além disso, houve a revisão de benefícios de alguns produtos, que redundou no aumento de taxas de cigarros e bebidas”, disse.

Tokeshi respondeu a perguntas dos parlamentares presentes: Wellington Moura (PRB), na presidência; Barros Munhoz, Hélio Nishimoto, Marco Vinholi, Carlão Pignatari, Vaz de Lima e Roberto Massafera (PSDB); Davi Zaia e Roberto Morais (PPS); Orlando Bolçone (PSB); Enio Tatto e Teonílio Barba (PT); Ceizinha de Madureira e Edmir Chedid (DEM); e Jorge Caruso (PMDB).

Assembleia realiza fórum com prefeitos para discutir a crise na Unesp

DA REDAÇÃO - FOTO: ROBERTO NAVARRO

O primeiro fórum entre gestores da Unesp (Universidade Estadual Paulista), prefeitos e deputados ocorreu na Assembleia Legislativa, na manhã desta quarta-feira (21/6). O objetivo do encontro foi debater e encontrar soluções para os problemas enfrentados pela universidade que, atualmente, possui 34 unidades em 24 municípios do Estado.

Durante a discussão, destacaram-se cinco aspectos: a crise econômica do país; o crescimento da folha de pagamento dos inativos; as decisões do Cruesp (Conselho de Reitores das Universidades de São Paulo); a expansão de Campus; e o programa de inclusão, sem financiamento específico, de permanência estudantil.

A fim de apresentar um panorama da situação em que se encontra a instituição, o professor Alvaro Martim Guedes, assessor da Pró-reitoria de Administração, mostrou dados sobre os impactos socioeconômicos da Unesp nos municípios paulistas. Além disso, o reitor Sandro Roberto Valentini falou sobre o impacto financeiro dos programas de expansão, de inclusão e de permanência estudantil.

“A partir de 1995, a instituição cresceu quase três vezes mais do que o financiamento. Houve uma expansão muito acentuada, mas não estávamos preparados. Mal havíamos recuperado o impacto do crescimento e fizemos o terceiro ciclo de crescimento”, destacou Valentini, e afirmou que a Unesp apostou no planejamento de crescimento do país e do PIB, mas não se preparou para a crise.

Outro ponto tratado pelo reitor foi o impacto da absorção da folha de pagamento dos inativos. Segundo ele, desde a autonomia das universidades, em 1989, esse problema vem consumindo a folha de pagamentos não só da Unesp, mas também da USP e da Unicamp. “A folha de pagamentos total da Unesp chegará a R\$ 175 milhões no ano que vem. Além disso, sofreremos com a insuficiência provocada pela falta dos repasses. Por estes motivos, estamos nos asfixiando”, completou.



Alvaro Martim Guedes fala durante a reunião

Programas de permanência estudantil

Em 2018, o custo dos programas de permanência estudantil chegará a R\$ 70 milhões - valor que comprometerá praticamente 20% do custeio da verba da universidade. Valentini considera que se deve continuar promovendo oportunidades aos estudantes de graduação que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mas apontou questões a serem resolvidas. Uma delas é a dúvida sobre quem financiará os instrumentos de odontologia para os estudantes carentes do campus de Araçatuba. “Nós estamos fazendo a inclusão e isto está afetando até cursos em que normalmente a condição socioeconômica dos alunos é alta. Entregamos um documento ao governador mostrando o impacto do projeto de inclusão que foi solicitado”, destacou.

O deputado Roberto Massafera (PSDB) destacou a importância da instituição para a sociedade e disse que tem consciência de que os aposentados configuram uma questão a ser resolvida. Davi Zaia (PPS) considerou extremamente

importante o debate. “A partir da transparência da exposição da crise, temos noção da situação real e dos problemas que temos pela frente”, declarou.

Fernando Cury (PPS) considera a instituição responsável pela democratização do ensino superior no Estado de São Paulo. Ele acha que, quando houve a autonomia das universidades, não foi previsto o crescimento da folha de inativos. “Temos que criar uma comissão, composta por deputados, representantes da Unesp e agentes do governo, para resolver estas questões, entendendo os erros e gargalos da situação para traçar os caminhos” disse.

Além dos citados, participaram da reunião os deputados Pedro Tobias (PSDB); Beth Sáhõ, Carlos Neder e João Paulo Rillo (PT); Aldo Demarchi e Estevam Galvão (DEM); Orlando Bolçone (PSB); Ricardo Madalena (PR) e Doutor Ulysses (PV). Compareceram também diretores, servidores de campus da Unesp e prefeitos e vereadores de diversas cidades do Estado.

opinião

O risco no roubo de armas

CORONEL CAMILO*

Faço um destaque como Comandante-Geral da Polícia Militar que fui por três anos: São Paulo possui, há muito tempo, os melhores índices de vítima por homicídios, equivalente a 8,46 por 100 mil habitantes. No entanto, sou enfático em dizer que não podemos nos dar ao luxo de um retrabalho. Digo isso já que os roubos de armas dos fóruns são ocorrências cada vez mais frequentes.

É sabido: quase todas as armas são apreendidas pela PM. No final, acabam sendo roubadas novamente? Não faz sentido. E os casos assim seguem pelo Estado de São Paulo. Houve o roubo de aproximadamente 400 armas que estavam à disposição da Justiça no Fórum de Diadema, na Grande São Paulo,



ocorrido no último fim de semana, somado a outro episódio recente, em que criminosos levaram 300 armas do Fórum do Guarujá, na Baixada Santista.

Os dois casos causam enorme apreensão na sociedade paulista. São centenas de armas, algumas até de grosso calibre, que voltam para as mãos de criminosos - um fato que leva insegurança aos cidadãos e fortalece quadrilhas dispostas a enfrentar o combate feito pelas forças de segurança, aumentando ainda mais o risco de morte dos policiais.

Essas ações, invariavelmente, demandam esforço, emprego de técnica apurada, grande número de equipamentos e homens envolvidos, além, é claro, do risco inerente a toda ação policial. Esses episódios merecem ser tratados com enorme seriedade, pois geram sentimento de desânimo, tanto na sociedade quanto nos homens

encarregados de combater a criminalidade, pois eles já suportam a pesada rotina policial.

Entendo que as armas, sendo produto de crime, uma vez apreendidas devem ser periciadas rapidamente. O juiz responsável pelo processo, após dar oportunidade para advogados e membros do Ministério Público se manifestar a respeito da perícia, deve verificar se essas armas têm serventia para as forças policiais, caso contrário, providenciar a destruição do armamento o mais rápido possível.

Segundo o Instituto Sou da Paz, existem mais de 700 mil armas de fogo armazenadas nos fóruns do Brasil, um verdadeiro arsenal vulnerável a ações de criminosos. Quanto menos armas houver nos fóruns, melhor para a população brasileira. Está provado que esses locais não têm segurança adequada para a preservação desses armamentos. Falta celeridade neste processo!

(*) Coronel Camilo é deputado pelo PSD

Os artigos publicados nesta seção Opinião são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista do Parlamento paulista, de outros parlamentares, de suas legendas ou do Departamento de Comunicação e seus órgãos subordinados.

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 JULIO MESQUITA (1862 - 1947)

Quinta-feira 22 DE JUNHO DE 2017 R\$ 4,00 ANO 138 Nº 45173 EDIÇÃO DE 0H30 estadão.com.br



Paladar

Vinhos de inverno
Uma seleção de 40 rótulos abaixo de R\$ 100, para o frio

Esportes

Bebida nos estádios
FPF faz lobby contra veto à venda de bebida alcoólica. **PÁG. A18**

Caderno2

Cinema
Leandra Leal dirige Rogéria no filme *Divinas Divas*



ALEX SILVA/ESTADÃO

VTRENEFLIMES

STF indica que confirmará delaçãoção de Joesley Batista

Em julgamento iniciado ontem, plenário do Supremo deve manter hoje Edson Fachin como relator do caso

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve confirmar hoje a homologação da delaçãoção do Grupo J&F e a manutenção de Edson Fachin como relator do caso. Em julgamento iniciado ontem, ministros indicaram que a maioria deve apoiar a decisão de Fachin e confirmar que cabe ao relator do caso dar a palavra na colaboração. Além de Fachin, Alexandre de Moraes votou e ressaltou que o ato de homologação é "formal". Durante a sessão, Celso de Mello, Marco Aurélio Mello e Luiz Fux indicaram que votarão para que a colaboração dos irmãos Joesley e Wesley Batista não seja revisada neste momento. O ministro Gilmar Mendes voltou a criticar ontem acordos firmados entre delatores e o Ministério Público. Para Gilmar, que passou a maior parte do julgamento fora do plenário, há notícias de acordos que ofendem o princípio da legalidade. A discussão no Supremo, hoje, deve girar em torno da possibilidade de análise, pelo Judiciário, do acordo firmado em delaçãoção premiada. **POLÍTICA / PÁG. A4**

● **Joesley: 'Temer sugeriu amigo'**
Joesley Batista disse à PF que Temer tentou indicar o advogado José Yunes para conduzir acordo judicial com uma empresa em disputa contra o Grupo J&F. Yunes, que receberia R\$ 50 milhões, nega. **PÁG. A5**

Justiça decide barrar venda de ativos da JBS

A Justiça barrou o desbloqueio de bens da JBS que já haviam sido negociados com a rival Minerva. Em outra ação, a AGU pediu o bloqueio de bens da empresa e de responsáveis pelos financiamentos no BNDES. A JBS diz ser vítima de "retaliação". **ECONOMIA / PÁG. B1**



Em Brasília. Empresário Joesley Batista deixa sede da PF após prestar depoimento na Operação Patmos

Professor ganha, em média, R\$ 3,3 mil
METRÓPOLE / PÁG. A17

CCJ do Senado aprova 'recall' para presidente
POLÍTICA / PÁG. A9

Ações contra planos de saúde dobram em 1 ano
METRÓPOLE / PÁG. A15

Tempo em SP 21º Máx. 14º Min.

Abdelmassih vai cumprir restante da pena em casa

Preso desde 2014, o ex-médico Roger Abdelmassih vai cumprir pena em casa. A Justiça de Taubaté concedeu o benefício por entender que ele tem enfermidades severas, que podem ser agravadas na prisão. Abdelmassih foi condenado a 181 anos por estupro. **METRÓPOLE / PÁG. A16**

Recado da rainha?

Elizabeth II apareceu ontem com chapéu que lembra a bandeira da União Europeia e deu origem a especulações. **INTERNACIONAL / PÁG. A11**



CARL COURT/AP

Campanha para o 'Estadão' ganha prêmio em Cannes

Plataforma "De Real para a Realidade", desenvolvida pela FCB Brasil para o Estadão, ganhou dois Leões de prata, ontem, no Cannes Lions. Também ontem, a Câmara Americana de Comércio e o Estadão renovaram parceria para realização do Prêmio Eco 2017. **ECONOMIA / PÁG. B2**

Planalto exonera aliados de senador após derrota na trabalhista

O Planalto exonera ontem dois servidores indicados pelo senador Hélio José (PMDB-DF), em reação à derrota na votação da reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, anteontem. Pelo menos mais um corte deve ser feito hoje. O senador foi um dos três aliados que ajudaram a derrubar relatório a favor da reforma. A retaliação foi interpretada como uma forma de o governo tentar conter possível debandada da base. **POLÍTICA / PÁG. A8**

NOTAS & INFORMAÇÕES

Lições de uma derrota

A rejeição da reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Sociais do Senado serviu para reiterar a duvidosa qualidade da base de apoio a Michel Temer no Congresso. **PÁG. A3**

● Coluna do Estadão

Para o prefeito de São Paulo, João Dória (PSDB), "o termômetro da agonia" do governo Temer, numa escala de 1 a 10, "hoje, seria 8". **PÁG. A4**

Dória quer vender 240 imóveis para criar fundo

O prefeito João Dória quer vender imóveis da Prefeitura de até 10 mil metros quadrados, além de um terreno de 50 mil metros em Pinheiros, para criar um fundo imobiliário. O projeto deve contemplar pelo menos 240 endereços que, somados, têm valor venal de R\$ 380 milhões. **METRÓPOLE / PÁG. A14**

Celso Ming

Governo Temer passou a dar mais importância à sua sobrevivência do que à agenda das reformas. **ECONOMIA / PÁG. B2**

Veríssimo

Nos países do Novo Mundo, o ambientalismo contradiz toda uma cultura empreendedora. **CADERNO2 / PÁG. C8**

NOTAS & INFORMAÇÕES

O horário gratuito e os nanicos

Sistema em vigor embute uma poderosa fonte de corrupção. **PÁG. A3**



Esta publicação é impressa em papel certificado FSC® garantindo o manejo florestal responsável, pelo S. A. O Estado de S. Paulo



Supremo indica que vai confirmar delação da JBS



STF. Os ministros Edson Fachin (dir.) e Alexandre de Moraes votaram ontem; Janot (esq.) se mostrou contrário a revisão

Breno Pires
Rafael Moraes Moura
Beatriz Bulla / BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve confirmar hoje a validade da homologação da delação do Grupo J&F – holding que inclui a JBS – e a manutenção do ministro Edson Fachin como relator do caso. Em julgamento iniciado ontem, ministros indicaram que a maioria deve apoiar a decisão de Fachin e confirmar que cabe ao relator do caso homologar acordos de colaboração premiada.

Além de Fachin, o ministro Alexandre de Moraes votou ontem e disse que o ato de homologação é “formal”. Na sessão, os ministros Celso de Mello, Marco Aurélio Mello e Luiz Fux indicaram que votarão para que não seja revisado, neste momento, o acordo de colaboração da JBS. As contas feitas por advogados apontam para ao menos outros seis votos, além dos de Moraes e Fachin, a favor da continuidade do ministro na relatoria e da manutenção do acordo.

Ao deixar o tribunal, questionado sobre o risco de o STF anular a delação, Marco Aurélio respondeu que a hipótese é “um delírio”. Também foi dada sinalização pelo plenário de que a Justiça só deve analisar o conteúdo do acordo no momento da sentença – ou seja, após a in-

vestigação e o processo penal que derivar da delação. O entendimento é comemorado, nos bastidores, por advogados de delatores e procuradores, pois significa que não cabe a discussão sobre o benefício concedido pelo Ministério Público no momento da homologação.

O julgamento pode definir parâmetros sobre o poder da Justiça na análise dos acordos de delação e os limites para o Ministério Público nesses casos. Investigadores da Lava Jato consideram que a decisão do STF pode colocar em risco a continuidade das investigações ou respaldar o trabalho da instituição.

O decano da Corte, Celso de Mello, e Fux apontaram que, mesmo a análise da efetividade do acordo, ao fim do processo, não pode gerar insegurança jurídica para o delator. Para o decano, se o colaborador cumprir as obrigações assumidas, não deve ser “surpreendido por um gesto desleal do Estado”.

A discussão hoje deve girar em torno dessa possibilidade de análise, pelo Judiciário, do acordo firmado em delação premiada. Para Fux, “mudar aquilo que foi estabelecido na delação” pode levar a “um estado de incerteza e insegurança”.

‘Tripla mortal’. Durante a sessão, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, se mostrou frontalmente contra a re-

PARA ENTENDER

Relatoria é questionada

Defesa do governador de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja (PSDB), que foi citado por delatores da J&F, questiona o fato de o ministro Edson Fachin ter sido escolhido automaticamente como relator do caso no Supremo Tribunal Federal. No entendimento dos advogados do governador, a relatoria da Operação Patmos – desdobramento da Lava Jato – deveria ter sido redistribuída por sorteio na Corte. Com isso, petição argumenta que Fachin não poderia ter homologado o acordo de delação e este, portanto, deveria ser anulado.

são do acordo de colaboração do Grupo J&F. Ele disse que isso fragilizaria o instituto da delação premiada e chamou de “salto tripla mortal de costas” a alegação de que os delatores da J&F não poderiam obter perdão judicial porque seriam líderes de organização criminosa.

“A essa altura, a homologação verifica voluntariedade, legalidade e regularidade. E per-

mitir uma revisão completa do acordo a essa altura terá consequência, sim, em vários outros acordos de colaboração premiada”, disse Janot.

Após o ministro Gilmar Mendes criticar acordos firmados pelo Ministério Público (*mais informações nesta página*), Celso de Mello saiu em defesa de instituição. “Não podemos desconfiar do Ministério Público. O Ministério Público tem tido atuação de grande importância no panorama jurídico nacional.”

O decano sinalizou, assim como Marco Aurélio e Fux, que é possível admitir o benefício da imunidade penal. Joesley Batista e os demais delatores da empresa receberam a garantia de que não seriam denunciados pela Procuradoria em razão do acordo firmado.

Janot afirmou, sem citar nomes, que a imunidade não é uma novidade e já foi usada em outras delações. Segundo apurou o **Estado**, receberam o benefício os filhos do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado e o empresário Nelson Mello, da Hypermarcas.

Para procuradores da Lava Jato, se o julgamento seguir o ritmo de ontem, o resultado será bom para a continuidade das investigações. O julgamento foi acompanhado de perto por advogados ligados a outros acordos já firmados com a Procuradoria-Geral da República.

Para Gilmar, há acordos que 'ofendem' legalidade

Ministro volta a criticar delações premiadas firmadas com Ministério Público; presidente do Supremo interrompe fala

BRASÍLIA

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, voltou a criticar ontem acordos de colaboração premiada firmados entre delatores e Ministé-

rio Público. Para o ministro, que passou a maior parte do julgamento fora do plenário, há notícias de acordos que "ofendem o princípio da legalidade", como no caso do empreiteiro Ricardo Pessoa, da UTC.

"A Procuradoria pode muito, mas pode tudo? É isso que a lei autoriza? De fato, se está reescrevendo a lei. Temos de esclarecer o que se pode fazer, sob pena de ficarmos em platinudes", afirmou Gilmar.

"No caso de Ricardo Pessoa,

condenado a mais de oito anos de reclusão, (*a pena*) foi substituída por regime domiciliar diferenciado. Isso não está na lei: uma espécie de prisão domiciliar com a possibilidade de progressão para regime aberto diferenciado. Portanto, no acordo se está legislando. Pergunta-se: pode? É possível fazer isso? E, no nosso caso, podemos examinar ou não?", questionou.

Ainda segundo o ministro, há acordos que suspendem o prazo prescricional sem nenhuma base legal. "No acordo de Sérgio Machado (*ex-presidente da Transpetro*), foi acordada a suspensão por dez anos. Está se reescrevendo a lei? A Procuradoria assumiu agora a função le-

gislativa nos acordos? Nós precisamos responder a isso." Para Gilmar, o caso da JBS é "ainda mais delicado", por causa da concessão de imunidade penal aos delatores do grupo.

A presidente do STF, Cármen Lúcia, interrompeu a fala de Gilmar e lembrou que o ministro Teori Zavascki, morto em janeiro, devolveu ao Ministério Público acordos de delação para que sofressem ajustes. Para um ministro ouvido reservadamente pelo **Estado**, a posição de Gilmar indica que ele poderá, no futuro, pedir a anulação da delação da JBS, mesmo que seja vencido no julgamento que será retomado hoje. / **ISADORA PERON, B.B., B.P. e R.M.M.**

Temer sugeriu amigo em briga judicial, diz Joesley

Empresário relata à PF que intermediação de acordo renderia R\$ 50 mi a ex-assessor especial do presidente; negociação, porém, não foi adiante

O empresário Joesley Batista, do Grupo J&F, dono da JBS, relatou à Polícia Federal, em depoimento na Operação Patmos, desdobramento da Lava Jato, que o presidente Michel Temer tentou indicar o advogado José Yunes "para intermediar um acordo com uma empresa em disputa judicial em andamento contra o Grupo J&F". Segundo Joesley, o negócio renderia R\$ 50 milhões a Yunes.

O empresário afirmou, porém, que o "acordo" para o qual Yunes teria sido indicado não foi adiante e que quem foi designado para conduzir a ação judicial foi Francisco de Assis, do Departamento Jurídico da J&F. "Este (Assis), no entanto, não sabia que se tratava de um pedido do presidente Michel Temer", relatou o empresário, que não informou detalhes sobre a disputa na Justiça em questão.

Joesley depôs no dia 16 deste mês. O depoimento foi anexado ao relatório parcial da PF do inquérito que investiga Temer. Yunes foi assessor especial de Temer na Presidência. Deixou o cargo depois de ser citado na delação da Odebrecht, em dezembro do ano passado.

O advogado José Luís de Oliveira Lima, defensor de Yunes, disse que seu cliente "jamais ne-

cessitou de qualquer interferência para atuar em demandas judiciais e nunca atuou em processo envolvendo a J&F ou a JBS". Antônio Claudio Mariz de Oliveira, advogado de Temer, criticou o relatório. "Autoridade policial não acusa, investiga."

Geddel. Apontado como operador do deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o corretor Lúcio Funaro entregou à PF reproduções de diálogos entre sua mulher, Raquel Funaro, e o ex-ministro Geddel Vieira Lima, aliado de Temer.

As correspondências via WhatsApp, que também integram o inquérito contra o presidente, reforçam a suspeita de que Geddel estaria preocupado com uma possível delação de Funaro e teria procurado Raquel, segundo os investigadores. Por meio de seu advogado, Bruno Espiñeira, Funaro, que está preso, fez chegar à PF "impressos de ligações" recebidas por Raquel de "Carainho", que seria Geddel. Os telefonemas são datados de 17, 18, 20, 23, 24, 29 e 31 de maio e de dia 1.º deste mês. Em 18 de maio, a PF deflagrou a Operação Patmos, com base na delação da JBS, que cita Temer.

O advogado Gamil Föppel, que defende Geddel, disse ontem que "rechaça a prática de



DIDA SAMPAIO/ESTADÃO

qualquer ilicitude" por parte do ex-ministro. / **FABIO SERAPIÃO, RICARDO BRANDT, JULIA AFFONSO e VALMAR HUPSEL FILHO**

Loures citou 'mala de amigo', afirma taxista

O taxista Daniel Rosa Pile, que transportou o ex-deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) em São Paulo, em 28 de abril, relatou à Polícia Federal que o ex-assessor do presidente Michel Temer afirmou ter ido a uma pizzaria pegar "a mala de um amigo". Naquela noite, Loures foi filmado pela PF saindo do estacionamento do estabelecimento nos Jardins carregando uma mala com R\$ 500 mil – o dinheiro seria propina paga pela JBS. O taxista disse que o destino

de Loures era o Aeroporto de Congonhas, mas que antes fez duas paradas. Segundo o relato, o ex-deputado desceu do táxi nas proximidades da pizzaria e "retornou com uma mala de viagem, colocada no porta-malas do táxi pelo próprio cliente".

"Na sequência, o cliente pediu para ir a um segundo endereço para buscar sua própria mala", disse Pile. "Nesta segunda parada, o cliente pegou a mala no porta-malas, entrou no prédio e pediu para esperar; depois de alguns minutos o cliente retornou com outra mala. Na sequência foram rumo ao aeroporto", consta do depoimento prestado pelo taxista.

Loures está preso desde 3 de junho. Ele nega que tenha recebido propina. / **F.S. e J.A.**

Presidentes citam combate à corrupção

Em declaração bilateral, Temer e Putin prometem cooperação; após denúncias de Lúcio Funaro, governante brasileiro evita imprensa

Andrei Netto
ENVIADO ESPECIAL / MOSCOU

Ao fim da primeira viagem oficial de Michel Temer a Moscou como chefe de Estado, os governos da Rússia e do Brasil prometeram cooperar na luta contra a corrupção. Na declaração firmada após a reunião bilateral realizada ontem no Kremlin, sede do poder na Rússia, Temer e Vladimir Putin pediram respeito à soberania dos países e sistemas jurídicos “despolitizados”. Ao encerrar a agenda oficial na capital russa, o governante brasileiro não falou com a imprensa.

Entre os 35 objetivos destacados na declaração bilateral, um foi dedicado ao tema da corrupção. “A Rússia e o Brasil apoiam a intensificação dos esforços internacionais na área do combate à corrupção, no contexto do papel central desempenhado pelas Nações Unidas, sobretudo no âmbito da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Unccac)”, diz o texto. “Os dois países entendem que a cooperação anticorrupção deve ter como objetivo a obtenção de resultados concretos.”

Em ambos os países, entre outros casos de irregularidades, há suspeitas de desvios de verbas e de superfaturamento de obras públicas para a realização de grandes eventos esportivos. Assim como ocorreu no Brasil em 2014, a Rússia vai ser sede da Copa do Mundo em 2018.

O documento pede que a cooperação internacional ocorra no respeito à autonomia dos países e com base em sistemas jurídicos “despolitizados”. “Essa cooperação deve ser despolitizada e isenta de pressão sobre



Agenda oficial. Vladimir Putin cumprimenta Michel Temer em encontro realizado no Kremlin, sede do poder na Rússia

países soberanos”, afirma. Rússia e Brasil reiteraram ainda o potencial de cooperação anticorrupção no âmbito do Brics (conjunto de países composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e do grupo de trabalho para o tema do G-20.

Funaro. Sem falar com jornalistas brasileiros, Temer não pôde ser questionado sobre as acusações feitas pelo corretor Lúcio Funaro à Polícia Federal de que

o presidente teria coordenado a distribuição de R\$ 20 milhões. O esquema envolveria o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco, que nega envolvimento em irregularidades. “Não conheço essa figura. Ele terá de provar o que está dizendo”, disse o ministro.

A agenda de Temer ontem foi toda ocupada por eventos no Kremlin. Ele teve encontro bilateral com o primeiro-ministro russo, Dmitri Medvedev, e, em

seguida, com Putin. Nos dois encontros, Temer reiterou que o Brasil está retomando o crescimento. Segundo o presidente, o governo equilibrou a inflação e os juros continuaram a cair.

Em pronunciamento no fim da reunião, Putin ressaltou a importância da cooperação bilateral e chamou o Brasil de “um dos parceiros-chave da Rússia”. “Apesar de uma certa queda nas trocas bilaterais no ano passado, nós conseguimos reverter o

quadro no primeiro semestre deste ano”, afirmou o presidente russo. Putin disse ainda que discutirá com o governo brasileiro a participação de empresas russas na concessão de trechos da Ferrovia Norte-Sul.

Reformas. Em resposta, Temer citou o compromisso de seu governo com as reformas – sem mencionar a rejeição do relatório da reforma trabalhista na Comissão de Assuntos So-

Secretária de Direitos Humanos é eleita na OEA

● A secretária especial de Direitos Humanos, Flávia Piovesan, foi eleita ontem para uma vaga na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), na Assembleia-Geral de Cancún, no México.

Flávia é a primeira mulher brasileira a integrar a CIDH, da qual já fizeram parte o jurista Hélio Bicudo e o diplomata Paulo Sérgio Pinheiro. O ex-ministro de Direitos Humanos Paulo Vannuchi é um dos três integrantes que estão sendo substituídos.

“Sinto-me muito feliz e honrada por poder dar uma contribuição ao sistema interamericano, um sistema que salvou e salva vidas, com extraordinária contribuição ao fortalecimento dos direitos humanos, da democracia e do Estado de Direito na região”, disse Flávia ao Estado.

A secretária obtve 21 votos. O mandato é de 4 anos e tem início em 1º de janeiro de 2018. / EFE

ciais (CAS) do Senado antecotem. “Tal como a Rússia, o Brasil está voltando a crescer. Tal como a Rússia, o Brasil reconquistou o controle sobre a inflação. Agora, devemos nos aproximar cada vez mais”, disse.

Facebook. Curta a página da Política facebook.com/politicaestadao

Noruega investiga ex-diretor da Petrobrás ligado ao PMDB

Apuração envolve Jorge Zelada, que está preso em Curitiba; Temer chega hoje a Oslo e se reúne com autoridades

Jamil Chade
ENVIADO ESPECIAL / OSLO

Destino do presidente Michel Temer em busca de investimentos no setor de energia, a Noruega investiga se empresas do país escandinavo pagaram propina para garantir contratos com a Petrobrás e alimentar uma rede política no Brasil. A apuração envolve o ex-diretor da estatal brasileira Jorge Zelada, ligado ao PMDB, partido de Temer. No centro da investigação es-

pagos em propinas para permitir que as empresas do país escandinavo fechassem contratos com a estatal brasileira. O Estado apurou que um dos operadores da empresa norueguesa estabeleceu uma “parceria” com Zelada, ex-diretor da Área Internacional da Petrobrás. Ele seria da cota do PMDB dentro da estatal e homem de confiança do deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Zelada e o operador da empresa norueguesa mantinham uma empresa TVP Solar, com sede em Genebra. A companhia tinha a função de camuflar recursos desviados da estatal. Parte do dinheiro teria tido como destino uma conta no banco suíço Julius Baer, em nome de Zelada. Outra parte pode ter sido enviada para Mônaco. Quatro contas foram bloqueadas na Suíça.

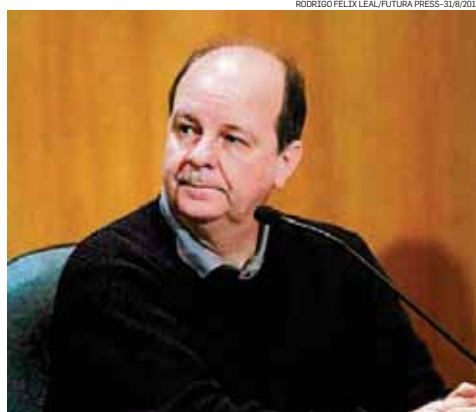
Documentos das autoridades de Berna indicam que “uma sociedade norueguesa e suas filiais teriam feito parte de um vasto esquema de corrupção de funcionários no Brasil”. Além de Zelada, outros dois funcionários da Petrobrás também te-

ria sido beneficiados. Zelada está preso em Curitiba desde julho de 2015 e foi condenado pelo juiz Sérgio Moro a 16 anos e 8 meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, em duas ações penais. A defesa do ex-diretor da Petrobrás afirmou que os argumen-

tos de existência de contas no exterior são “ilações”. Temer terá um encontro hoje com empresas do país escandinavo para incentivá-las a investir no Brasil. Mas, conforme diplomatas, a viagem foi um suspense por meses. Segundo o governo, Oslo já é o oitavo maior

investidor no País, principalmente na área de petróleo. “Caçadores”. Enquanto o presidente brasileiro tenta dar um ar de normalidade ao seu governo ao se reunir com autoridades norueguesas em Oslo e até mesmo com a família real, a pequena cidade norueguesa de Alesund fará um evento que vem sendo chamado de “Rede de Caçadores de Corruptos.”

Organizado pelo Ministério Público da Noruega, o evento começa hoje e reúne procuradores, chefes de polícia, juizes e especialistas para debater formas de cooperação em casos de dimensões internacionais. Do Brasil, a Procuradoria-Geral da República enviou um representante. Ele apresentará os avanços do combate à corrupção no País. Integrantes da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba e promotores paulistas também estarão no encontro. A Operação Lava Jato estará no centro do debate, com diversos países interessados em saber o que o Brasil tem feito nas investigações.



Suspeita. Zelada teria intermediado propina em contratos

RODRIGO FÉLIX LEAL/FUTURA PRESS-31/8/2015

Mariz vê País em 'anomia' na área jurídica

Advogado de Temer ataca acordo de delação firmado entre Ministério Público e donos da JBS

Responsável pela estratégia de defesa do presidente Michel Temer, o criminalista Antônio Claudio Mariz de Oli-

veira avalia que o País vive uma "anomia jurídica".

Ao **Estado**, Mariz atacou os termos do acordo de delação

sair do País e se comprometeram ao pagamento de multa de R\$ 110 milhões para cada um.

“Os benefícios concedidos (aos irmãos da JBS) provocam profunda estranheza nos meios jurídicos. É a prova maior desse quadro de total anomia”, disse o advogado. “Benefícios foram dados como prêmio. E qual é o prêmio maior? A impunidade. Outros delatores, de outras grandes empresas, fizeram delação e sofreram sanções, algumas delas bem pesadas.”

Mariz se refere a Marcelo Odebrecht, que completou dois anos preso na segunda-feira passada. O

empreiteiro foi preso no dia 19 de junho de 2015 na Operação Erga Omnes, desdobramento da Lava Jato. Para se livrar mais cedo da prisão, Marcelo – e outros 76 executivos do grupo –



Defesa. Mariz vê impunidade no caso JBS

TIARA MORSELLI/ESTADÃO-7/12/2016

premiada firmado pelo Ministério Público Federal com executivos da JBS, entre eles os irmãos Joesley e Wesley Batista.

Ele também contestou o que classificou de “decisões conflitantes” do ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal e do inquérito da Operação Patmos, que investiga o presidente por suspeita de corrupção passiva, organização criminosa e obstrução de Justiça no caso JBS.

O acordo do grupo traz benefícios, segundo o criminalista, que não contemplam outros delatores. Joesley e Wesley, acionistas da JBS, não serão punidos, “embora tenham confessado uma sucessão de ilícitos”, segundo Mariz. Os irmãos podem

firmaram acordo de delação com a Procuradoria-Geral da República. O empreiteiro ainda vai permanecer mais tempo na prisão, ao contrário de Joesley e Wesley, a menos que o Supremo mude o pacto assinado com os investigadores.

“Qual o sentido desse tratamento diferente?”, questionou o advogado de Temer. “Não sabemos. O fato é que o perdão não pode ser dado pelo Ministério Público. Isso cabe ao Judiciário. Além disso, de acordo com a lei, o perdão só poderia ser concedido a executivos de segundo escalão da organização criminosa, não ao chefe da quadrilha, Joesley.” / **FAUSTO MACEDO, JULIA AFFONSO e FABIO SERAPIÃO**

Presidenciável?

BARBOSA DIZ 'NÃO' A ARTISTAS

Gilberto Amendola

Durante jantar com artistas, na segunda-feira, no Rio, o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa afirmou que não será candidato à Presidência da República. A recusa em confirmar a

hipótese, levantada por ele mesmo, teria sido “um banho de água fria” para os presentes. Pelo menos foi o que contou a anfitriã, a produtora cultural Paula Lavigne. “Eu até brinquei com o ministro dizendo que, se o Bolsonaro fosse eleito, a culpa seria dele.”

O jantar teve a participação de Caetano Veloso, Marisa Monte, Fernanda Lima, Letícia Sabatella, Lázaro Ramos, Fernanda Torres e Thiago Lacerda, entre outros, além do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O encontro foi combinado após o Show das Diretas, no fim

de maio, no Rio. De acordo com Paula, o ex-ministro foi simpático, mas “ouviu muito mais do que falou”. “A gente tentou, acho que estamos precisando de um modelo, um modelo diferente de Trump e Doria, mas ele disse não”, contou.

Apesar da recusa, Paula postou no Twitter: “Estamos tentando! O que acham? Ele não quer #joaquimbarbosapresidente”. As reações se dividiram entre “vamos insistir mais” e “ele não é do ramo”.

A hipótese de uma candidatura foi divulgada pelo próprio ex-ministro –

após solenidade no Supremo, no dia 7 deste mês, quando foi descortinado seu retrato na galeria de ex-presidentes da Corte. Na ocasião, Barbosa disse que estava “refletindo” e já havia conversado com a ex-ministra Marina Silva (Rede) e o PSB.

Segundo Randolfe, Barbosa disse não ter “jogo de cintura para política”. “Mas espero que ele reconsidere. Não precisa ser candidato. Mas seria muito importante que participasse da política”, afirmou. Procurado pela reportagem, Barbosa preferiu não se manifestar.

Governo retalia após derrota no Senado

Planalto exonera indicados de peemedebista que votou contra texto de reforma trabalhista

BRASÍLIA

O Planalto reagiu ontem à derrota na votação da reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado ao exonerar dois indicados do senador Hélio José (PMDB-DF) de órgãos ligados ao Executivo. O peemedebista foi um dos três senadores da base que ajudaram a derrubar, anteontem, relatório do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) a favor da reforma. Além disso, o governo está fazendo mapeamento de outros cargos ligados ao senador – mais um deve ser exonerado hoje. Os outros dois parlamentares que votaram contra foram o tucano Eduardo Amorim (SE) e Otto Alencar (PSD-BA).

A retaliação foi interpretada por alguns senadores como uma forma de o governo tentar conter uma possível debandada de aliados em um momento em que o presidente Michel Temer atravessa grave crise política.

● **Divisão**
“O resultado significa que o Parlamento está dividido. Seria a hora de o governo chamar todo mundo para discutir mudanças na medida provisória que trata da reforma.”

Renan Calheiros (AL)
LÍDER DO PMDB NO SENADO

ca. Embora governistas tenham minimizado a derrota na comissão, o resultado da votação mostrou que há divisões na base aliada. Um dos pontos de preocupação está na relação com o líder do PMDB na Casa, Renan Calheiros (AL), que tem adotado discurso contrário às reformas e influenciado as dissidências. A “traição” de Hélio José, por exemplo, é atribuída a Renan.

O senador do DF havia dito a governistas que não participaria da sessão até o dia anterior, alegando sentir dores na coluna. No dia da votação, porém, apareceu “escotado” por Renan. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), queria que Hélio José fosse substituído pelo seu suplente, Garibaldi Alves (PMDB-RN), favorável à reforma.

Renan evitou falar da sua participação na derrota governista e cobrou mais diálogo do Planalto com a base. “O resultado significa que o Parlamento está dividido. Seria a hora de o governo chamar todo mundo para discutir mudanças na medida provisória que trata da reforma.”

Ontem, porém, o próprio Hélio José admitiu a influência do líder da bancada. “O Renan tem uma posição que é claro que influencia”, disse.

Após perder os cargos na Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) e na Superintendência do Distrito Federal da Secretaria de Patrimônio da União (SPUDF), Hélio José cobrou a renúncia de Temer. “Nós não pode-



Posição. O senador Hélio José (PMDB-DF) diz que voto teve influência de Renan Calheiros

Em novo revés de Temer, diretor da Abin será convocado

● Em mais uma derrota do governo no Senado, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem a convocação do diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Janér Tesch Hosken Alvarenga, e do ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Sérgio Etchegoyen.

mos permitir que o governo transforme votações em balcão de negócios. Esse governo está podre. Esse governo corrupto tinha de ter vergonha na cara e renunciar”, disse.

A estratégia de retaliar aliados já havia sido adotada com o senador Eduardo Braga (PMDB-AM), no fim de maio, após ele adotar discurso contrário à reforma. O Planalto exonerou à época sua indicada para a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Tucanos. Outra relação conflituosa tem sido mantida com o PSDB, que tem cinco ministros. Mesmo com a decisão da Executiva tucana de permanecer na base, a aliança voltou a ficar estremeada após o ministro Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência) culpar o partido pela derrota na co-

missão. O Planalto ainda não decidiu o que fará com o PSDB, mas a ordem por enquanto é tentar minimizar o desgaste. O atrito provocado pela derrota na CAS reforçou os argumentos de tucanos insatisfeitos. “Quando o governo ganha dizem que Temer mostra força, quando perde colocam a culpa no PSDB. Até quando o PSDB vai aceitar ser a Geni de Temer?”, disse o deputado Daniel Coelho (PE), um dos “cabeças pretas” da Câmara, ala que defende que a sigla entregue seus cargos na gestão peemedebista.

“Os fatos narrados são extremamente graves”, disse o re-

querimento, proposto pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Ainda não há data para que eles sejam ouvidos na CDH.

Um outro requerimento, apresentado pelo senador José Medeiros (PSD-MT), pede a transformação da convocação em convite. Caso seja aprovado, a participação dos dois na comissão não será obrigatória. Esse novo requerimento, porém, deverá ser votado apenas na semana que vem, na próxima reunião da comissão. / T.F. e ISABELA BONFIM

na Rússia. “O governo levou todo mundo para Moscou e esqueceu da votação”, disse o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), presidente interino da sigla. A declaração de Moreira incomodou até mesmo Jucá, demonstrando falta de alinhamento entre os principais articuladores políticos de Temer.

Outra leitura sobre o episódio é que, diante da crise no governo, os parlamentares do Nordeste estão desconfortáveis em votar a favor da reforma. Isto porque Temer tem os piores índices de aprovação na região. / THIAGO FARIA, JULIA LINDNER, ISABELA BONFIM, RENAN TRUFFI, CARLA ARAÚJO e TÂNIA MONTEIRO

mesmo entre os caciques tucanos o sentimento era de insatisfação. A avaliação de alguns parlamentares é de que foi o presidente que errou ao levar o líder do PSDB no Senado, Paulo Bauer (SC), e o ministro Antonio Imbassahy (Secretaria de Governo) para acompanhá-lo

Governo tem novo revés em reforma
Págs. B4 e B5

CCJ do Senado aprova ‘recall’ para presidentes

Após iniciativa popular e tramitação no Congresso, mandato poderá ser revogado por referendo; PEC agora será analisada no plenário da Casa

Isabela Bonfim
Thiago Faria / BRASÍLIA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem a proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria a possibilidade de revogação, por parte dos próprios eleitores, do mandato de presidente da República.

sará ser aprovado pelo Congresso – votação na Câmara e depois no Senado. É necessária a maioria absoluta nas duas Casas – voto de 257 dos 513 deputados e de 41 dos 81 senadores.

Em caso de aprovação, o Congresso convocará um referendo popular para revogar o mandato do presidente. Se a população decidir pela revogação, o cargo será declarado vago, mas não serão, necessariamente, realizadas novas eleições.

A substituição se dará conforme a determinação atual da Constituição e será empossado o vice-presidente. O presidente da Câmara assumirá apenas se a vice estiver vaga. Ele deverá convocar eleições diretas ou indiretas, dependendo do momento em que a revogação ocorrer.

Relator do projeto, o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Conhecida como “recall”, a proposta agora vai para o plenário do Senado, onde terá de ser analisada em dois turnos. De acordo com a PEC, o presidente da República poderá ter seu mandato revogado com base em proposta assinada por, no mínimo, 10% dos eleitores que compareceram à eleição presidencial. As assinaturas devem

observar que o recall é um instrumento diferente do processo de impeachment.

“A revogação do mandato na forma difere do procedimento do crime de responsabilidade. Não apenas pela iniciativa e pelo quórum para aprovação, mas pela causa: a perda de representatividade e apoio da população, e não necessariamente a prática de ilícito comprovado, que se relaciona ao impeach-

ment”, disse o tucano.

Anastasia lembrou que o mecanismo já existe em diversos países e garante a responsabilidade contínua das autoridades, uma vez que os eleitores não precisam aguardar até a próxima eleição regular para destituir um agente público.

SENADOR

ser distribuídas em pelo menos 14 Estados, não podendo ter menos de 5% em cada um deles.

A apresentação do pedido de recall será permitida apenas no segundo e no terceiro anos do mandato do presidente. Também é proibida a análise de mais de uma proposta de revogação no mesmo mandato.

O pedido da população preci-

ment”, disse o tucano.

Anastasia lembrou que o mecanismo já existe em diversos países e garante a responsabilidade contínua das autoridades, uma vez que os eleitores não precisam aguardar até a próxima eleição regular para destituir um agente público.

Governadores. A proposta original, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), definia a possibilidade de recall também para governadores, prefeitos, senadores e deputados estaduais e federais. O relator da PEC, porém, limitou o texto ao mandato de presidente.

A proposta prevê que Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais nos Estados e municípios poderão votar projeto semelhante para pedir recall de governadores e prefeitos.

Acordo prevê fundo eleitoral de R\$ 3,5 bi

BRASÍLIA

Presidentes de sete partidos fecharam acordo para tentar aprovar a criação de um fundo eleitoral até setembro deste ano. O objetivo é acelerar a tramitação para que a matéria passe a valer já na eleição de 2018. Com uma estimativa inicial de R\$ 3,5 bilhões, o fundo terá como parâmetro 50% dos gastos das campanhas de 2014 para presidente, governador, senador e deputados.

A proposta é articulada por PMDB, PSDB, DEM, PSB, PP, PR e PSD e está sendo elaborada pelo presidente do PMDB e líder do governo no Senado, Romero Jucá (RR), que pretende apresentá-la na próxima semana e votá-la em caráter de urgência no Senado. O entendimento dos dirigentes partidários é de que a Casa terá mais facilidade para costurar um acordo pela aprovação do texto. A Câmara analisaria o texto em seguida.

Pelo acordo entre os dirigentes das siglas, o fundo eleitoral será constituído em anos eleitorais e composto por uma parte do orçamento Geral da União e também de emendas parlamentares. Metade do “fundão” seria dividida igualmente para os 35 partidos com registro; e outra parte será dividida proporcionalmente ao tamanho das bancadas das siglas na Câmara e no Senado um ano antes da eleição.

Participaram do encontro Jucá, o ministro das Comunicações, Gilberto Kassab, presidente do PSD, o senador Ciro Nogueira (PI), presidente do PP, o senador Tasso Jereissati, presidente interino do PSDB, o senador José Agripino Maia (RN), presidente do DEM, o senador suplente Antônio Carlos Rodrigues, presidente do PR, e o presidente do PSB, Carlos Siqueira.

Tasso considera que haverá críticas da opinião pública à proposta, mas diz que não existe outra solução para o financiamento das eleições, já que o financiamento empresarial foi extinto. “Sei que vai ter uma rejeição enorme da população. Mas sem isso não tem eleição”, afirma. / J.L., I.B. e T.F.

Dobram ações contra planos de saúde em 1 ano

Negativas de cobertura e reajuste de mensalidade estão entre as queixas de pacientes; judicialização se repete na rede pública

Fernanda Bassette

ESPECIAL PARA O ESTADO

O número de ações judiciais contra planos de saúde no País dobrou entre 2014 e 2015, segundo dados do relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça. Saltou de 209.427 ações em andamento para 427.267 processos – alta de 104%. Entre as principais demandas estão negativas de coberturas, reajustes anuais e por faixa etária, além de pedidos para fornecimento de remédios. Segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), atualmente há 47,6 milhões de usuários de planos.

Dados do Observatório da Judicialização da Saúde Suplementar, do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), divulgados em abril, mostram que a tendência segue neste ano: só nos três primeiros meses, 4.775 ações judiciais contra operadoras de planos foram julgadas em primeira instância em São Paulo. As principais razões são parecidas: negativas de cobertura, rescisão de contratos por parte da operadora e reajuste das mensalidades.

Para Douglas Henrique Marin dos Santos, professor e procurador da Advocacia-Geral da União (AGU), o aumento da de-

manda de ações judiciais em saúde – contra planos de saúde ou o SUS (rede pública) – tem várias razões. Inclui a ampliação do acesso à informação e, conseqüentemente, o acesso à Justiça; a ineficiência dos serviços públicos; a atuação da indústria farmacêutica, prescrevendo novas drogas ainda não fornecidas pelo SUS; entre outros.

“Hoje, a judicialização é um fenômeno envolvendo vários setores, entre eles saúde e educação”, diz Santos. “Isso acontece porque direitos fundamentais não estão sendo cumpridos. E existe uma percepção social de que a única forma de garantir um direito é procurando o Poder Judiciário”, afirma.

RAFAEL ARBEX/ESTADÃO



Luta. Engenheiro com câncer processou plano por remédio

Mário Scheffer, do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP, diz que o perfil das ações contra operadoras de saúde é um pouco diferente de ações contra o SUS. “Nesses casos, os processos estão mais ligados a práticas abusivas das operadoras, piora dos serviços, problemas com a rede creden-

ciada, negativas de cobertura. É um conjunto de fatores que, mesmo em momento de retração do mercado de saúde, a judicialização só cresce.”

Quimioterapia. O engenheiro civil Célio Perucelo, de 40 anos, é um dos que recorreram à Justiça, no mês passado, contra seu plano de saúde. Isso para garan-

tir acesso a uma droga ainda não disponível no rol de obrigações básicas da ANS. Antes, ele havia pedido a seu plano formalmente para fornecer o medicamento, o que foi negado.

Ele trata um tipo raro de câncer no rim desde 2011 e, sem conseguir a resposta adequada com as medicações tradicionais, recebeu a prescrição de um quimioterápico oral (axitinibe), que está aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária desde 2015, mas ainda não foi incorporado pela ANS. “Durante meu tratamento tive muitos problemas com o convênio. Já entrei com ação para garantir exames PetScan (o mais moderno para monitorar metástases) e conseguir outra medicação. Como meu organismo não respondeu, o médico prescreveu essa outra droga como alternativa”, diz Perucelo.

Impactos. Para Solange Beatriz Mendes, da Federação Nacional de Saúde Suplementar, o setor gasta quase R\$ 1 bilhão ao ano para arcar com demandas judiciais. Se nada for feito para frear isso, diz, operadoras podem quebrar em dez anos.

Administração. Ideia é capturar a valorização de lotes comercializados e obter recursos como garantia para PPPs; segundo diretor da SP Parcerias, formato atual por leilões difere da prática de mercado, por permutas. Secretário fala em criar ‘maior fundo do País’

Doria pede aval à Câmara para vender 240 áreas e criar fundo imobiliário

Bruno Ribeiro

GABRIELA BILO / ESTADÃO

A gestão João Doria (PSDB) enviou à Câmara Municipal projeto que pede autorização para venda de todos os terrenos da Prefeitura de São Paulo com área de até 10 mil m² que não sejam usados por equipamentos públicos, além de um lote de 50,4 mil m² em Pinheiros, zona oeste. Levantamento do Estado no cadastro do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) aponta ao menos 240 imóveis que se encaixam nas regras. A proposta é usar os terrenos para compor um Fundo Imobiliário Municipal.

Essa estratégia servirá tanto para que a Prefeitura capture a valorização desses terrenos quando forem vendidos quanto para obter recursos para dar como garantia em futuros projetos de parcerias público-privadas (PPPs), segundo o secretário de Desestatização, Wilson Poit. Ele apresentou o fundo como “o maior do País”. “Ainda não temos ideia de quanto poderá ser arrecadado. Estamos falando em centenas de imóveis, mas poderão ser milhares. A grande vantagem é a possibilidade de captura da valorização dos terrenos”, afirma.

O destaque à “captura” ocorre por causa da possibilidade de o fundo se associar a incorporadoras que farão projetos nos terrenos, segundo a Prefeitura. Atualmente, quando a gestão



Italianos vão revitalizar praças

A Prefeitura anunciou ontem uma parceria com empresários italianos para reformar três praças:

Ramos de Azevedo, no centro; Cidade de Milão, na zona sul; e Imigrante Italiano, na zona oeste.

municipal quer vender um terreno, ele é oferecido ao mercado por meio de leilão. “E essa não é a forma que o mercado atua”, diz Sérgio Lopes, diretor de projetos da SP Parcerias, empresa da Prefeitura que cuida do programa de desestatização.

“As incorporadoras trabalham com permutas. O antigo dono do terreno passa a ser sócio da empresa, recebendo unidades depois que o projeto é rea-

lizado”, afirma ele. Com as vendas feitas pelo fundo, a Prefeitura poderia ser essa “sócia” das empresas. Dessa forma, ainda segundo Lopes, no lugar de receber um valor de leilão, a Prefeitura poderia conseguir um valor até maior, quando as obras privadas estiverem prontas. “A proposta é que o fundo garanta uma rentabilidade maior do que a inflação.”

Os lucros deverão ser usados

pelo poder público para investimentos nas áreas sociais da cidade, conforme promessas feitas pelo prefeito Doria.

Lei. O texto do projeto de lei enviado pelo Executivo afirma que, antes de serem enviados ao fundo, os imóveis terão de passar por avaliação e, em caso de problemas cadastrais, quem adquirir os terrenos é quem terá de regularizá-lo. O le-





POR BAIRROS

● Sé

Ao menos oito terrenos ficam na região da Sé, centro da cidade, com uma área somada de 2.300 metros quadrados.

● Pinheiros

Além do terreno da Prefeitura Regional do bairro da zona oeste, há outras quatro áreas no bairro que poderão ser vendidas.

● Morumbi

O bairro nobre da zona sul tem dez terrenos que se encaixam nas regras apresentadas pela Prefeitura. Somados, têm área de 4,6 mil metros quadrados.

● Guaianases

O bairro do extremo leste da cidade tem 25 terrenos da Prefeitura que se encaixam nas regras. Somados, têm 23,3 mil metros quadrados de área.

vantamento feito pelo Estado no cadastro do IPTU, disponível no site da Prefeitura, mostra que, somados, os 240 terrenos têm um valor venal de cerca de R\$ 380 milhões. O fundo acompanhará as regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e terá cotas comercializadas na Bolsa de Valores, ainda de acordo com o diretor da SP Parcerias.

Para o arquiteto e urbanista

Cândido Malta Campos Filho, o fato de o poder público se beneficiar da valorização de terrenos que faziam parte do patrimônio público é uma vantagem. Ele destaca, entretanto, que a ociosidade dos terrenos que serão colocados à venda deveria ser mais bem avaliada pela cidade, por meio de planos de bairros. “O Município não tem terrenos para creches, por exemplo”, afirma. “Um plano de bairro poderia analisar a oferta de serviços em cada região e a demanda, para garantir que a melhor opção para cada bairro é a venda do terreno ou de outros serviços”, afirma.

Debate. Para a oposição à gestão Doria na Câmara Municipal, o ponto negativo da proposta é que ele é “genérico”, ao liberar a venda de todos os terrenos com até 10 mil m². “Do nosso ponto de vista, a proposta é ilegal. Os terrenos deveriam ser especificados. O único especificado é o de Pinheiros”, diz o líder da oposição, Antonio Donato (PT). Esse lote abriga atualmente a Prefeitura Regional do bairro e alguns prédios da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET). “É um cheque em branco”, afirma Donato.

O secretário Poit rebate. Afirma que o plano de desestatização já vem sendo fatiado a pedido do Legislativo, com apresentações separadas de seis propostas para Anhembi, Interlagos e outros locais.

Governo tem novo revés em reforma

Após derrota em comissão do Senado, tramitação de texto com mudanças na lei trabalhista sofre atraso e só deve ser votada na véspera do recesso

Fernando Nakagawa
Isabela Bonfim / BRASÍLIA

A oposição impôs ontem o segundo revés consecutivo ao governo na tramitação da reforma trabalhista. Um dia após a derrota na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), governistas tiveram de ceder na agenda do projeto e já reconhecem que o texto só será votado em plenário no mês de julho, às vésperas do início do recesso legislativo. Até o início da semana, era dada como certa a votação em plenário na próxima quarta-feira.

Adiar a tramitação faz parte da estratégia da oposição que, diante do reconhecimento de que o governo tem votos suficientes para aprovar o projeto, prefere jogar com o tempo para tentar atrair mais descontentes. A sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), ontem, foi mais um sinal de que o governo parece perder força no Congresso.

A despeito do calendário combinado com a oposição há várias semanas, senadores contrários à reforma conseguiram alterar o andamento do projeto com a inclusão de duas audiências públicas e a abertura da agenda para a leitura de votos em separado antes da votação.

A mudança fará, na prática,



Parecer. Os senadores Antônio Anastasia, Lindbergh Farias e Romero Jucá discutem o texto

com que seja impossível para o governo votar a reforma trabalhista no plenário em 28 de junho. A data foi citada pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), várias vezes ao longo das últimas semanas. Agora, ele prevê que a reforma será votada na primeira semana de julho. A programação mostra margem estreita para novos atrasos, já que a partir de 18 de julho o Congresso entra

● **Apoio**
“Que seja votada (a proposta de reforma trabalhista) na semana seguinte pra cumprir o regimento e até para mobilizar os senadores, a base governista.”

Romero Jucá (PMDB-RR)

LÍDER DO GOVERNO

em recesso.

Assim como na CA, o movimento contra a reforma foi encabeçado pela oposição: o líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), e a nova presidente do partido, Gleisi Hoffmann (PR), que contaram com a atuação de Paulo Paim (PT-RS), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Lídice da Mata (PSB-BA). Do lado da base governista, apenas um nome defendia o Palácio do Planalto: o relator, Romero Jucá.

Prognóstico. Mesmo com o atraso, o governo acredita ter apoio suficiente para aprovar o projeto na CCJ e no plenário. Levantamentos preliminares do Planalto indicam que o relatório da reforma trabalhista poderia ser aprovado hoje por 15 votos contra 11 na comissão; no plenário teria o apoio de 46 senadores, cinco a mais do que o mínimo necessário para apro-





PARA ENTENDER

O caminho da reforma

1. Projeto da reforma trabalhista é analisado por três comissões

Comissão de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça

2. Função das comissões

Cada comissão avalia o projeto e é produzido um relatório que é votado pelos membros

3. Tramitação

Com o parecer aprovado ou

não nas comissões, o projeto segue a tramitação até chegar ao plenário do Senado

4. Relatórios

No plenário, os relatórios elaborados nas comissões servem de referência para que senadores avaliem o projeto

5. Autonomia

O plenário não precisa seguir a recomendação dos pareceres e os senadores votam pela aprovação ou rejeição do projeto. O governo prevê votar o projeto antes do início do recesso parlamentar, que começa em 18 de julho

vação do projeto de lei.

O placar calculado pelo governo é apertado. Bastaria que três governistas mudassem de ideia ou faltassem à sessão para impor nova derrota na CCJ. No plenário, a folga não é muito diferente. O quadro pode ser mais preocupante com a lembrança de que o governo previa vitória com vantagem de até quatro votos CAS. Aberta a urna, o grupo de Jucá perdeu por 10 a 9 com o voto contrário de três governistas e a ausência de um senador que havia se declarado a favor.

A oposição quer usar o tempo extra conseguido na tramitação da matéria para tentar angariar votos contra a reforma. Essa estratégia joga luz sobre parlamentares que demonstram descontentamento com o projeto e estão sendo mapeados. Um deles é Ronaldo Caiado (DEM-GO), que tem emitido

sinais de desconforto com o projeto.

Há, ainda, intenção de reforçar o discurso dos dissidentes da CAS, como Hélio José (PMDB-DF), que ocupou a tribuna do Senado ontem para acusar o governo de retaliação. Ele disse que dois indicados seus foram exonerados dos cargos públicos que ocupavam.

Com dúvidas sobre o apoio, o tempo também acabará sendo usado pelo governo para tentar conter qualquer movimento de desembarque da reforma trabalhista. “Que seja votada na semana seguinte para cumprir o regimento e até para poder mobilizar os senadores, a base governista”, disse Jucá.

Governo retalia após ser derrotado no Senado

Política, pág. A8

MP que reonera folha pode vigorar em julho

Receita pretende cobrar tributos das empresas mesmo com o risco de a medida provisória caducar no Congresso; prazo para votação termina em agosto

Lorena Rodrigues
Júlia Lindner
Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

A medida provisória que reonera a folha de pagamentos de mais de 50 setores (MP 744) corre o risco de caducar, se o Congresso não votá-la até 10 de agosto. Mesmo assim, a Receita pretende cobrar dessas empresas os tributos sobre a folha de pagamentos de julho – em torno de R\$ 400 milhões.

O argumento do Fisco, segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, é de que a partir de 1º de julho, depois de cumpridos os 90 dias da publicação da proposta no *Diário Oficial* da União, a cobrança é permitida. Especialistas e repre-

sentantes do setor produtivo contestam essa interpretação, o que pode dar início a uma disputa judicial em torno do tema.

O governo enviou em março ao Congresso Nacional a medida provisória acabando com a desoneração da folha para quase todos os setores que vinham sendo beneficiados com a medida. A ideia era que passassem a recolher a contribuição previdenciária sobre os salários pagos, e não sobre a receita.

Para a Receita, a mudança legal na contribuição tem de respeitar a chamada noventaena. Depois desse prazo, como a MP tem força de lei, a alteração passaria a vigorar, mesmo sem a votação. Acontece que os parlamentares também têm prazo:

Empresas recorrem ao Judiciário para não recolher tributo

● De acordo com a sócia da área tributária do escritório Trench Rossi Watanabe, Mariana de Vito, as empresas poderão recorrer à Justiça para não recolher os tributos sobre a folha de pagamentos em julho. “Os contribuintes

se não aprovarem até agosto a proposta do governo, ela perderá a validade. Mas, mesmo valendo por apenas um mês, o Fisco já conta com a arrecadação

podem entrar com mandado de segurança e muitas já estão conseguindo liminares para não recolher até dezembro de 2017.”

Alguns contribuintes já recorrem ao Judiciário alegando que a mudança legal que reonera a folha não pode valer para este ano, já que a lei prevê que o contribuinte não pode fazer a mudança entre as modalidades (contribuição sobre o faturamento ou sobre a folha) no mesmo exercício.

de julho, a ser incorporada na receita de agosto.

Na noite de terça-feira, o senador Aírton Sandoval (PSDB-SP), relator da MP 774, apresen-

tou o relatório sobre a matéria em uma comissão especial da Casa, propondo prorrogar até 1º de janeiro de 2018 o benefício fiscal da desoneração. Para que a cobrança não ocorra em julho, porém, o texto com o novo prazo teria de ser aprovado na comissão e no plenário até o fim da semana que vem, o que tem poucas chances de ocorrer.

Sandoval afirmou que o Ministério da Fazenda deve apresentar uma contraproposta ao seu parecer. Segundo o parlamentar, ele vem sofrendo “muita pressão” do governo para modificar o texto. A equipe econômica conta com a arrecadação adicional de cerca de R\$ 2,1 bilhões com a reoneração da folha para fechar as contas de

2017. “A conta para o ano está justinha. Se não votar, vai faltar dinheiro. Vai ter que fazer ajuste em outro lugar”, afirmou um técnico da equipe.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confeção (Abit), Fernando Pimentel, considerou adequado o adiamento da reoneração para janeiro de 2018. Segundo ele, além de pegar o planejamento anual das empresas no meio do caminho, a mudança de tributação a partir de julho atrapalharia a recuperação do emprego que já teria começado no setor. Para ele, caso a Receita tente cobrar a reoneração pelo menos em julho, haverá uma intensificação da quantidade de ações judiciais contra a medida.

Governo quer criar fundos imobiliários

Instrumento terá lastro em imóveis da União e será oferecido a investidores por Caixa e BB

Lorena Rodrigues / BRASÍLIA

Com uma carteira de cerca de 650 mil apartamentos, casas e terrenos em todo o País, o governo decidiu criar dois fundos imobiliários com lastro em imóveis da União. Na semana passada, foi assinado um acordo com a Caixa Econômica e, até o fim da semana, será firmado um segundo com o Banco do Brasil para a criação de um fundo em cada instituição.

A ideia é vender cotas para investidores e, com os recursos desses investimentos, refor-

çar imóveis para aluguel, vender outros e construir em terrenos não edificadas. O rendimento devolvido aos investidores viria justamente dos aluguéis ou do lucro com a venda dos imóveis. Caberá aos dois bancos administrar cada uma das carteiras, com o compromisso de torná-las rentáveis para os cotistas dos fundos. Caixa e BB terão 90 dias para apresentar propostas de modelagem dos fundos, que o governo pretende lançar ainda neste ano.

A medida é uma tentativa de aliviar a caixa do Tesouro, que tem de arcar com taxas de con-



Operador. Caixa Econômica já assinou acordo com União

● Patrimônio R\$ 7 bi é o valor patrimonial dos imóveis da União; mercado estima que a cifra pode ser ainda maior

domínio, manutenção e impostos de imóveis muitas vezes desocupados. Hoje, muitos dos apartamentos funcionais de propriedade da União dão prejuízo. Só em Brasília, são 225 imóveis desocupados e um passivo de mais de R\$ 12 milhões

relativos a condomínio, IPTU e outras taxas.

Com o aperto fiscal, desde 2015 o governo tenta levantar recursos a partir da carteira de imóveis da União, mas vem enfrentando dificuldades. Já foram lançados editais para a venda de bens que, de acordo com o secretário do Patrimônio da União, Sidrack Correia, só venderam 15% dos imóveis listados. Além disso, o governo cogitou colocar parte desses imóveis em um fundo garantidor para investimentos em infraestrutura, mas a ideia não foi colocada em prática. “Estamos bus-

cando alternativas. Existem muitos imóveis que estão depreciando”, diz Correia.

A última estimativa, feita pelo valor patrimonial dos imóveis cadastrados, apontava um valor de R\$ 7 bilhões desses bens, o que, pela avaliação de mercado, poderá ser maior.

Para o secretário, apesar de o mercado de compra e venda de imóveis estar em baixa, há espaço para investimentos em fundos imobiliários. Com a taxa Selic em baixa, muitos investidores estão migrando de aplicações em renda fixa para fundos com rendimento mais alto. “Há mercado para os fundos. Isso vem sendo estudado há algum tempo”, completou.

Ele criticou as tentativas de vendas de imóveis em governos anteriores e disse que os editais eram muito complexos e com muitos imóveis. O primeiro tinha 240, com perfis diferentes.

Na última rodada de vendas, nesta semana, foi oferecido um pacote menor, com 24 apartamentos e uma casa, todas em Brasília. Também foram colocadas equipes à disposição dos compradores para tirar dúvidas. “Estamos fazendo um teste para ver como o mercado vai reagir”, completou.

Mesmo com a criação dos fundos, a ideia é continuar vendendo casas e apartamentos, principalmente os que já foram colocados em edital anteriormente.

Eletrobrás deve cortar até 50% do pessoal

A Eletrobrás, uma das maiores empresas de energia elétrica da América Latina, deverá cortar quase 50% de seu quadro de pessoal durante o processo de reestruturação da empresa, disse ontem o presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr.

A companhia de energia está em crise desde o fim de 2012, sob impacto de um pacote de medidas do governo federal para reduzir as tarifas de eletricidade. Ferreira afirmou que a estatal tem trabalhado em um plano de reestruturação que en-

volve a redução de investimentos, vendas de ativos e imóveis administrativos e fortes cortes nas despesas.

“Tem saída para o Grupo Eletrobrás, o que não parecia no começo... Ao final desse processo, a companhia deverá ter uma redução de quase 50% do seu quadro de funcionários”, disse Ferreira, que assumiu a presidência da estatal em julho do ano passado.

Em maio, a companhia lançou um Plano de Aposentado-

ria Extraordinária, como parte da reestruturação. Pelos estudos feitos até agora, cerca de 35% do pessoal da estatal teria idade para se aposentar. Com o plano de aposentadoria e o Programa de Demissão Voluntária (PDV), que pode resultar no corte de 2,4 mil pessoas, a diretoria da Eletrobrás espera reduzir de 23 mil para 12 mil o número de funcionários – isso inclui a privatização das distribuidoras, que têm 6 mil funcionários. / REUTERS

**CELSO
MING**


E-MAIL: CELSO.MING@ESTADAO.COM

Emperramento

Não dá para desdenhar a derrota do governo na Comissão de Assuntos Sociais do Senado que, na terça-feira, rejeitou por 10 votos a 9 o texto da reforma trabalhista.

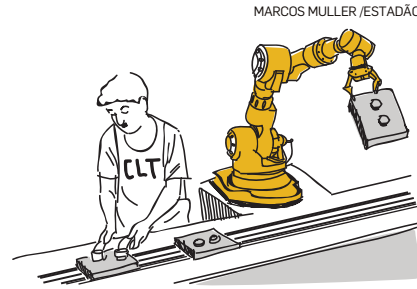
Ainda que não seja suficiente para sustar o encaminhamento do projeto, essa desaprovação é demonstração de que o governo Temer passou a dar mais importância à sua sobrevivência do que à agenda das reformas. É esse o fator mais relevante que hoje conta. Revela o nível de contaminação da crise política sobre a atividade econômica.

O projeto não é perfeito, ninguém sustenta esse argumento. Mas não é por seus defeitos que ele vem enfrentando resistência. O bloqueio está sendo feito por aqueles que estão comprometidos mais com os interesses corporativos, como o dos cartolas de grande número de sindicatos que se perpetuam na diretoria porque usam a arrecadação do imposto sindical como lhes dá na telha. Em geral, os que afirmam que o projeto atropela direitos adquiridos do trabalhador não conseguem especificar os pontos em que isso acontece ou, então, se aferram a picuinhas.

O problema principal é o de que as atuais leis trabalhistas são grande obstáculo ao emprego. São tantas as complicações com a Justiça do Trabalho e tantos os custos e as incertezas suscitadas pela legislação que a contratação de pessoal é sempre o último recurso do empresário.

Se puder automatizar, se puder operar com menos funcionários, qualquer empregador preferirá ficar sem eles. Não é à toa que o País tem hoje 14 milhões de desempregados e que, dos 167 milhões de brasileiros em condições de trabalho, apenas 33 milhões têm carteira de trabalho assinada (estão formalizados).

A legislação trabalhista brasileira é dos anos 40. Ela já nasceu com graves deformações, porque foi inspirada nas relações corporativistas vigentes



MARCOS MULLER/ESTADÃO

no regime fascista de Mussolini. Além disso, de lá para cá, muita coisa mudou nas relações de trabalho, no mundo e no Brasil. A robotização, a eletrônica embarcada, a digitalização, a tecnologia da informação, a internet, a globalização, a contratação temporária ou intermitente de trabalho e a nova arrumação dos sistemas de produção revolucionaram o trabalho. Em todo o mundo, a legislação está exigindo atualização, essa foi uma das bandeiras da campanha eleitoral do novo presidente da França, Emmanuel Macron.

Defender a modernização das leis trabalhistas não é projeto patronal; deveria ser objetivo da sociedade, para dinamizar a economia e criar empregos. Emperrar tudo porque alguns entendem que o tempo de transporte do trabalhador seja considerado tempo trabalhado, ou porque é preciso regulamentar melhor o trabalho fora da empresa, é agir contra o interesse do trabalhador e contra o interesse público. Se o telhado tem goteiras, se o encaimamento está vazando, se tem curto-circuito na instalação elétrica e tem parede rachada, não há muito o que discutir; a casa precisa de reforma.

Mas ninguém se iluda. Embora incentive a maior criação de empregos, a aprovação do projeto de reforma trabalhista não vai por si só resolver o problema do desemprego. A solução vem com o investimento e o crescimento econômico sustentado. E essa sustentação só é possível quando os fundamentos da economia e das relações de trabalho forem saudáveis.

COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS
MARCELO DE MORAES
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
POLITICA.ESTADAO.COM.BR/BLOGS/COLUNA-DO-ESTADAO/

‘De 1 a 10, a agonia do governo é 8’, diz Doria

Um dos fiadores da decisão do PSDB de não desembarcar do governo de Michel Temer, o prefeito de São Paulo, João Doria, admite que a crise política piorou depois de novas acusações. Citando a máxima do “cada dia, sua agonia”, Doria reconhece que o sentimento aumentou. “Você tem o índice de agonia de 1 a 10. E o termômetro está ligado faz tempo. Hoje, seria escala 8”, diz. Mesmo defendendo serenidade e afirmando que “o PSDB deseja o melhor para o Brasil e não o pior”, o prefeito conta que o aval ao governo Temer “não é infinito”.

» **Âncora.** Na avaliação do prefeito, o fato relevante é que a economia tem conseguido se manter blindada da crise política.

» **Só soluções.** Ministros têm evitado tratar com Michel Temer qualquer assunto mais polêmico que exija articulação da base no Congresso. A prioridade do núcleo político é sobreviver à crise sem criar outras.

» **Pisando em ovos.** Um frequentador assíduo do Palácio do Planalto avalia que, se o governo não atuar, correrá o risco de ver a reforma trabalhista rejeitada também na CCJ do Senado.

» **Olho neles.** Governistas temem os votos dos senadores Acir Gurgacz (PDT-RO), Lasier Martins (PSD-RS), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Magno Malta (PR-ES), considerados dúvidas. Juntos, eles podem decidir a votação.

» **Otimismo.** Já no plenário do Senado, governistas consideram que a reforma passa com folga, mas a expectativa é votá-la em 4 de julho.

» **É oficial.** O DOU de hoje traz a nomeação de Alexandre Souza, para a presidência do Cade, e de Maurício Maia, como conselheiro.

» **No jogo.** A expectativa é que tomem posse a tempo de participar do julgamento que vai decidir sobre a fusão da Kroton e da Estácio.

» **Decisivo.** Há esperança de que os novos integrantes do Cade revertam o cenário negativo para a fusão das empresas de ensino.

FACEBOOK ZECA DIRCEU



» **CLICK.** Ao lado do pai, o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, o deputado federal Zeca Dirceu (PT-PR) inicia, em Brasília, a comemoração do seu 39º aniversário.

» **Alerta.** A sinalização do governo de que pode vetar o fim do imposto sindical tem incomodado senadores que votam a favor da reforma só por isso.

» **Assim não pode...** Aliados fiéis ao governo estão incomodados com o tratamento dado ao senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), crítico feroz do presidente. Ele conseguiu a liberação de R\$ 3,4 milhões em emendas.

» **...Assim não dá.** Texto distribuído pela assessoria do senador ajudou a aumentar a polêmica ao atribuir a liberação dos recursos do Orçamento “ao prestígio nacional e bom trânsito de Caiado nos ministérios”.

» **Polêmica à vista.** Emenda do senador Wilder de Moraes à MP do Novo Refis prorroga prazo de vigência das concessões e permissões de pedágios em mais 25 anos. A medida pode beneficiar empresas da Lava Jato.

» **Maioria.** Ao lado dos colegas Luís Roberto Barroso e Luiz Fux, o ministro Luiz Edson Fachin soltou: “Vocês já perceberam que há um Supremo dos Luízes?”

COM NAIRA TRINDADE. COLABOROU ISADORA PERON



» **SINAIS PARTICULARES.** Joesley Batista e Edson Fachin, executivo da JBS e ministro do STF

PRONTO, FALEI!



Roberto Jefferson
Presidente do PTB

“A língua de Joesley é solta quando se trata de falar de Temer, mas é presa quando é pra falar de Lula”, sobre o silêncio do empresário sobre o ex-presidente petista.

Sanear mais

A precariedade dos serviços de saneamento básico no Brasil, amplamente reconhecida, contrasta fortemente com a realidade das políticas públicas voltadas para o setor. A modesta meta de atingirmos em 2033 a universalização desses serviços exigiria investimentos de R\$ 15 bilhões por ano. Mas os investimentos médios realizados nos últimos anos equivalem a cerca de dois terços desse montante. No biênio 2015-2016 essa proporção se tornou ainda menor.

Acredite, se quiser: o fator isolado mais importante para explicar essas diferenças foi o aumento da tributação do PIS e da Cofins sobre os serviços de saneamento, realizado no início do primeiro governo do presidente Lula. Esses dois tributos tinham como base o faturamento das empresas de toda a economia, mas a partir de 2003 passaram a incidir sobre o valor adicionado de cada uma delas, ou seja, houve mudança de um regime cumulativo de tributação para um regime não cumulativo. Por incrível que pareça, dadas as peculiaridades da função de produção do saneamento, tal mudança trouxe um aumento real de 188% do PIS-Cofins recolhido pelo setor.

O choque financeiro somou-se à ineficiência governamental – falta de diretrizes claras e muita burocracia na aprovação de iniciativas estaduais e municipais. Na década passada, para citar um exemplo, projetos do governo de São Paulo levaram dois anos para ser aprovados por Brasília! O resultado? A velocidade do acesso aos serviços plenos de saneamento caiu de 14%, entre 1991 e 2000, para 7% na década seguinte, entre 2001 e 2010.

Estes são dados já difundidos, mas nunca de modo suficiente: a média nacional de população atendida pela coleta de esgotos é de apenas 50%. Mais ainda, apenas 43% dos esgotos coletados são tratados. Na Região Norte essa proporção se reduz a 16%! No agregado, a coleta de esgotos, seguida do seu tratamento, beneficia menos de um quarto da população brasileira.

Os efeitos dessa situação sobre a saúde das pessoas são previsíveis. Estimativas do Institu-

to Trata Brasil apontam que 340 mil internações anuais são causadas por infecções decorrentes da falta de saneamento básico. Entre as dez cidades brasileiras onde há menor cobertura, a média de internações é quatro vezes maior do que entre as dez cidades mais bem atendidas!

Milhares de mortes ocorrem como consequência dessas enfermidades. Além do custo em vidas e recursos médicos, a carência do saneamento básico no Brasil aumenta a frequência dos afastamentos do trabalho, reduz a produtividade da economia, desincentiva o surgimento de atividades econômicas nas áreas mais afetadas das cidades, afasta o turismo e deprime em 20% o preço dos imóveis dos mais pobres. Os impactos

A coleta de esgotos, seguida de tratamento, beneficia menos de um quarto dos brasileiros

ambientais negativos são conhecidos, começando pela poluição e morte dos rios nos maiores centros urbanos.

Com o propósito de promover a necessária elevação dos investimentos na área de água e saneamento, já no início do meu atual mandato no Senado apresentei um projeto de lei criando o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (Reisb). Em essência, esse projeto estabelece a possibilidade de que o PIS-Cofins devido pelo setor possa ser utilizado para financiar investimentos adicionais de cada uma das companhias de água e esgoto. Ou seja, em vez de tributos, investimentos na expansão dos serviços, incluindo a melhora da produtividade das diferentes ações, como seria o caso típico das perdas de água, estimadas em mais de um terço do faturamento do volume tratado.

Mais ainda, o Reisb estabeleceu critérios para garantir o alcance de sua finalidade principal: o abatimento do PIS-Cofins terá valores anuais que correspondem à diferença entre os novos investimentos totais e a média dos investimentos que cada companhia promoveu nos cinco anos anteriores. Ou seja, uma empresa de saneamento que investiu, no último

quinquênio, R\$ 50 milhões por ano só terá direito a crédito do PIS-Cofins para investimentos que superarem esse valor nos próximos anos. O custo máximo da renúncia fiscal decorrente da implantação dessa política seria modesto – R\$ 2,5 bilhões por ano – quando comparado com seus benefícios sociais e econômicos.

Esse projeto foi aprovado no Senado e na Câmara dos Deputados e sancionado pelo presidente da República, mas com veto parcial, que eliminou precisamente o dispositivo que disciplinava a renúncia fiscal. Com isso o Reisb perdeu sua função primordial.

Na época da aprovação pelo Congresso e do veto parcial do governo, eu integrava o Ministério do presidente Michel Temer. Após meu regresso ao Senado, no início deste ano, apresentei novo projeto, aperfeiçoando o anterior e restabelecendo as condições do Reisb.

Note-se que o prazo estabelecido para a renúncia fiscal é de cinco anos. Somando tudo, o custo fiscal potencial seria de R\$ 12,5 bilhões (sempre a preços de dezembro de 2015). Mas, por outro lado, é preciso levar em conta que os maiores investimentos na cadeia produtiva gerariam arrecadação adicional, estimada em R\$ 3,5 bilhões no quinquênio. O aumento da cobertura de água e esgoto proporcionado por tais investimentos também elevaria a receita fiscal. E outros ganhos viriam mediante externalidades do tipo valorização de imóveis urbanos, economias nos gastos públicos e familiares com saúde e menores taxas de absenteísmo dos trabalhadores.

Isso tudo somente para sublinhar os efeitos econômicos dos maiores incentivos à promoção do saneamento básico, sem levar em conta os efeitos sociais altamente positivos, como a redução da mortalidade infantil e a melhora do aproveitamento escolar das crianças, pois as que são expostas às doenças estão sujeitas a menores níveis de aprendizagem. Em relação aos trabalhadores adultos, haverá maiores níveis de remuneração, em face da diminuição do absenteísmo e das melhores condições gerais de saúde.



JOSÉ
SERRA

Reencarnações do ademarismo

A custa de golfadas de mau gosto, a República do Brasil se repete não como farsa, mas como paródia. Bordões de antigamente ressurtem, regurgitados, com um sentido ainda mais cínico. É o que se dá com a máxima ademarista do “rouba, mas faz”, um dos mitos fundadores da política pátria.

Dia sim, dia não, a velha máxima vem abduzir a agenda nacional. Não faz uma semana, houve até a necessidade de que alguém esclarecesse que a doutrina do “rouba, mas faz” não foi o Maluf que fez. Embora a mística ademarista pareça, por vezes, viajar de carona em hostes mafiosas, a autoria da receita “rouba, mas faz” é anterior ao condenado de Paris. Talvez seja anterior ao próprio Ademar de Barros, que apenas teria encarnado, com seu discurso e sua prática inconfundível, um princípio já enraizado na malandragem que nutria desejo pelo fraque e pelo voto.

Em governos mais recentes, que acenavam do palanque com a mão esquerda e contavam as cédulas com a direita (não apenas cédulas eleitorais), o “rouba, mas faz” ganhou nova acepção: “rouba, mas faz obra social”. Como supostamente faziam “obras sociais”, os adeptos desse ademarismo reciclado teriam autorização tácita para financiar de modo, digamos, “não contabilizado” a subsistência luxuosa dos agentes e operadores das alegadas realizações “progressistas”. Forjou-se assim o “ademarismo canhoto”, cuja eficácia eleitoral se mostrou poderosa, embora tenha sido institucionalmente corrosivo.

Outra variante surge agora, no desbalço do governo Michel Temer. Os protagonistas da gestão que aí está não se esforçam quase nada em denotar lisura e conduta ilibada. Em compensação, declaram-se integralmente empenhados em fazer aprovar as tais reformas. Estaríamos vivendo, então, como já foi apontado, sob a égide do “rouba, mas faz reforma”.

Podemos fazer um adendo. Como as reformas são de perfil ultraliberal – ou mesmo “neoliberal”, como vem sendo dito –, o ideário político que se vai delineando no interregno Temer

poderia ser apelidado de “neoliberalademarismo” (com o perdão da brutalidade vocabular). O “neoliberalademarismo” funciona. No mínimo, funcionou para segurar até aqui o governo de Michel Temer, o que, convenhamos, é uma proeza.

Aliás, o próprio significado da palavra “reforma” passou por uma reforma radical. Até há bem pouco tempo o substantivo “reforma” servia como contraponto ao substantivo revolução – e era um termo de esquerda. Os “reformistas” eram socialistas sinceros, apenas não apostavam no uso da violência para, como gostavam de dizer, “transformar a sociedade”. Os reformistas eram ex-revolucionários adaptados a novos tempos. Os reformistas tinham rompido com o leninismo, não acreditavam mais em organizar o levante armado das massas e duvidavam da estratégia de “pegar em armas”. Preferiam investir na via eleitoral, dentro da legalidade burguesa, e disputar a “hegemonia”, mais ou menos como propôs Antonio Gramsci.

Agora, a palavra “reforma”, que antes integrava o léxico da esquerda, migrou para a direita. Defender a reforma (ou “as reformas”) no Brasil atual é alinhar-se com Michel Temer, o reformista mais aguerrido. De direita.

O dicionário político contem-

Nunca ocorreu a Lenin transformar o partido bolchevique em máquina de assaltar o erário

porâneo vem dando uma pirueta atrás da outra. A palavra revolução virou slogan de propaganda de automóvel na TV – e na lembrança de uns poucos é uma saudade remota. Nos anos 1980, que já vão longe, Daniel Cohn-Bendit, o “Dany le Rouge”, líder das ruas revoltosas de Paris em maio de 68, escreveu um livro para celebrar essa saudade: *Nous l'avons tant aimée, la révolution*. No Brasil, na mesma época, Fernando Gabeira lançou um livro em que ele e Cohn-Bendit dialogavam sobre a mesma nostalgia: *Nós que amávamos tanto a revolução*.

Pobre esquerda. Sem o monopólio sobre a palavra reforma, e sem ilusões na palavra revolução, bifurcou-se: uma corrente ama a reforma socializante, que

anda em baixa; a outra é essa que está aí a nos dever um novo livro: *Nós que roubávamos tanto a revolução*. E como roubaram.

Chegamos aqui a uma variante mais complexa. Os chupins da utopia alheia configuraram uma categoria política não mais canhota, mas canhestra: o ademarismo-leninismo. Em meio a tantas e tamanhas reviravoltas semântico-políticas, fragmentos ressequidos do pensamento instrumental de Vladimir Ilitch Ulianov Lenin compõem hoje ao submundo de ademaristas que acham que são leninistas. Haja comédia de mau gosto.

Francamente, Lenin não merecia isso. Sabemos que ele jamais cultivou virtudes burguesas e não dava a mínima para os limites da legalidade. Sabemos que seus métodos sanguinários só produziram o desastre. Mesmo assim, Lenin foi moralmente superior aos ademaristas que o veneram secretamente. Nunca lhe ocorreu transformar o partido bolchevique em máquina de assaltar o erário.

Em seu *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, publicado em 1920, Lenin admitiu expressamente que os comunistas deveriam conjugar a atividade legal (pública) e a atividade ilegal (clandestina), mas, para ele, a política definia-se pelas ações legais, públicas, e não pelas ações clandestinas. Ao comentar o caso do agente policial Roman Malinovski, que se infiltrou no partido e chegou a fazer parte do comitê central, ele reafirma que o que vale é a política implementada publicamente. Por isso, ele diz, até mesmo Malinovski, um espião inimigo, “se viu obrigado a contribuir para a educação de dezenas e dezenas de milhares de novos bolcheviques, através da imprensa legal (do partido)”.

Para Lenin, deixemos claro, a finalidade mais alta do partido era a política aberta, pública. Para o ademarismo-leninismo, ao contrário, a atividade pública do partido não passa de um atalho para a efetivação do roubo continuado. O que importa é privatizar o que é público, mesmo que para isso seja preciso fazer uma coisinha ou outra.

A direita e à esquerda, quem diria, o ademarismo virou uma unanimidade nacional.

*
JORNALISTA, É PROFESSOR
DA ECA-USP

Lições de uma derrota



A rejeição da reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado foi comemorada como um gol de placa pelo time dos inimigos da modernização do Estado. O senador petista Humberto Costa (PE) chegou a dizer que foi “a maior derrota do governo Temer”. É um evidente exagero, considerando-se principalmente que o revés não altera de nenhuma maneira a tramitação da reforma no Senado e, mantidas as atuais condições, sua aprovação em plenário deverá ser razoavelmente tranquila. Mesmo assim, o episódio serviu para reiterar a duvidosa qualidade da base de apoio ao presidente Michel Temer no Congresso, algo preocupante diante dos imensos desafios que ainda estão pela frente, em especial a reforma da Previdência.

Michel Temer não pode se dar ao luxo de perder nem votações secundárias, como esta na CAS, porque a estabilidade de seu governo está asentada na presunção de que ele controla uma boa bancada no Congresso, capaz de levar adiante as impopulares reformas. Ao se descuidarem dessa maneira, permitindo que governistas rebeldes prejudicassem os esforços do Palácio do Planalto, os operadores políticos do governo ajudaram a alimentar uma imagem de fragilidade que, somando-se aos problemas jurídicos de Michel Temer, coloca em questão a capacidade do presidente de concluir sua agenda reformista.

É preciso também destacar o papel negativo do PSDB nesse episódio da votação na CAS. Os tucanos precisam decidir se estão mesmo na base de apoio ao presidente Temer e se são favoráveis às reformas, como garantem seus dirigentes. A rejeição à

reforma trabalhista contou com a ajuda do senador Eduardo Amorim (PSDB-SE), que na planilha do Palácio do Planalto havia sido contabilizado como um voto a favor. Como o placar foi de 10 a 9, pode-se concluir que esse voto foi decisivo para a derrota. Mas é digno de nota também o comportamento irresponsável de outros governistas na CAS. Cinco senadores da base aliada simplesmente não apareceram para votar.

E há também a sabotagem, pura e simples, capitaneada por Renan Calheiros, líder do PMDB no Senado. Sem fazer parte da comissão, Renan pediu a palavra e tratou de desqualificar todas as reformas encaminhadas pelo governo, acrescentando ainda críticas aos “erros em série da política econômica”. Segundo o senador, que falava como se fosse um sindicalista da CUT, a equipe econômica está levando o País a um “quadro desesperador”.

Nominalmente, o senador Renan Calheiros é do mesmo partido do presidente Michel Temer, mas, na prática, seu partido sempre foi ele mesmo. Neste momento, Renan, alvo de múltiplos inquéritos sob acusação de corrupção, parece acreditar que sua salvação se encontra numa aliança tácita com o chefão petista Lula da Silva, ainda muito forte entre eleitores do Nordeste. De quebra, espera que essa proximidade com Lula ajude o filho, Renan Filho (PMDB), a conseguir a reeleição como governador de Alagoas.

Como era esperado, o governo deu o troco a Renan, usando a linguagem que o Congresso entende: demitiu apadrinhados do senador Hélio José (PMDB-DF), que é do grupo de Renan e votou contra a reforma na CAS.

Mas apenas isso não basta. É preciso denunciar, com a máxima crueza possível, que esses parlamentares

são a vanguarda do atraso. Não está em jogo apenas um punhado de mudanças na legislação trabalhista ou no sistema previdenciário. O que está em jogo é a definição do futuro imediato do País.

É urgente enfrentar os problemas estruturais que condenam o Brasil ao desenvolvimento medíocre e à baixa produtividade. As reformas em curso, tímidas diante do desafio, são apenas o começo desse processo, que tem de servir principalmente para romper a lógica segundo a qual tudo neste país começa e termina no Estado. Os inimigos das reformas são justamente aqueles que construíram relações privilegiadas com o Estado, seja na forma de subsídios e isenções em geral, seja como obséquios para funcionários públicos, em detrimento do resto da população, que deve arcar com os impostos que sustentam essa relação viciada. A derrota do governo é a vitória dessa gente.

Documento único

Aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Michel Temer, a lei que unifica todos os documentos de identidade com base nos registros biométricos da Polícia Federal e da Polícia Civil já está em vigor.

Como poderá ser usado nas mais diversas situações do dia a dia e terá um número único com validade em todo o território nacional, o Documento de Identificação Nacional poderá facilitar a vida dos cidadãos. Entre outras vantagens, a identificação de cada brasileiro com um número único ajuda a coibir falsidades e atos criminosos. Também permite acesso mais rápido e direto aos benefícios a que cada cidadão faz jus. E ainda facilita as relações entre a população, as entidades privadas e o Poder Público.

A lei, que reuniu num só documento dados da Cédula de Identidade (RG), da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e do título de eleitor, tramitou em regime de urgência na Câmara dos Deputados e foi aprovada no Senado sem emendas para evitar que o texto voltasse para a Câmara. Desde o início, o projeto contou com o apoio de setores do Executivo federal, de governos estaduais e de parte do Poder Judiciário.

O único foco de resistência foram os Tribunais de Justiça

– e, assim mesmo, por uma questão meramente formal: segundo seus presidentes e corregedores, seria da Justiça Comum, e não do Poder Legislativo, a competência exclusiva para disciplinar registros públicos. Originariamente, a criação de um documento único de identificação foi proposta pelo Tribunal Superior Eleitoral. Para contornar as pressões dos presidentes e corregedores dos Tribunais de Justiça, os responsáveis pela redação final do projeto promoveram algumas alterações sutis no texto inicial, substituindo, por exemplo, a expressão Registro Civil Nacional por Identificação Civil Nacional.

Pela lei, a unificação dos documentos de identidade será realizada por um comitê integrado por três representantes do governo federal, três representantes da Justiça Eleitoral, um da Câmara dos Deputados, um do Senado e um do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Esse comitê será responsável pela definição do padrão biométrico, das regras de formação do número da identidade nacional, dos procedimentos que serão necessários para a expedição do documento e dos parâmetros técnicos e econômicos dos serviços de conferência de dados biométricos, que serão sigilosos.

Já os documentos emitidos por entidades de classe, como a Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho Federal de Medicina e o Conselho Fede-

ral de Engenharia e Agronomia, somente terão validade se atenderem aos requisitos de biometria e de fotografia conforme o padrão utilizado no Documento de Identificação Nacional.

Para custear o desenvolvimento e manutenção do Sistema de Identificação Civil Nacional, com base no qual o Documento de Identificação Nacional será emitido, a lei determina a criação de um Fundo de Identificação Civil Nacional, que será composto por recursos do Orçamento-Geral da União. Será do Tribunal Superior Eleitoral a responsabilidade de elaborar o cronograma de implementação da coleta das informações biométrica e de armazená-las.

A lei garante o acesso da União, Estados, Distrito Federal, municípios e Poder Legislativo à nova base de dados. Prevê, ainda, punição para a comercialização dessa base de dados, com pena de detenção de 2 a 4 anos. Por fim, estabelece que a primeira via do novo registro será concedida gratuitamente a cada cidadão.

A criação de um documento único de identificação nacional é uma ideia antiga, velha de pelo menos meio século. Custa crer que uma medida tão importante como essa tenha demorado todo esse tempo para ser convertida em lei. Espera-se que os órgãos incumbidos de dar sentido prático à lei ajam com a necessária presteza, para que seus efeitos não demorem tanto.

O horário gratuito e os nanicos

O financiamento de campanhas eleitorais por corporações privadas é uma óbvia fonte de ilicitudes, como se tem comprovado nos últimos tempos no País, e essa é uma das razões pelas quais essa prática foi sabiamente vetada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). As doações eleitorais de pessoas físicas, insuficientes para os padrões milionários de nossas campanhas eleitorais, são permitidas dentro dos limites legais. Mas o sistema em vigor de predominância do financiamento público, que é enfaticamente defendido por maliciosos defensores da Justiça e da moralidade, embute uma poderosa fonte de corrupção que tende a ser negligenciada quando se discute a urgente necessidade de uma ampla reforma política: o chamado horário eleitoral gratuito no rádio e na TV.

Para começar, de gratuito esse tempo oferecido aos partidos políticos não tem nada, porque é pago pelos cofres públicos, ou seja, pelo contribuinte. É um bom negócio para as emissoras de rádio e televisão – ao contrário do que muitos imaginam – e, principalmente, para os partidos. Tanto para os que precisam de tempo de exposição na mídia para conquistar votos como para os que não têm nenhuma pretensão eleitoral – as chamadas legendas de aluguel –, mas faturam alto vendendo o tempo a que têm direito em nome de “alianças” ou

“coligações” cujo valor se mede em moeda corrente.

A propaganda eleitoral obrigatória no rádio e na TV aberta foi imaginada como um modelo de justa distribuição de tempo entre candidatos e partidos, de modo a eliminar a influência do poder econômico no processo eleitoral. Para tanto, é proibida a compra de tempo no rádio e na TV por partidos e candidatos. A lei estabelece que as emissoras devem ceder gratuitamente às legendas tanto o tempo para a propaganda de seus programas políticos, fora do período eleitoral, como para a propaganda dos candidatos, no tempo limitado da campanha eleitoral. De acordo com a lei, a cessão desse tempo é ressarcida às emissoras na forma de isenção fiscal, em montante equivalente a 80% do valor estabelecido nas respectivas tabelas de preço. Dependendo do volume, nas negociações de venda de publicidade comercial os descontos concedidos pelas emissoras costumam ser maiores do que 20%.

Para efeito de campanha no rádio e na TV, a cada legenda é atribuído um tempo proporcional a sua representação nas Casas legislativas. Partidos nanicos, obviamente, dispõem de tempo reduzido, existindo um mínimo para os que não dispõem de representação parlamentar. Mas, em se tratando de campanha eleitoral, cada segundo é valioso. E esse é o momento em que os nanicos – inclusive os que se definem como “ideológicos” – usam seu

poder de barganha para compensar os recursos igualmente escassos que provêm da outra fonte importante de financiamento, o Fundo Partidário.

Somados, os recursos diretos do Fundo Partidário e os indiretos – em todos os sentidos – da chamada propaganda gratuita tornam a existência de pequenos partidos políticos – que, de modo geral, estão condenados a permanecer nessa condição – suficientemente atraente e gratificante para pretensas lideranças absolutamente desimportantes no cenário político, frequentemente movidas por ambição pessoal, vaidade ou tino para negócios.

Vai uma enorme distância, portanto, entre, quando as há, as boas intenções de um sistema de financiamento público de partidos e campanhas eleitorais e a realidade do sistema político-partidário-eleitoral em vigor. O déficit de representatividade popular é em parte o resultado de um sistema partidário viciado e decadente.

Diante de absurdos como a existência de 35 partidos políticos registrados na Justiça Eleitoral e outros 50 na expectativa de terem aprovados seus pedidos de legalização, todos eles se beneficiando da mamata dos recursos públicos, não há a menor possibilidade de que a atividade política, essencial à democracia, seja efetivamente colocada a serviço do bem comum. Continuará sendo apenas um bom negócio para os maus políticos. Isso precisa mudar.

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 97 ★ QUINTA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 2017 ★ Nº 32.222

EDIÇÃO SP/DF ★ CONCLUÍDA ÀS 01H15 ★ R\$ 4,00

Roger Abdelmassih passará a regime de prisão domiciliar

A Justiça de Taubaté (SP) decidiu que o ex-médico Roger Abdelmassih, 73, condenado a 181 anos de prisão por abusar sexualmente de pacientes em sua clínica de reprodução, cumprirá prisão domiciliar. Em presídio desde 2014, ele estava havia mais de um mês em hospital, com pneumonia. **Cotidiano B6**

Denúncia contra a CPTM tem erro nos valores pagos

Levantamento da **Folha** mostra que denúncia do Ministério Público de São Paulo sobre suposta irregularidade em seis contratos da CPTM tem erros sobre os valores pagos para reforma e manutenção de trens. A falta põe em dúvida a acusação de que os preços dos contratos, assinados em 2012, foram superfaturados. **Poder A8**

Em 2 dias, Macron perde 4 ministros acusados de desvios

O anúncio da formação do governo de Emmanuel Macron na França foi ofuscado pela renúncia de quatro ministros nas 48 horas que o precederam, devido a suspeitas de desvios de recursos. Entre as baixas está François Bayrou, líder do centrista Movimento Democrático, que deixou a pasta da Justiça nesta quarta (21). **Mundo A10**

Revelações do Paulistano podem ser escolhidas por equipes da NBA

Esporte B6

EDITORIAIS Opinião A2

Leia "Fiasco tributário", sobre ritmo lento da melhora da arrecadação de impostos federais, e "Corrupção, Rússia, Brasil", acerca de Temer e Putin.

ATMOSFERA Cotidiano B2

Dia de sol entre nuvens e sem chuva
Mínima 14°C Máxima 21°C

RODÍZIO Cotidiano B2

Não devem circular carros com placas cujo final seja: **7** ou **8**

CIRCULAÇÃO 296.304 (impressos + digitais)
AUDIÊNCIA 29.267.191 visitantes únicos/mês



» **DE VOLTA** Joesley Batista, da JBS, deixa a sede da Polícia Federal em Brasília após prestar novo depoimento **Poder A6**

Justiça barra plano de venda de ativos da JBS

Empresa dos irmãos Batista, que está endividada, ainda sofre pressão do governo pelo bloqueio de seus bens

A Justiça colocou em xeque o plano da JBS para sobreviver à crise de reputação deflagrada após a delação de executivos da empresa.

O juiz federal Ricardo Leite, do Distrito Federal, vetou ontem a venda de negócios da companhia à rival Minerva. A operação renderia cerca de R\$ 1 bilhão. A JBS vai recorrer da decisão.

O acordo era o primeiro passo de um amplo programa de venda de ativos com o objetivo de levantar ao menos R\$ 6 bilhões. A empresa, cujo endividamento beira os R\$ 50 bilhões, enfrenta restrição de crédito.

A decisão de Leite é um duro revés para os irmãos Batista, que tentam reerguer os negócios da família.

Ela não só inviabiliza o acordo com o Minerva como cria insegurança para interessados nos demais ativos do grupo. O conglomerado terá de pagar R\$ 10,3 bilhões em acordo de leniência.

O governo ainda elevou a pressão sobre a empresa. A Advocacia-Geral da União pediu o bloqueio dos bens da JBS e dos irmãos. **Mercado A17**

TURISMO

Além de esportes radicais, Nova Zelândia oferece águas terapêuticas e bons vinhos **D1**

Hotel de Trump em Washington usa seu serviço de quarto para mimar hóspede **D9**

Relatório da PF é prematuro e precário, afirma defesa de Temer

A defesa de Michel Temer classifica o relatório parcial da Polícia Federal, que aponta crime de corrupção passiva pelo presidente, como "prematuro e precário".

O advogado Gustavo Guedes disse à **Folha** que a PF se baseou em trechos inteligíveis de conversa entre Temer e Joesley Batista para fazer a acusação. **Poder A4**

Supremo indica que delações de executivos não serão revistas

O STF retoma hoje discussão sobre a delação de executivos da JBS. Ontem, o ministro Edson Fachin defendeu a validade dos acordos, sua permanência na relatoria e que benefícios de delatores não sejam revistos agora.

Alexandre de Moraes seguiu o voto do relator, mesma posição sinalizada por outros três ministros. **Poder A5**



» **NOVO FOCO** Imagem feita em 1960, do alto do edifício Banespa, em São Paulo, pelo fotógrafo da Magnum René Burri; no ano em que completa seu 70º aniversário, a célebre agência recorre a investidores para se manter de pé **Ilustrada C4 e C5**

MÔNICA BERGAMO

Joaquim Barbosa reluta em tentar a Presidência

Procurado por PT, PSB e Rede, o ex-presidente do STF Joaquim Barbosa não se convenceu a sair candidato à Presidência. Artistas como Caetano Veloso, Lázaro Ramos e Fernanda Torres tentaram fazê-lo mudar de ideia, sem êxito. A eles Barbosa indagou: "Será que o Brasil está preparado para ter um presidente negro?". **Ilustrada C2**

Proposta de 'recall' do presidente da República avança entre senadores

Poder A6

FALE COM A FOLHA

Veja como entrar em contato com o serviço ao assinante, as editorias e o ombudsman **fales.folha.com.br**

Articulação de petistas e PSOL irrita Lula

Ex-presidente foi surpreendido com reunião entre lideranças dos partidos; movimento sem-teto também participou

Encontro, realizado no domingo, serviu para traçar uma estratégia conjunta para os partidos de oposição

CATIA SEABRA
DE SÃO PAULO

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva manifestou a aliados irritação com a participação de dirigentes petistas numa reunião com integrantes do PSOL e de movimentos de esquerda para dis-

‘Considero Lula um líder, não um chefe’, diz Tarso

DE SÃO PAULO

O ex-ministro Tarso Genro afirma que a candidatura do ex-presidente Lula deve ser amparado por “um leque de forças que vá do centro progressista à esquerda social-democrata e socialista”.

Crítico ao comando do PT, ele participou no domingo de uma reunião com integrantes do PSOL e de movimentos de esquerda para construir uma frente e um programa de esquerda. (CATIA SEABRA)

★

Folha - Qual razão o levou a participar de uma reunião ampla, já que não tem comparecido às reuniões do PT?

Tarso Genro - Tenho participado de foros da esquerda para debater uma nova frente e um programa de transição de uma economia liberal-rentista, que nos sufoca, para uma desenvolvimentista nacional-popular, que privilegie a distribuição de renda e o emprego. Esta reunião era para ser reservada. Por isso, não vou falar sobre ela.

Por que o sr não tem ido às reuniões do PT?

Cristalizou-se uma maioria na nossa direção cuja agenda é meramente defensiva em relação ao que nos aconteceu com o impedimento de Dilma. Não estou falando que é preciso fazer uma autocritica como penitência, mas que seria necessário examinarmos em profundidade as escolhas econômicas e políticas que fizemos e nos tornaram reféns de uma confederação de investigados e denunciados, que eram nossos aliados, e aderiram, sem pudor, a um programa liberal-rentista.

É uma resposta à presidente do PT, Gleisi Hoffmann, que disse que o partido não deveria se açoiar?

Não estou respondendo a Gleisi. Acho que ela até foi uma boa solução, renovadora dentro da atual hegemonia. Mas, se não abrir o debate à esquerda, a própria candidatura de Lula será prejudicada.

A presença do sr. na reunião pode ser vista como uma disposição de deixar o PT?

Não tenho nenhuma decisão sobre deixar o PT.

Quando diz que ainda não tomou decisão, é porque não descarta a hipótese?

Partido não é religião, nem sociedade secreta organizada com cruzamento de sangue. Atualmente, não vejo um instrumento melhor do que o PT, com suas grandezas e misérias, para atuar politicamente com realismo e esperança.

O sr. informou a Lula sobre a reunião de domingo?

Minha relação com Lula se baseia no fato de que reconheço nele a melhor liderança do PT e do país. Mas não temos qualquer dever de subordinação pessoal na nossa militância. Considero Lula um líder e não um chefe.

cussão de um programa de governo para o país.

Segundo a **Folha** apurou, Lula soube apenas na terça-feira, e pela imprensa, que um grupo de petistas, dirigentes do PSOL e representantes de movimentos de esquerda tinham se reunido no domingo (18) para traçar uma estratégia para a oposição.

Ainda segundo petistas, Lula ficou particularmente contrariado com o líder do PT no Senado, Lindbergh Farias (RJ). Na segunda-feira, Lindbergh participou de uma reunião com Lula na sede do

partido em São Paulo, mas não fez qualquer menção ao encontro da véspera.

Realizada a convite do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), de Guilherme Boulos, e da Frente Povo Sem Medo, a reunião contou com a participação do ex-ministro da Justiça Tarso Genro e de Vicente Trevas, assessor do Planalto no governo Lula.

O secretário de Formação do PT, Carlos Henrique Árabe, e o deputado estadual João Paulo Rillo foram à reunião. O deputado federal Ivan Valente (SP) e o deputado estadual Marcelo Freixo (RJ) eram representantes do PSOL à mesa.

Para integrantes da cúpula petista aí está o embrião de um novo partido. Dirigentes petistas chegaram a chamar seus colegas que foram ao encontro de desonestos.

Ministro dos governos Lula e Dilma, Gilberto Carvalho minimizou. “Quanto mais conversas, melhor. Agora, a história de criar um partido a partir desta conversa, sinceramente, não acredito”, disse.

A movimentação de Boulos também surpreendeu petistas. Eles chamam a reuni-

ão de inoportuna por ocorrer num momento em que se espera uma decisão do juiz Sergio Moro sobre a ação penal do caso tríplex, em que Lula é acusado de receber propina da empreiteira OAS por meio da posse de um apartamento em Guarujá.

Segundo participantes da reunião de domingo, está em discussão um “programa mais à esquerda”, que vá “além” dos governos petistas. A reforma do sistema tributário, uma auditoria do sistema da dívida e o controle da mídia são propostas em debate.

Para petistas, a discussão de um programa de governo à revelia de Lula colide com o discurso de que não existe um plano B para a esquerda.

A ideia de elaboração de um plano de governo em conjunto com movimentos de esquerda já foi rechaçada por Lula.

No dia 2 de junho, o ex-presidente contrariou a esquerda ao pregar pragmatismo durante discurso de abertura do congresso do partido em Brasília. Lula afirmou que é necessário saber se as promessas são “exequíveis”.

Aviso de Recebimento é nefasto para SP

ALENCAR BURTI

Sofremos recentemente uma grande frustração na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). Após debates, pleitos, audiências públicas e mobilizações no decorrer de mais de um ano, acreditávamos que havia chegado o dia em que o PL 874/16 seria votado, mas houve um adiamento.

Ele anula a lei nº 15.659/15, que obriga o Aviso de Recebimento (AR) nos comunicados que os credores enviam aos consumidores em situação de inadimplência, antes que estes sejam incluídos em listas de devedores. A revogação da lei é demanda da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp), que congrega mais de 400 entidades e 200 mil empresários.

Somos contra o AR porque prejudica consumidores, famílias, empresas e as próprias associações comerciais, além de ser sete vezes mais caro do que a carta simples. Se o AR não é adotado por nenhum outro Estado, por que precisa ser em São Paulo?

Em primeiro lugar, ao contrário do que afirmam entusiastas do modelo atual, o PL 874, de autoria do governador Geraldo Alckmin, está totalmente alinhado com o Código de Defesa do Consumidor, que prevê somente comunicação por escri-

O AR prejudica famílias, consumidores, empresas e as associações comerciais, além de ser sete vezes mais caro do que uma carta simples

to ao consumidor, antes da inscrição da dívida em cadastro.

O PL traz a facilidade da consulta gratuita, pela internet, da situação de cada consumidor. Já a lei do AR dificulta a vida de todos. Retrógrada, vai na contramão de uma época em que se resolve tudo pela internet.

A carta simples funciona bem há mais de 30 anos, chegando ao destinatário de forma rápida, barata e eficiente. Todas as cobranças — água, luz, telefone — são entregues assim. Segundo os Correios, o índice de entrega da correspondência simples é de 97%, enquanto o do AR é de 60%.

São vários os fatores que fazem do AR um instrumento ineficaz. Os carteiros, por exemplo, trabalham em horário comercial, quando os potenciais destinatários também estão em horário de trabalho e, assim, ficam impossibilitados de assinar o aviso.

Além disso, nem todos os municípios do Estado são atendidos com serviço de AR. Assim, os consumi-

dores desses locais não sabem que estão negativados. A dívida, portanto, vai para protesto, obrigando o cidadão a arcar com as custas do cartório, além do pagamento da dívida.

Outro agravante: nos 50% de municípios paulistas sem cartório, os consumidores se veem obrigados a se deslocar para outra cidade.

Já existe jurisprudência contrária ao AR. O STJ, por exemplo, em sua súmula nº 404, diz que ele é dispensável “na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome”.

De setembro de 2015, quando a obrigatoriedade do AR entrou em vigor, até março deste ano, 6,7 milhões de CPFs foram protestados. Considerando-se esse total, a R\$ 1.500 de dívida média e pagamento de uma taxa em torno de 10%, chega-se a um custo total de R\$ 1 bilhão, caso todas as pessoas protestadas queiram limpar o nome no cartório.

Acreditamos que a Alesp, representante legítima do povo paulista, não irá nos decepcionar e cumprirá o compromisso assumido conosco. As empresas e os consumidores não podem mais esperar.

ALENCAR BURTI, é presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp) e da Associação Comercial de São Paulo (ACSP)

Alckmin deve retirar pensão de gasto com educação em SP

Manobra de incluir aposentadoria em cálculo é vetada por tribunal de contas

Governo afirma que as ‘providências com relação ao orçamento serão tomadas conforme a orientação do TCE’

PAULO SALDAÑA
DE SÃO PAULO

O Estado de São Paulo, sob o comando do governador Geraldo Alckmin (PSDB), terá que retirar, a partir do orçamento de 2018, valores pagos a aposentados que constam no cálculo de gasto mínimo constitucional com educação.

A medida aparece em forma de “ressalva” na análise das contas do Estado de 2016, votada nesta quarta (21) pelo TCE (Tribunal de Contas do Estado). As contas foram aprovadas, apesar dessa e de outros alertas e recomendações.

No cálculo apresentado pelo tribunal, os pagamentos com aposentados computados como se fossem investimentos em educação alcançaram R\$ 6,5 bilhões no ano passado. São valores que, na prática, não vão para a sala de aula —por isso devem sair do volume declarado como educação, segundo o TCE.

A Constituição paulista exige que 30% das receitas sejam investidos na manutenção e desenvolvimento do ensino. Só levando em conta as aposentadorias, porém, é que o governo alcança o índice.

O governo Alckmin diz que gastou 31% das receitas com educação em 2016. O percentual cai para 25% ao descontar o gasto com aposentados.

Na análise do TCE, o entendimento foi que o Estado respeita a vinculação exigida pela Constituição Federal, que é de um mínimo de 25%. Os conselheiros acompanharam o voto do relator, conselheiro Roque Citadini.

Reportagem da **Folha** publicada no início do mês havia adiantado o entendimento de não mais aceitar a manobra, sob a exigência de respeitar o mínimo federal de 25%, e não o que descreve a Constituição estadual.

O governo de SP tem lançado mão da manobra há vários anos. Essas operações representaram, só nos últimos três anos, R\$ 13 bilhões de recursos declarados como educação, mas desviados para pagamento de aposentados.

Nem todo gasto, mesmo no âmbito da secretaria, pode ser considerado como de “Manutenção e Desenvolvimento da Educação”. Ações de assistência estudantil e até merenda não entram na conta.

Interpretações da legislação dão margem à manobra. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, descreve o que é “manutenção e desenvolvimento” da educação. Não inclui os aposentados, embora seja omissa em citar a exclusão. Manuais do MEC são claros em excluir inativos.

A Secretaria de Planejamento afirma que as contas do governo foram aprovadas, “o que comprova seu compromisso em aplicar da melhor forma os recursos públicos”.

Com relação aos inativos, o governo diz que “as providências com relação ao orçamento de 2018 serão tomadas conforme a orientação do TCE”.

Denúncia de superfaturamento na CPTM tem erro nos valores pagos

Falha coloca em dúvida a acusação de que o preço pago superou valor inicial do contrato

Promotor que fez a acusação afirma que retirou os preços de documentos oficiais da presidência da empresa

MARIO CESAR CARVALHO
DE SÃO PAULO

A denúncia do Ministério Público de São Paulo sobre suposto superfaturamento em seis contratos da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) contém erros sobre os valores pagos para reforma e manutenção de trens, segundo levantamento feito pela **Folha**.

A falha coloca em dúvida a principal acusação da Promotoria: a de que os preços dos contratos, assinados em 2012, foram superfaturados.

A denúncia diz que houve um superfaturamento de R\$ 406,4 milhões porque os contratos de R\$ 907,2 milhões teriam sido reajustados para R\$ 1,35 bilhão.

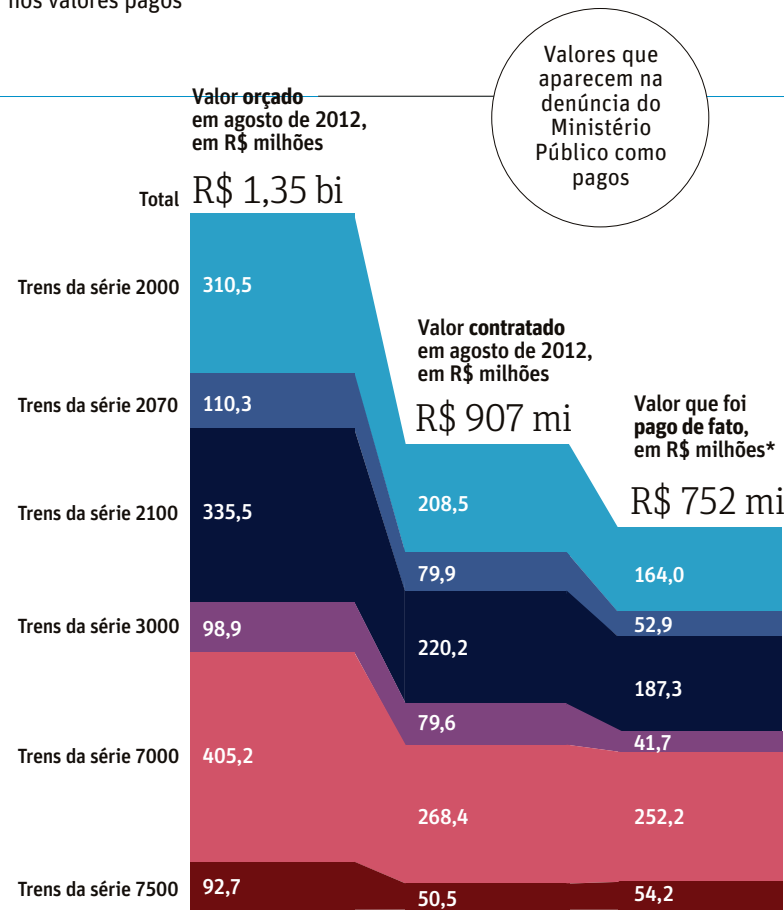
Os valores pagos, no entanto, são muito menores do que aqueles apresentados na acusação do promotor Marcelo Mendroni no último dia 12. O total pago foi de R\$ 752,4 milhões, e não R\$ 1,35 bilhão, de acordo com valores que a CPTM desembolsou e é obrigada a colocar no Portal da Transparência do governo do Estado. O levantamento feito pela **Folha**, contabilizando valores pagos entre 2013 e março deste ano, foi confirmado pela empresa pública.

Como os contratos somam pouco mais de R\$ 900 milhões e foram pagos R\$ 752,4 milhões, não é possível falar em superfaturamento.

Contrato de serviço, como

NAS ALTURAS

Denúncia sobre superfaturamento em estatal de transporte contém erros nos valores pagos



*De 2013 a mar.2017 Fonte: Portal da Transparência do governo de SP, CPTM e Ministério Público de São Paulo

manutenção e reforma de trens, são diferentes daqueles para compra de produtos. Enquanto estes têm um preço fechado —para a compra

de um trem, por exemplo—, o de manutenção segue valores variáveis, dependendo do que foi consertado. Por causa dessa variação, a CPTM ou

o Metrô pode gastar menos do que havia previsto inicialmente com manutenção.

Outro motivo do gasto menor, segundo dois executivos

de empresas que prestam serviços e falaram à **Folha** sob condição de que seus nomes não fossem citados, é que a CPTM tem reduzido serviços de manutenção, só reparando o essencial por causa dos problemas financeiros.

A CPTM rebate e, como prova, exhibe números que apontam que seus trens têm quebrado menos do que há cinco anos.

Mendroni disse à **Folha** que usou na denúncia que apresentou à Justiça valores que apareceram em relatórios da presidência da CPTM que homologaram as licitações.

Os preços que constam desses documentos são os chamados valores de referência, uma exigência da Lei das Licitações. Obtido a partir de pesquisa de mercado, esse valor funciona como preço máximo em concorrências públicas. Os preços ofertados pelas empresas concorrentes são sempre abaixo ou igual a esse valor.

Mendroni diz ter solicitado os valores pagos à CPTM, mas seu pedido não foi atendido. A CPTM diz que não houve pedido formal, mas apenas um convite para a empresa apresentar os montantes.

Há, no entanto, suspeitas de outros crimes nos seis contratos. O promotor diz ter encontrado indícios de que as empresas formaram um cartel, ao dividir entre si os contratos, e com isso fraudaram as licitações, já que nesse tipo de conluio não é possível garantir que o Estado pagou o menor valor possível.

O promotor é autor de outras denúncias, que resultaram em 14 ações judiciais contra Metrô, CPTM e empresas que atuam nesse mercado.





▶ OUTRO LADO ◀

Promotor diz que usou preços de relatório oficial

DE SÃO PAULO

O promotor Marcelo Mendroni disse que usou na denúncia que apresentou contra a CPTM valores que constam de documentos oficiais da empresa. “Deduzi que a CPTM orquestrou o cartel e direcionou as licitações para os vencedores, evidentemente, não a troco da nada...”.

Mendroni afirma que há problema seja com superfaturamento ou com gasto abaixo do que foi contratado.

“Se orçaram e efetivamente pagaram aqueles valores reajustados, houve evidente superfaturamento. Se orçaram e não pagaram aqueles valores, foi porque deixaram de cumprir com as reformas dos trens que eles mesmo disseram necessitar, e isso já justificaria o estado de conservação dos trens, com reclamações quase diárias da população paulista. Isso tudo é o que eles deverão explicar na Justiça”, afirma.

Segundo ele, as divergências sobre valores pagos serão esclarecidos na Justiça.

O promotor diz ter pedido ao juiz para que a empresa informe os valores pagos nos contratos de manutenção, que vão passar por perícia.

Mendroni conta que depois de ver tantos problemas em contratos de trens é obrigado a desconfiar das versões apresentadas pelas empresas. “Sou pago pela sociedade para desconfiar, ainda mais depois de ver tantos cartéis e tantas fraudes em todos esses contratos de trens”.

A CPTM diz que não há negligência na manutenção de seus trens. Em 2012, foram registradas 7.717 falhas por quilômetros rodados, um indicador da qualidade dos trens e da manutenção. No ano passado, foram 5.947.

TCE aprova contas de Alckmin com ressalvas

Relator aponta falta de dados sobre renúncias fiscais; governo fala em avaliar mudanças

GABRIELA SÁ PESSOA

DE SÃO PAULO

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo votou, nesta quarta (21), pela aprovação com ressalvas das contas do exercício de 2016 do governador Geraldo Alckmin (PSDB).

O relator, Antônio Roque Citadini, apontou a falta de informações nas contas apresentadas sobre a renúncia de receitas e incentivos fiscais.

“Quem recebeu renúncia tem que aparecer nome, sobrenome e RG”, disse Citadini, que citou a falta de controle das desonerações no Rio como uma das razões da crise financeira no Estado vizinho.

O conselheiro cobrou que

o governo dê transparência ao valor de arrecadação de que abre mão, por quanto tempo e a quem estende o benefício e, por fim, explique qual será a compensação pela perda de receitas de impostos como IPVA e ICMS.

Em 2016, a arrecadação de São Paulo foi de R\$ 191,6 bilhões, uma queda de 7,5% dos R\$ 207 bilhões estimados no orçamento.

Nesta semana, a Assembleia Legislativa discute projetos de lei que visam parcelar as dívidas de IPVA e de ICMS —o que, de acordo com o governo, adicionaria R\$ 2,5 bilhões ao orçamento.

O TCE também apresentou ressalvas a respeito do paga-

mento de precatórios. São Paulo tem até 2020 para quitar R\$ 22 bilhões em precatórios acumulados. Porém, em 2016, destinou R\$ 2 bilhões para esse passivo —valor considerado insuficiente pelo tribunal, que pediu que o governo se organizasse para cumprir o prazo.

O tribunal cobrou ainda “providências imediatas” a respeito da paralisação das obras da linha 6 do metrô de São Paulo.

As ressalvas obrigam o governo a atender às determinações do TCE —a única vez em que houve parecer semelhante foi em 2014, segundo o órgão. O parecer do tribunal segue para votação na As-

sembleia paulista.

INFORMAÇÕES

Em nota, o governo de São Paulo disse que o site da Secretaria da Fazenda publica a lista de “todas as isenções de ICMS previstas no regulamento” do imposto. O governo afirma que, na área de “acesso à informação” do site, há uma área sobre “tributos, legislação, benefícios e indicadores”, em que consta um link para “benefícios fiscais concedidos”.

“Eventuais aprimoramentos apontados pelo Tribunal de Contas certamente serão avaliados pela pasta e poderão ser implementados, respeitada a legislação em vigor.”

Relatório da PF é prematuro e frágil, diz defesa de Temer

Para Gustavo Guedes, conclusões não podem ser tiradas sem perícia de áudio

Advogado diz que a polícia se baseou em trechos ininteligíveis da conversa entre Temer e Joesley

GUSTAVO URIBE
DE BRASÍLIA

A defesa do presidente Michel Temer classifica o relatório parcial apresentado pela Polícia Federal que aponta crime de corrupção passiva por parte do peemedebista como “absolutamente frágil, prematuro e precário”.

Em entrevista à **Folha**, o advogado Gustavo Guedes, que atua na defesa de Temer no inquérito no STF (Supremo Tribunal Federal), rebateu a conclusão da PF de que há evidências com “vigor” contra o presidente, apontado pela polícia como beneficiário dos R\$ 500 mil recebidos numa mala da JBS por seu ex-assessor Rodrigo Rocha Loures.

Segundo o advogado, a polícia se baseou em trechos ininteligíveis da conversa entre o presidente e o empresário Joesley Batista.

O advogado defendeu que o STF estabeleça limites para a aceitação de provas em delações e disse que poderão ser utilizadas contradições das declarações do empresário na defesa da invalidação do acordo fechado com Procuradoria-Geral da República.



Folha - O relatório da PF é conclusivo em apontar a prática de corrupção pelo presidente.

“No trecho destacado pelo próprio delegado, das cinco frases do presidente, três são ininteligíveis. Como vou concluir um tema com mais da metade das frases que ele reputa importantes ininteligíveis?”

tica de corrupção pelo presidente.

Gustavo Guedes - O relatório é preliminar e não poderia ter sido concluído sem o término da perícia [no áudio]. O delegado dividiu o relatório em três tópicos. Para os últimos dois, disse que tinha de esperar a conclusão da perícia. Mas, que em relação ao primeiro, sobre o valor recebido por Rodrigo Rocha Loures [R\$ 500 mil, da JBS], ele já poderia se posicionar porque há uma sequência lógica nas frases.

O perito Ricardo Molina já disse que não há sequência lógica de frases em um gravador digital e qualquer criança com um pouco de experiência na área faz esse ajuste se for o caso.

Então, é temerário e é inadequado concluir um inquérito contra um presidente sem a conclusão de todas as provas necessárias.

Mas e o áudio da conversa entre o presidente e o empresário Joesley Batista?

O delegado destaca no relatório um trecho, que é a sequência de frases da conversa do Joesley com o presidente, onde se consubstanciaria a indicação do Rocha Loures como interlocutor. No trecho destacado pelo próprio delegado, das cinco frases do presidente, três são ininteligíveis, dito por ele mesmo. Como vou concluir um tema com mais da metade das frases que ele reputa importantes ininteligíveis? Como o perito apontou, bem nesse trecho, houve um ruído. É possível colocar um ruído em uma gravação para esconder uma frase que não se quer que seja divulgada.

O relatório diz que há evidências “com vigor” da relação de Temer com a mala recebida por Loures.

Mas ele é muito frágil, absolutamente frágil, prematuro e precário. Ele [delegado] próprio diz que não pode concluir o relatório porque falta perícia. E, na parte que ele diz que pode concluir, como eu já disse, das cinco frases que ele usa para justificar, três são

ininteligíveis. Então, é prematuro, precário e não poderia ser conclusivo. O vigor que a Polícia Federal apresenta são cinco frases, das quais três são ininteligíveis.

A relação de Temer e Joesley era próxima [em seu depoimento, Joesley diz ter ido várias vezes ao Jaburu]?

Não. Ele coloca como se tivesse uma relação antiga com o presidente. Se ele tinha essa relação próxima, e ele aponta o presidente como líder de uma quadrilha, por que ele não tratou com o presidente de propina? Se eu tenho uma relação próxima com você e financio as suas campanhas eleitorais desde 2010, como ele colocou, por que não se tratou de dinheiro na conversa com o presidente? Por que ele trata de dinheiro com o Rodrigo Rocha Loures, que seria uma pessoa interposta do presidente, se ele tinha chance de falar de dinheiro com o presidente, que seria o destinatário, segundo ele? A história não fecha.

A defesa do presidente acredita ter indícios para a invalidação da delação?

Na minha opinião, há que se analisar a delação premiada do ponto de vista material e do formal, se ela pode ter sido feita. Agora, do ponto de vista material, há prova idônea de corroboração? Porque não basta dizer, é preciso provar. Então, há prova de corroboração? Tudo será oportunamente colocado.

O segundo aspecto é o inquérito, que foi originado com base nesse procedimento. No inquérito, deve-se também fazer uma avaliação formal. A gravação é lícita? Nós vamos realmente autorizar que no país qualquer um possa gravar o presidente para delatá-lo? Para criar esse estado polícalesco...

Nós estamos criando uma cultura perigosa se o STF não colocar parâmetros e limites para esse tipo de gravação. Na minha posição pessoal, no entanto, isso em nenhum momento invalida o instrumento e a importância das delações

premiadas. Tudo o que estou dizendo não significa dizer que elas não precisam ser feitas, mas que são necessários parâmetros e limites. E isso quem tem de dar é a Suprema Corte.

Não acabou prejudicando o presidente o fato dele ter se negado a responder perguntas feitas pela PF [o silêncio de Temer foi usado contra ele no relatório]?

Não, porque aquilo, com todo respeito, não eram perguntas de quem espera respostas. Eram perguntas de quem já tinha as respostas, então seria um jogo de cena para que se chegasse a uma conclusão pretendida. Infelizmente, é preciso dizer isso. Não são perguntas de quem quer entender. Há perguntas relativas ao ex-ministro Geddel Vieira Lima para o presidente. O que isso tem a ver com o processo e com o inquérito? Nada.

Os depoimentos de Lúcio Farnar e Joesley têm pontos em comum. Eles inclusive revelam histórias trazidas em perguntas feitas pelo ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Não é de se estranhar que três pessoas adotem versão oposta à do presidente?

É um delator, uma pessoa buscando fazer uma delação premiada e uma terceira que buscava, nas palavras do presidente, fustigá-lo, talvez por não ter havido algum atendimento. Então, não tem nenhuma questão o fato dessas três pessoas se colocarem contra o presidente.

“Mas ele [o relatório parcial da Polícia Federal sobre Temer] é muito frágil, absolutamente frágil, prematuro e precário. Ele [delegado] próprio diz, que não pode concluir o relatório porque falta perícia”

Cinco ministros do STF indicam veto a mudança em delação

Tribunal continua nesta quinta (22) a discutir revisão de colaboração e limite de atuação de relator Edson Fachin

Voto de ministro em favor de não alterar agora acordo com JBS foi seguido por colega Alexandre de Moraes

LETÍCIA CASADO
REYNALDO TUROLLO JR.
DE BRASÍLIA

Cinco dos onze ministros do Supremo Tribunal Federal indicaram nesta quarta (21) rechaço à ideia de que o acordo de delação firmado com a JBS, que levou a investigação sobre Michel Temer, possa ser revisto neste momento.

O benefício oferecido pela Procuradoria-Geral da República aos irmãos Batista, donos da empresa, tem causado polêmica. Os delatores se comprometeram a entregar provas de crimes praticados por várias autoridades, inclusive o presidente, em troca de não serem processados.

A discussão no Supremo partiu de um recurso do governador do Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja (PSDB), e de questões de ordem levadas ao plenário pelo próprio Fachin.

Estão em discussão se a delação poderia ter sido homologada monocraticamente por Fachin, se os termos do acordo podem ser revistos agora e se o ministro deve ser o relator do caso.

Nesta quarta, Fachin defendeu a homologação monocrática, que os benefícios dos delatores só possam ser revistos pela Justiça ao final do processo e que ele seja mantido na relatoria.

“Não cabe ao Judiciário investigar ou atestar veracidade

de aos fatos contidos na delação”, disse Fachin, para quem a homologação é análise meramente formal do acordo. “A homologação não contém e nem pode conter juízo sobre os relatos do delator”, acrescentou, e “não significa que o juiz assumiu como verdade” o que foi contado.

O ministro disse que, desde 2 de fevereiro, quando assumiu a relatoria da Lava Jato, homologou outros cinco acordos “com metodologia idêntica” à da JBS e que, em janeiro, do mesmo modo, a presidente do STF, Cármen Lúcia, homologou as delações da Odebrecht.

Segundo Fachin, questionar os benefícios negociados é uma decisão a ser tomada na fase de sentença. Por exemplo, se ficar provado que os delatores mentiram ou que são os chefes da organização criminosa investigada, a imunidade pode ser revista, mas só ao final do processo.

O ministro Alexandre de Moraes seguiu o voto do relator, enquanto Celso de Mello, Marco Aurélio e Luiz Fux, que ainda não votaram, sinalizaram que também vão apoiá-lo.

Já Gilmar Mendes pediu a palavra para dizer que “a Procuradoria pode muito, mas não tudo”. Ele mencionou casos que considera exemplos de inovações criadas pelo Ministério Público sem previsão legal, como começar a cumprir pena antes de haver condenação da Justiça, como parte de acordo de delação. “Está se reescrevendo a lei?”, questionou Mendes.

Para o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, alterar os benefícios dos delatores da JBS seria fazer um “salto triplo mortal de costas”

com argumentos jurídicos. “Permitir a revisão completa do acordo a essa altura terá consequência, sim, em outros acordos.” Ele afirmou que os procuradores passariam a prometer algo que não sabem se poderão cumprir.

Presidente indicou amigo para acordo que renderia R\$ 50 mi, afirma Joesley

Segundo delator, plano de Temer era colocar advogado José Yunes como defensor de grupo

Ideia não foi adiante, relatou empresário à PF; assessoria de presidente nega ter feito o pedido

DE BRASÍLIA

Em depoimento à Polícia Federal, o empresário Joesley Batista disse que o presidente Michel Temer tentou colocar um amigo, o advogado e ex-assessor presidencial José Yunes, para defender o grupo J&F em uma disputa judicial.

O acordo que precisava de intermediação renderia ao escritório de Yunes cerca de R\$ 50 milhões, segundo o dono da JBS, que fez acordo de delação premiada.

Yunes é um dos melhores amigos do presidente e foi assessor especial do Planalto até dezembro passado, quando pediu demissão ao ser citado na delação do ex-executivo Cláudio Melo Filho, da Odebrecht, como intermediário de um pacote com R\$ 1 milhão que conteria dinheiro para campanhas do PMDB.

Joesley afirmou, porém, que o acordo a ser feito para beneficiar o amigo de Temer nem chegou a ir adiante e que quem ficou responsável pela ação judicial foi Francisco de Assis, do departamento jurídico do grupo — também delator.

Não há informações no depoimento de Joesley sobre qual era a disputa judicial nem as partes em litígio.

“Se recorda também de uma tentativa de inclusão do advogado José Yunes, por indicação do presidente Michel

Temer, para intermediar um acordo com uma empresa em disputa judicial em andamento contra a J&F e que renderia ao escritório de José Yunes cerca de R\$ 50 milhões”, consta no termo de depoimento prestado por Joesley à PF.

Em ligação telefônica interceptada pela PF, o lobista da J&F Ricardo Saud pede a uma pessoa para tirar o nome de Yunes da delação que estava sendo negociada.

Não ficou claro o motivo pelo qual o amigo de Temer foi retirado da colaboração.

O telefonema entrou no relatório da polícia, que destacou as principais conversas — mais de 3.000 ligações ligadas ao caso foram gravadas com autorização judicial.

Saud contratou uma pessoa de nome Rodolfo para pesquisar endereços de entregas de propina que estariam em sua delação. No diálogo, o delator diz: “Sabe o que eu estava pensando? Naquele relatório... É... Você podia fazer para mim, que eu estou indo hoje para Nova York, para levar ele. Tira aquele negócio tudo que tem do Yunes...”.

Rodolfo responde concor-

dando com a orientação, e Saud continua: “E põe só confirmando que nesse endereço mora... é o escritório de fulano de tal, põe tudo aquilo, amigo do cara, tal... eu quero mostrar que você foi lá para mim e confirmar que lá era o coronel tal, tal, tal...”.

A referência feita pelo lobista diz respeito ao coronel aposentado da Polícia Militar João Baptista Lima Filho, também amigo de Temer. Ele é apontado pela JBS como receptor de propina de R\$ 1 milhão ao presidente.

Procurado, Temer disse via assessoria que “não solicitou a Joesley a contratação de José Yunes como advogado do grupo empresarial J&F”.

Em nota, o advogado de Yunes, José Luis Oliveira Lima, afirmou que seu cliente “tem mais de 50 anos de advocacia e jamais necessitou de qualquer interferência para atuar em demandas judiciais. Nunca atuou como advogado em processo envolvendo a J&F ou JBS”. (CAMILA MATTOSO, REYNALDO TUROLLO JR. E RUBENS VALENTE)

» LEIA MAIS na pág. A17

Órgão do Senado aprova emenda sobre revogar mandato

Comissão deu aval a proposta que prevê 'recall' para encurtar governo de presidente; tema ainda tem de ir a plenário e à Câmara

TALITA FERNANDES
DE BRASÍLIA

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado aprovou nesta quarta-feira (21) uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que prevê a revogação do mandato do presidente da República por parte dos eleitores.

A PEC foi aprovada por unanimidade na CCJ. Batizado de "recall", o projeto vai agora para apreciação do plenário do Senado, onde precisa ser aprovado em dois turnos por pelo menos três quintos dos parlamentares.

Para que a emenda tenha validade é necessária ainda a aprovação na Câmara dos Deputados, onde deve tramitar em comissão e no plenário, também em dois turnos.

De acordo com o texto, para tentar revogar o mandato do presidente, é preciso apresentar ao Congresso um pedido para realização de um referendo, que deve trazer a assinatura de 10% dos eleitores presentes na última eleição, desde que, em 14 Estados, haja o apoio de ao menos 5% cada.

O pedido então seria analisado pelo Congresso, que

pode ou não autorizar a convocação de um referendo.

Na Câmara, seriam necessários 257 votos favoráveis à convocação do referendo. No Senado, 41 parlamentares teriam de dar apoio.

No referendo, será necessária maioria absoluta dos votos válidos a favor da revogação para que o presidente perca o cargo.

Quem assumirá o cargo, em caso de vacância, é o vice-presidente da República.

A apresentação do pedido de "recall" só será permitida no segundo e terceiro anos de mandato.

O projeto não permite que mais de uma iniciativa seja apresentada para revogar um mesmo mandato. Ou seja, uma vez rejeitado pelo Congresso ou pela população no referendo, não é possível entrar como novo pedido.

GOVERNADORES

O texto original é de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), mas foi modificado pelo tucano Antonio Anastasia (PSDB-MG), que restringiu a possibilidade de revogação do mandato apenas para presidente da República.

O projeto inicial previa "recall" para outros cargos no Executivo e no Legislativo também.

Apesar de Anastasia ter modificado o texto no ponto em que ele autorizava a revogação de mandatos de governadores, o projeto aprovado abre espaço para que Assembleias Legislativas possam criar nas Constituições estaduais dispositivos que permitam o mesmo procedimento.

Para o relator, a adoção do mecanismo ajuda a "estimular o exercício mais responsável da função de chefia do Estado brasileiro, já que a po-

pulação não precisará aguardar até a próxima eleição regular para destituir um agente público incompetente, desonesto, despreocupado ou irresponsável."

Não é necessário que haja crime de responsabilidade no pedido de "recall", ao contrário do que ocorre, por exemplo, em um processo de impeachment.

Por se tratar de uma iniciativa de vontade popular, a motivação pode ser diversa, como perda de representatividade, má gestão ou descumprimento de propostas de governo, por exemplo.

Pós-viagem, Temer tentará enquadrar PSDB

Temor do governo é que tucanos não garantam seus 46 votos para derrubar a denúncia contra o presidente na Câmara

Declarações ambíguas e críticas ao peemedebista dadas por caciques do PSDB irritaram o Planalto

IGOR GIELOW

ENVIADO ESPECIAL A MOSCOU

O presidente Michel Temer (PMDB) colocou o enquadramento do aliado PSDB como prioridade de sua agenda po-

Tensão arrefece, e Alckmin retoma agenda para 2018

THAIS BILENKY

DE SÃO PAULO

O céu visto do Palácio dos Bandeirantes se desanuviou e o governador Geraldo Alckmin (PSDB) voltou a por os pés na rua para viabilizar sua campanha à Presidência.

Com o foco desviado das delações da Odebrecht, que o atingem, para as da JBS, que feriram gravemente o senador Aécio Neves (PSDB-MG), a tensão no entorno do tucano arrefeceu, e a agenda nacional foi reforçada.

Também contribuiu para o humor de Alckmin a mudança de atitude do prefeito João Dória (PSDB), que aliviou, ao menos momentaneamente, a ambiguidade em relação a seus planos nacionais.

Mas política é como nuvem, como disse Magalhães Pinto. Caso o STJ (Superior Tribunal de Justiça) abra inquérito contra Alckmin por uso de caixa dois, o tempo pode voltar a fechar.

O tucano é acusado de ter recebido R\$ 10,3 milhões não declarados em suas campanhas ao governo em 2010 e 2014 —na primeira, seu cunhado teria intermediado a

transação, um complicador para sua defesa. Alckmin nega as irregularidades.

Por enquanto, a aposta continua alta. No último domingo (17), ele passou a tarde na casa do advogado pernambucano Heleno Torres em São Paulo acompanhado de quase 20 congressistas de diferentes partidos, muitos do Nordeste, para debater o país.

A uma plateia composta pelo vice-governador de Pernambuco, Raul Henry (PMDB), o deputado Heráclito Fortes (PSB-PI), Jorge e Paulo Bornhausen, entre outros, Alckmin evitou se mostrar pessimista, defendeu novas rodadas de conversa e ouviu análises da conjuntura.

Do deputado Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), também presente, pediu dados detalhados sobre o Nordeste. Escutou que, dos últimos 40 anos, a crise atual é a mais complicada, motivo pelo qual é necessário reforçar projetos construídos com tempo.

“Se estrangula, vai para o imponderável”, disse Jarbas. “Temos um quadro um tanto quanto pobre. Aécio com esses problemas surgidos, o nome de Alckmin desponta.”

Diante do comedimento do tucano em externar opiniões, um dos presentes defendeu reservadamente que seus interlocutores se acostumem logo com seu estilo.

Aliados de Alckmin traçam diferentes cenários, mas a aposta é que o calendário eleitoral será mantido, sem antecipação de eleições gerais em 2017 nem escolha indireta com eventual saída de Michel Temer (PMDB). Nos cenários heterodoxos, a avaliação é que o tucano não se saíria bem, sem apetite para negociar no Congresso.

Agora, se mantido o cronograma, alckmistas apostam em uma rede de cerca de 15 governadores e dez partidos.

lítica quando voltar para Brasília de seu giro europeu.

Os sinais de alerta do Planalto começaram a soar na semana passada, quando logo após a confirmação algo titubeante de que o seu principal parceiro de governo ficaria no barco, caciques tucanos passaram a dar declarações ambíguas e críticas a Temer.

A principal veio do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que sugeriu que Temer deveria convocar elei-

ções antecipadas. Como o decano do tucanato havia participado ativamente do movimento para não romper com Temer, houve um misto de incredulidade e irritação no Planalto. Outros líderes do partido, como o presidente interino da sigla, senador Tasso Jereissati (CE), foram ainda mais ácidos sobre o apoio mantido ao governo.

A derrota do relatório da reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Sociais do Senado foi outro ponto nevrálgico, já que fez crescer o temor no mercado e empresariado que ainda apoiam Temer de que ele não fará avançar sua agenda no Congresso. Se aqui houve dedo da ala Renan Calheiros do PMDB, o voto contrário do senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) foi visto como surpresa. Pior: ele ocorreu enquanto o líder tucano na Casa, Paulo Bauer (SC), integrava a comitiva de Temer que visitou Moscou,

dando a impressão vocalizada por Tasso de que o governo está perdendo controle em horas vitais.

O maior problema para Temer é que o desejado enquadramento dos aliados não será fácil. O PSD contribuiu com dois votos contra no caso da reforma trabalhista. E a bancada tucana da Câmara está dividida, com a ala jovem protestando abertamente contra o apoio ao Planalto.

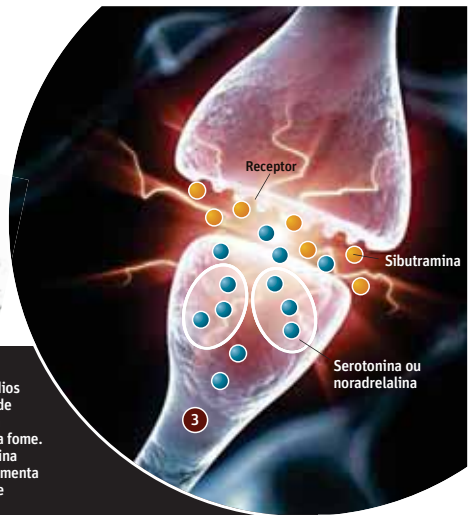
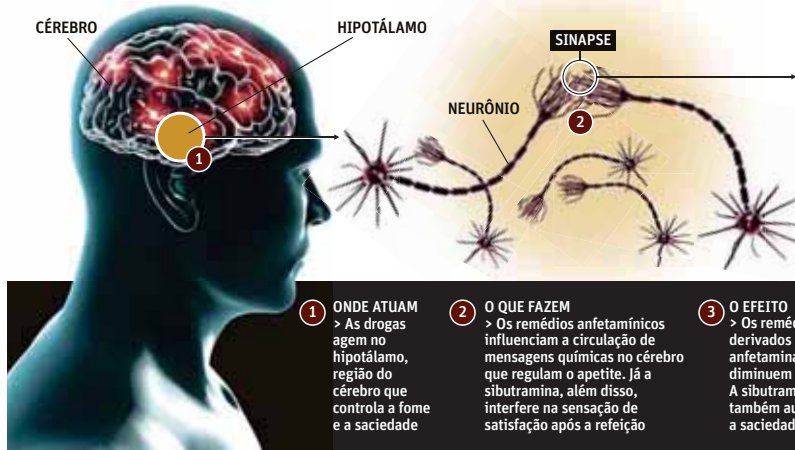
E isso leva a um temor se-

cundário, mas principal no fundo: de que o PSDB não vote unido com suas 46 cabeças quando a denúncia contra Temer pela Procuradoria-Geral da República chegar para análise na Câmara.

Para completar o azedume governista, a viagem à Rússia foi esvaziada pelos fatos da crise no Brasil. A etapa em Oslo, que começa nesta quinta (22), ainda traz o agravante de embutir uma agenda ambiental espinhosa.

COMO AGEM AS DROGAS

Inibidores de apetite influenciam liberação de substâncias químicas no cérebro



- 1 ONDE ATUAM > As drogas agem no hipotálamo, região do cérebro que controla a fome e a saciedade
- 2 O QUE FAZEM > Os remédios anfetamínicos influenciam a circulação de mensagens químicas no cérebro que regulam o apetite. Já a sibutramina, além disso, interfere na sensação de satisfação após a refeição
- 3 O EFEITO > Os remédios derivados de anfetamina diminuem a fome. A sibutramina também aumenta a saciedade

Volta de emagrecedores gera briga entre Anvisa e médicos

Em 2011, agência vetou três drogas que o Congresso quer liberar por meio de lei

Entidades médicas dizem que opções hoje no mercado são mais caras e não funcionam para todos os pacientes

NATÁLIA CANCIAN DE BRASÍLIA

Seis anos depois da proibição do uso de três tipos de inibidores de apetite populares no país, a aprovação de um projeto na Câmara dos Deputados que reverte essa decisão gerou uma nova guerra de forças entre Anvisa, Congresso e representantes de entidades médicas.

Os anorexígenos amfepramona, femproporex e mazindol, “parentes” das anfetaminas, foram usados por décadas no país contra a obesidade até serem vetados em 2011 pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

Na época, a agência alegou que não havia comprovação suficiente de eficácia e que os riscos à saúde eram maiores que os possíveis benefícios.

Agora, projeto que segue para sanção ou veto do presidente Michel Temer prevê a liberação dessas substâncias no país e também da sibutramina —outra droga contra obesidade que foi mantida na decisão de 2011, mas com restrições, como necessidade de prescrição médica especial.

A liberação, porém, divide especialistas. Para médicos que atuam na área de obesidade, o retor-

no dos inibidores de apetite pode aumentar as possibilidades de tratamento.

Hoje, o país tem quatro opções de medicamentos para controle da obesidade: sibutramina, orlistat (Xenical), liraglutida (Saxenda) e clordifirato de lorcasserina (Belviq). Segundo Durval Ribas Filho, presidente da Abran (Associação Brasileira de Nutrologia), o problema é que nem todos os pacientes respondem a eles ou têm como custeá-los —o Saxenda custa em torno de R\$ 900 ao mês.

“Por serem mais baratos, eram opção para a população de baixa renda, na qual a obesidade predomina”, diz. Segundo ele, os três anorexígenos diferem da sibutramina. “A sibutramina [R\$ 30 a caixa] tem um efeito sacietogênico, enquanto os anorexígenos agem no hipotálamo e têm como função diminuir a fome.

“Todo mundo fala: é só fechar a boca. Se fosse, não teríamos essa epidemia de obesidade”

MARIA EDNA DE MELO presidente da Abeso

Os riscos são maiores que os benefícios

FRANCISCO PAUMGARTEN professor da Fiocruz

“Não interferem na saciedade.” Para a endocrinologista Maria Edna de Melo, presidente da Abeso (Associação Brasileira de Estudos da Obesidade), há uma “estigmatização” do tratamento da obesidade, e nem todos os pacientes conseguem emagrecer com exercícios físicos e dieta, por exemplo.

“Todo mundo fala: é só fechar a boca. Não é. Se fosse só isso, não teríamos essa epidemia mundial de obesidade.”

Já para Francisco Paumgarten, professor da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, a liberação por meio do Congresso é “lamentável” e fere a autonomia da Anvisa, responsável por regular o mercado de medicamentos.

Segundo ele, que estuda o tema, a eficácia desses medicamentos é “questionável”. “Muitos pacientes não respondem a esses medicamentos. E mesmo os que perdem peso, quando suspendem o uso, ganham de novo.”

Ele cita um estudo com a sibutramina feito com 10 mil pacientes que detectou um aumento do risco de infarto entre aqueles que utilizavam a substância. “Os riscos são maiores do que os benefícios”, diz ele, que também cita como efeitos colaterais o risco de dependência, aumento da hipertensão arterial e problemas psiquiátricos.

Já para Melo, da Abeso, o fato de inibidores de apetite como o amfepramona, femproporex e mazindol terem ficado disponíveis no mercado

por décadas mostra que eles são seguros.

“Os problemas foram a má prática e abuso das prescrições, com doses elevadas”, diz ela, para quem casos como esses podem ser evitados com maior fiscalização da Anvisa e dos conselhos de medicina.

A Anvisa afirma que vai recomendar que o projeto seja vetado. “A decisão do Congresso permite que as substâncias em questão sejam manipuladas mesmo sem a devida comprovação de segurança e eficácia, caracterizando-se como risco para a saúde da população”, informa.

CENÁRIO INCERTO

Se o projeto for sancionado pelo presidente Michel Temer, o prazo para retorno desses medicamentos é incerto.

Representantes da indústria dizem que é pouco provável que haja interesse em fabricar os medicamentos, já que ainda são necessários estudos clínicos para comprovar a segurança e eficácia, que têm alto custo —sem a certeza de resultados superiores a outros medicamentos.

“Vai facilitar que sejam manipulados nas farmácias, sem o mesmo rigor da indústria”, diz Nelson Mussolini, presidente-executivo do Sindusfarma, que reúne as maiores farmacêuticas do país.

Um ano antes da proibição, as farmácias de manipulação já respondiam por 60% das 4,4 milhões de prescrições dessas substâncias e da sibutramina.

O VETO DA ANVISA SOBRE ANFETAMÍNICOS

PROIBIÇÃO

A venda, a produção e o uso dos medicamentos do grupo das anfetaminas e derivados (femproporex, mazindol e amfepramona) haviam sido proibidos em 2011

O QUE SÃO OS DERIVADOS DE ANFETAMINA

São substâncias que agem sobre o cérebro, aumentando o ritmo do coração e a pressão do sangue e diminuindo o apetite

CRONOLOGIA

DÉCADAS DE 1950 A 1970
A anfepramona, o femproporex e o mazindol começam a ser usados para tratar obesidade

1997
A sibutramina é aprovada nos EUA, pela FDA

NOV. 2009
Dados de estudo, com 10 mil pacientes, mostram que a droga aumenta o risco cardiovascular

JAN. 2010
A agência europeia recomenda a suspensão da droga

MAR. 2010
A Anvisa passa a exigir que a droga seja vendida só com receita de controle especial

OUT. 2011
A Anvisa proíbe os emagrecedores, mas mantém a sibutramina de forma temporária, com regras mais rígidas

EM OUTROS PAÍSES
> O mazindol foi retirado dos EUA e da Europa em 1999

> A anfepramona é vendida nos EUA, mas não é aprovada na Europa

> O femproporex nunca foi aprovado nos EUA e foi proibido na Europa em 1999 (é conhecido, inclusive, como “Brazilian diet pill”)

MAI. 2013
Depois de avaliar a venda e o controle da sibutramina, Anvisa mantém o medicamento no mercado

ABR. 2014
Câmara aprova projeto que libera venda de emagrecedores

JUL. 2014
Comissão do Senado também aprova projeto liberando comércio dos medicamentos

ABR. 2016
Aprovada em plenário do Senado e devolvida à Câmara. Os senadores adicionaram que os medicamentos devem ser controlados (tarja preta)

20. JUN. 2017
Aprovada pela Câmara e remetida à ao presidente para sanção ou veto

RISCOS

Segundo a Anvisa, os remédios causam **redução modesta de peso corporal**, que não é mantida com a interrupção do tratamento. **A ausência de evidências de eficácia e os severos efeitos adversos** no cérebro e sistema cardiovascular tornam insustentável a manutenção desses medicamentos no mercado

ANÁLISE

Aprovação de drogas na Câmara é mais uma afronta à Anvisa

CLÁUDIA COLUCCI DE SÃO PAULO

A aprovação pela Câmara dos Deputados do projeto de lei que autoriza a produção, a comercialização e o consumo dos inibidores de apetite, alguns vetados na Europa e nos Estados Unidos, é mais uma afronta à agência reguladora do país, a Anvisa.

Em 2016, também à revelia da agência e da comunidade científica, o Congresso liberou a fosfoetanolamina (“pílula do câncer”) e a ex-presi-

dente Dilma Rousseff (PT), prestes a perder o mandato, endossou a decisão.

Logo em seguida, o STF (Supremo Tribunal Federal) suspendeu os efeitos da lei e testes oficiais realizados com a substância mostraram que ela tinha pouca eficácia no combate ao câncer.

Agora, está nas mãos do presidente Michel Temer (PMDB) decidir quem deve regular as questões sanitárias: a agência que tem o dever de garantir segurança e eficácia dos remédios em uso no país

ou um Congresso movido por lobbies diversos.

Não é preciso ser um expert em saúde para saber que a liberação de remédios por meio de lei representa um grave risco à saúde, ao bem-estar e à vida das pessoas.

Se mesmo quando obedecido todo o rito da regulação existem efeitos adversos que só surgem quando a droga está no mercado e é usada por milhões de pessoas, imagine o que pode ocorrer com uma liberação na canetada, sem passar pelo crivo da Anvisa?

“O Poder Legislativo não pode substituir o juízo essencialmente técnico da Anvisa, por um juízo político, interferindo de forma indevida em procedimento de natureza tipicamente administrativa.” Esse foi o entendimento do ministro Luís Roberto Barroso, do STF, ao votar pela suspensão da lei da “fosfo”.

À época, o relator, o ministro Marco Aurélio, acrescentou que, ao permitir o uso de remédio sem o controle prévio de viabilidade sanitária pela Anvisa, o Congresso não

cumpram com o dever constitucional de tutela da saúde da população.

Os anorexígenos amfepramona, femproporex e mazindol estão proibidos pela Anvisa desde outubro de 2011 sob alegação de não haver comprovação de eficácia dessas drogas, além de seus riscos à saúde serem potencialmente em maior grau do que os supostos benefícios. A sibutramina foi mantida no mercado, mas com restrições.

Nos Estados Unidos e na Europa, a substância é veta-

da. Já o femproporex nunca foi registrado nos EUA e, em 1999, foi proibido na Europa.

Embora as drogas tenham apelo popular e aval de entidades médicas, que alegam que elas têm bons resultados clínicos e que a proibição gerou um “vácuo” nas opções contra a obesidade, não muda o fato de que a regulação sanitária cabe à Anvisa.

Há questões muito mais urgentes na saúde pública que os nobres deputados deveriam se ater, como a falta de remédios e as infundáveis filas de espera por cirurgias no SUS. Deles seria esperado garantir o direito à saúde, e não afrontá-lo ainda mais.

Doria estuda Minhocão com parque e 'praia'

Projeto para elevador foi sugerido ao tucano pelo arquiteto Jaime Lerner como um dos pilares para revitalizar centro

Além de bolsão de areia e piscina, estudo prevê restaurantes; técnicos da pasta de Transportes temem impacto viário

ROGÉRIO GENTILE
DE SÃO PAULO

O prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), estuda transformar o Minhocão, pelo qual passam cerca de 78 mil carros por dia, em um parque linear nos moldes do High Line, antiga linha férrea de Nova York que virou uma área de lazer suspensa.

O projeto, batizado de "Parque Minhocão", foi sugerido a Doria pelo arquiteto Jaime Lerner, ex-prefeito de Curitiba, mas depende de estudos técnicos que a administração começou a fazer para avaliar o impacto no trânsito e os modelos de financiamento pela iniciativa privada.

A conversão do elevador presidente João Goulart em área verde seria um dos pilares do projeto de revitalização do centro, que Lerner prepara a pedido de Doria e para o qual foi contratado em parceria com o Secovi, o sindicato do mercado imobiliário.

Inaugurado em 25 de janeiro de 1971 por Paulo Maluf, que o chamou de "a maior obra em concreto armado da América Latina", o Minhocão tem 3,4 km de extensão.

Lerner prevê arborizar as laterais da via, erguida com 8.000 vigas e 85 mil metros cúbicos de concreto (ou 680 mil sacos de cimento). O Minhocão ganharia faixa para bicicletas e teria escadas e elevadores para facilitar o acesso dos usuários.

O projeto prevê também a construção de uma "praia" no elevador, com direito a piscina e bolsão de areia, e de rampas que ligariam o parque Minhocão a alguns edifícios — os andares adjacentes ao viaduto seriam ocupados por cafés e restaurantes.

Lerner propôs ainda utilizar a parte de baixo do Minhocão. A ideia é montar salas para a realização de exposições e de eventos culturais.

Outra possibilidade em discussão na prefeitura, caso os estudos técnicos concluam pela inviabilidade do parque, seria a implantação de um sistema de isolamento acústico e de redução da exposição da vizinhança à poluição veicular.

E O TRÂNSITO?

Antes mesmo de sua inauguração, em janeiro de 1971, o Minhocão já despertava polémica. Reportagens da época diziam que, "passada a euforia da inauguração, os urbanistas da cidade poderão analisar, friamente, o que foi feito de uma das maiores avenidas de São Paulo".

O Minhocão acelerou a de-

'NOVO MINHOCÃO' Projeto estuda transformar elevador em parque suspenso*



*A ilustração é uma representação feita pela Folha com base nas informações do projeto

cadência da avenida São João, iniciada ainda nos anos 50 quando a avenida Paulista passou a atrair as atenções do mercado imobiliário.

A obra, que passa a menos de oito metros das edificações, criou uma gigantesca sombra na avenida São João e nos primeiros pavimentos dos prédios, que sofrem também o impacto direto do barulho, da falta de privacidade e da poluição dos carros.

Tanto assim que, gestão após gestão nos últimos anos, sempre se discute o que fazer com o Minhocão. José Serra (2005-2006) organizou um concurso de ideias para a revitalização. Gilberto Kassab (2016-2012) defendeu a demolição e Fernando Haddad (2013-2016) propôs uma desativação progressiva.

Na campanha eleitoral, Doria disse que era contra demolir o elevador. Em abril, após visitar uma área revitalizada de Seul com a desativação de um "Minhocão coreano", disse que "a demolição seria uma atitude sem respaldo de investimento".

Em São Paulo, a despeito dos problemas que gera para a qualidade de vida da região, o Minhocão consolidou-se como uma engrenagem do sistema ligação das regiões leste e oeste da cidade.

Se em 1967, quando começou a ser concebido, a região metropolitana de São Paulo tinha uma frota de 493 mil automóveis, atualmente, só na capital paulista, há cerca de 5,96 milhões de carros — sem contar outros veículos, como motos, ônibus e caminhões.

Nos dias úteis, cerca de 7.000 veículos passam pelo elevador no horário do pico da manhã (entre 8h e 9h). Com o eventual fechamento da pista, as ruas do entorno teriam condições de absorver um tráfego desses?

A Folha apurou que o projeto de Jaime Lerner sofre resistência de parte dos técnicos da Secretaria Municipal dos Transportes justamente em razão do temor de abalo no trânsito da cidade.

Na gestão passada, no entanto, um estudo realizado pela CET em 2014 apontou que a desativação do elevador não provocaria "impactos significativos no sistema viário do entorno".

Para a arquiteta Anne Marie Sumner, professora do Mackenzie, o viaduto é uma

obra nefasta. "É de uma insalubridade sem tamanho." Para ela, um parque seria um paliativo. "Tem de demolir." O vereador Police Neto (PSD) entende que não é necessário derrubá-lo. "O parque Minhocão pode ser um marco para a recuperação do centro da cidade", diz.

O deputado federal Paulo Maluf (PP), que fez a obra quando prefeito, diz que todo mundo critica o Minhocão, mas que ele é fundamental para o trânsito. "Um túnel é mais bonito, mas o paulista não aceitará pagar o dobro de IPTU para construí-lo?"

Maluf aconselha Doria a ler o que o então prefeito Olavo Setúbal (1975-79) falou quando alguém lhe perguntou se derrubaria o Minhocão. "Você quer derrubar o prefeito?"

SAIBA MAIS

Obra de elevador durou 420 dias e acabou em 1971

DE SÃO PAULO

O Minhocão foi inaugurado no 417º aniversário da cidade de São Paulo, em 25 de janeiro de 1971, após 420 dias de obras. Conforme reportagem publicada pela **Folha** na época, 3.100 operários e técnicos trabalharam na construção.

Ele começou a ser concebido na gestão do prefeito Faria Lima (1965-1969), mas foi construído por Paulo Maluf (1969-1971), que o sucedeu.

A obra foi viabilizada por uma reforma tributária realizada em 1965, durante a ditadura militar, pela qual os municípios passaram a receber um percentual do então ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), que substituiu o IVC (Imposto sobre Vendas e Consignações).

O elevador, que por muitos anos homenageou o general Costa e Silva, segundo o presidente da ditadura militar, custou Cr\$ 40 milhões na época — R\$ 202 milhões em valores atualizados pelo IGP-DI (FGV).

A via possui uma largura de 16,7 metros e as suas fundações estão em uma profundidade de 46 metros em relação ao nível do solo. (R6)



Movimento de veículos no Minhocão, ao lado de edifícios que sofrem com barulho, falta de privacidade e poluição

Fabio Braga - 14. dez. 2016/Folhapress

Prefeito perde na Câmara, e privatizações podem atrasar

Gestão tucana queria que pacote de desestatizações fosse votado até o fim de junho, mas pressão incomodou até vereadores aliados

ARTUR RODRIGUES

CATIA SEABRA

DE SÃO PAULO

A gestão João Doria (PSDB) sofreu uma derrota nesta quarta-feira (21) ao tentar dar andamento ao pacote de desestatizações na Câmara Municipal. Agora, os projetos de privatização e concessão do prefeito podem ficar para o segundo semestre.

A ideia da gestão tucana era votar os projetos até o fim do mês, antes do recesso parlamentar, mas o cronograma imposto pela prefeitura irritou até integrantes da base aliada – só 11 dos 55 vereadores fazem parte da oposição.

O pacote é dividido em dois

projetos: um foca apenas o Pacaembu e outro, maior, inclui parques, Bilhete Único, terminais de ônibus e outros equipamentos.

O projeto para a concessão do Pacaembu não obteve maioria na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) – houve quatro votos a favor (precisava de mais um), um contrário e quatro ausências.

Já o projeto maior teve a votação adiada na CCJ, a pedido do PT. Com isso, o líder do governo, vereador Aurélio Nomura (PSDB), admitiu que pode votar os projetos só no segundo semestre. “Votar em dúvida nós não queremos. Queremos que todos tenham a convicção ao apertar esse botão.”

Nomura afirma que o assunto poderá ser discutido pelos vereadores em julho, durante o recesso. A presidência da Câmara, ocupada pelo vereador Milton Leite (DEM), aliado de Doria, afirmou que “não houve derrota”. “O projeto de lei 367/17, que trata sobre as desestatizações em São Paulo, será apreciado ainda neste semestre pelos vereadores”, diz, em nota.

O plano de desestatização do prefeito tem 55 tópicos, 12 considerados prioritários em razão do interesse que desperta no mercado e do bom potencial financeiro para a prefeitura. Três são chamados internamente de “joias da coroa”: o Bilhete Único, os

terminais de ônibus e o serviço funerário.

Ao repassar a gestão do Bilhete Único para a iniciativa privada, a administração municipal avalia que economizará R\$ 456 milhões.

Doria ainda pretende repassar para a iniciativa privada a gestão dos 29 terminais urbanos da cidade – neste caso, há lei aprovada, de 2015.

O serviço funerário também é considerado um ativo da prefeitura. São 22 cemitérios, um crematório, 18 lojas (venda de caixões) e cinco centros distributivos.

Questionada, a gestão Doria não se manifestou até a conclusão desta edição sobre o insucesso na votação.

Equipe econômica reduz previsão para PIB

Crise política e seu impacto sobre reformas leva ministros a revisarem projeção de crescimento em 2017 de 0,5% para 0,4%

Varição, em linha com o mercado, reflete expectativa de freio na retomada no quarto trimestre

BRUNO BOGHOSSIAN
DE BRASÍLIA

O prolongamento da crise política deflagrada pelas acusações contra Michel Temer levou a equipe econômica a reduzir a previsão de recuperação do PIB em 2017.

Em projeções mantidas, por ora, em caráter reservado, ministros e auxiliares do presidente revisaram a estimativa de crescimento de 0,5% para 0,4% este ano.

A variação reflete uma expectativa de desaceleração da retomada esperada para o 4º trimestre, que nas projeções

da área econômica caiu de 2,7% para 2,2% em relação ao mesmo período de 2016.

Planalto e Fazenda projetavam que a crise política provocaria redução das estimativas do PIB no último trimestre, mas os impactos só puderam ser quantificados agora.

O cenário mais pessimista para o 4º trimestre se deu pela desconfiança gerada sobre o setor produtivo e o mercado a partir da manutenção da crise — com a sucessão de fatos revelados a partir das delações de executivos da JBS.

Esses efeitos, no entanto, devem ser desprezíveis no 2º e no 3º trimestre.

A revisão para baixo do PIB do ano está em linha com o mercado. Nas últimas semanas, o Itaú Unibanco e o Bradesco reduziram suas estimativas de 2017 para 0,3%.

Tropeços e atrasos das reformas trabalhista e previdenciária desaceleraram a recuperação de investimentos, segundo a equipe econômica, uma vez que esses ajustes são peças centrais da política de austeridade fiscal.

A crise ainda intensificou no mercado o temor de que, para recuperar capital político, o Planalto tome medidas que afetem as contas públicas — como a liberação de emendas parlamentares e a adoção de linhas de financiamento mais generosas.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), minimiza uma possível revisão para baixo das previsões de crescimento. “Reverter uma recessão brutal em meio a um ambiente de em-

bate político e disputa de poder já é um fato positivo.”

A meta de Temer, de fato, é entregar um PIB positivo em 2017, como sinal de que sua gestão obteve êxito no esforço de recuperação da economia, após recuos de 3,8% em 2015 e de 3,5% em 2016.

A área política do governo estuda adotar medidas de estímulo, como a ampliação da faixa de isenção do IR, a liberação de linhas de crédito pelo BNDES e políticas de incentivo para serviços e habitação.

Reforma trabalhista pode sair só em julho

Plano do governo era aprovar projeto no Senado na semana que vem, mas acordo com oposição deve adiar votação

Leitura de relatório foi concluída nesta quarta em comissão do Senado Federal e deve ser votado no dia 28

TALITA FERNANDES
LAÍS ALEGRETTI
DE BRASÍLIA

Depois da derrota do governo na terça-feira (20), a reforma trabalhista voltou a avançar no Senado. A votação do texto em plenário, no entanto, deverá ser adiada.

A leitura do relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) foi concluída na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) nesta quarta-feira (21), abrindo caminho para que a tramitação da matéria seja concluída na comissão na próxima semana.

O passo seguinte é a votação no colegiado do parecer de Jucá na quarta-feira (28).

O objetivo do Palácio do Planalto era levar o tema para apreciação do plenário no mesmo dia, encerrando a discussão das mudanças nas leis trabalhistas no Congresso.

Essa, no entanto, se tornou uma meta mais distante depois da definição de um calendário em acordo com a oposição, que prevê uma longa sessão nessa data, com a possibilidade de a reunião se estender até a noite.

Jucá reconheceu que a votação em plenário não ocorrerá no dia 28 e admite a possibilidade de que a matéria seja concluída apenas na primeira semana de julho.

A oposição comemorou o acordo. O líder do PT no Senado, Lindbergh Farias (RJ), também disse que o governo não conseguirá aprovar a proposta ainda em junho. “O tempo está do nosso lado.”

A reforma traz mudanças como a prevalência de acordos entre patrões e empregados sobre a lei e a possibilidade de parcelar férias.

Em meio à crise política, o governo de Michel Temer aposta na aprovação da reforma para dar sinais de “normalidade” e passar a mensagem de que não está parado.

Na terça (20), o relatório do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) foi derrotado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Acabou vitorioso o texto apresentado por Paulo Paim (PT-RS), que rejeitou todos os pontos da matéria aprovada pela Câmara dos Deputados em abril.

Serão levados ao plenário os três relatórios (de Ferraço, Paim e Jucá). A tendência do governo é colocar em votação apenas o documento de Ferraço, que foi aprovado na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado no início do mês e não altera o projeto aprovado na Câmara.

MÔNICA BERGAMO

NO MESMO
LUGAR

Joaquim Barbosa ainda não foi convencido a sair candidato à Presidência da República. “A verdade é que eu resisto”, diz o ex-presidente do STF (Supremo Tribunal Federal). “Estou mais para não ser.”

BARBOSA LÁ

Barbosa já foi procurado por lideranças de partidos como Rede, PSB e até o PT. Nesta semana, se reuniu com artistas como Marisa Monte, Lázaro Ramos, Fernanda Torres, Fernanda Lima, Caetano Veloso e Thiago Lacerda, que o convidaram para um encontro e tentaram convencê-lo a mudar de ideia.

FORTUNA

Barbosa afirma que “o maior obstáculo à ideia sou eu mesmo”. Ele diz que preza “muito a liberdade”. E que, desde que saiu do STF, há três anos, “gozo dessa liberdade na sua plenitude, com independência total para fazer e falar o que bem entendo. Isso não tem preço”.

FASE ATUAL

Entre as ponderações que Barbosa fez aos artistas está o fato de que não tem “dinheiro nem ninguém atrás de mim com recursos” para fazer frente a uma campanha.

★

Em um determinado momento, o ex-ministro questionou: “Será que o Brasil está preparado para ter um presidente negro?”.

FUTURO

Duas estrelas da Rede, partido de Marina Silva, foram à reunião em que se discutiu eventual candidatura de Barbosa: o senador Randolfe Rodrigues, do Amapá, e o deputado Alessandro Molon, do Rio.

FÉRIAS ESCOLARES

Em meio ao bombardeio gerado pela delação premiada da JBS, o promotor Sérgio Bruno, braço direito do procurador-geral Rodrigo Janot e condutor de alguns dos principais acordos de colaboração da Lava Jato, entrou de férias. O afastamento causou estranhamento no meio jurídico. A assessoria do Ministério Público Federal diz que ele está aproveitando as férias escolares dos filhos.

**A BÊNÇÃO,
MADRINHA**

Preta Gil riu e chorou enquanto produzia seu novo álbum, “Todas as Cores”. Com a cantora drag queen Pablllo Vittar, que participa da canção “Decote”, divertiu-se fazendo caras e bocas. “A música não é eletrônica, é um samba. Ninguém vai entender nada quando ouvir o disco! Tem também composição da Marília Mendonça, da Ana Carolina...”

★

Já as lágrimas rolaram no dia em que gravou com Gal Costa, sua madrinha de batismo, num estúdio em SP. “As pessoas diziam: ‘Ah, mas vocês são íntimas’. Só que é a Gal, né?”, diz Preta, que chamou sua “maior referência como cantora, intérprete, artista, musa” para soltar a voz com ela na faixa “Vá se Benzer”.

ORGULHO DO SAMBISTA

A carreira do cantor Jair Rodrigues, que morreu em 2014, será retratada num documentário. “Jair Rodrigues — Deixe que Digam” já está em produção e custará R\$ 1,7 milhão.

FUMAÇA

Um furto em uma casa na Vila Madalena deixou os pais dos alunos do colégio Vera Cruz assustados nesta semana. A prisão em flagrante de quatro homens ocorreu perto da escola. A Secretaria de Segurança Pública diz que quatro suspeitos foram detidos.

SANTO DE CASA

A delegação do Brasil voltou da Conferência da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiência se queixando da acessibilidade precária no evento, realizado em Nova York na semana passada. Cláudia Werneck, da ONG Escola de Gente, reclamou no encontro que não havia rampa de acesso ao palco nem audiodescrição (serviço para cegos). A coordenação levou parte da programação para outro espaço e anunciou medidas para as futuras edições.

ATRÁS DA CÂMERA

Fabio Assunção, que finaliza documentário independente sobre o samba de coco, ritmo do sertão de Pernambuco, fará exibição pública da obra em Arcoverde, a 256 km do Recife. Os moradores, que presenciaram na cidade as filmagens de “Eu Sonho para Você Ver”, poderão assistir a trechos do filme dirigido pelo ator nesta sexta (23).

PAINEL

DANIELA LIMA

painel@grupofolha.com.br

Lei do retorno

A demissão de dois apadrinhados do senador Hélio José (PMDB-DF) foi apenas o primeiro tiro de advertência lançado pelo governo para sua base, após derrota da reforma trabalhista em comissão do Senado. Nesta quarta (21), o Planalto começou a mapear outros cargos ocupados por indicados do peemedebista e também pelo PSDB e PSD, num aviso de que os votos contrários às novas regras dados por Eduardo Amorim (PSDB-SE) e Otto Alencar (PSD-BA) também serão retaliados.

Vai custar caro O governo está disposto a fazer das represálias à derrota da reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Sociais um caso exemplar. Avisa que novos cortes podem ser feitos a depender do comportamento da base na Comissão de Constituição e Justiça e no plenário.

Toma lá, dá cá Deputados que votaram e fizeram campanha para aprovar a reforma na Câmara foram ao gabinete do ministro Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência) cobrar “pulo firme” do Planalto em relação aos traidores do Senado.

Até logo Os ataques de Hélio José (PMDB-DF) ao governo depois da demissão de seus afilhados irritaram o Planalto. Houve quem defendesse sua expulsão do PMDB. A direção da sigla não quer, ainda, entrar nessa discussão.

Vem todo mundo O PMDB monitora o comportamento do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO). Contrário à reforma, ele tem articulado o que chama de “manifesto suprapartidário dos parlamentares nem-nem”: nem Michel Temer, nem Lula.

Faroeste caboclo Aliados do presidente Michel Temer defendem que ele anuncie o substituto de Rodrigo Janot na PGR assim que receber o resultado da eleição interna, dia 27 de junho. Acha que o movimento pode desviar as atenções e enfraquecer o atual procurador-geral.

Vira o jogo Em busca de uma agenda positiva, o Planalto anuncia nesta quinta (22) o empresário Jorge Gerdau e a ex-ministra de Indústria Dorothea Werneck como membros do Conselho Nacional para a Desburocratização — Brasil Eficiente.

Time Eliseu Padilha (Casa Civil) coordena os trabalhos do conselho. Juliana Nolasco, gerente de relações governamentais do Google, também estará no colegiado.

Na ponta do lápis A Petrobras levantou o histórico de sua negociação com a JBS para o fornecimento de gás a uma empresa do grupo. Joesley Batista disse que pagou a Rodrigo Rocha Loures para que o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) pressionasse a estatal.

Bem que se quis No levantamento, a Petrobras diz que a demanda de Joesley foi rejeitada por estar abaixo de sua política de preços e que fez um contrato de curto prazo com o grupo do empresário — a um custo bem maior do que ele havia solicitado.

Estica e puxa Dirigentes de partidos querem ampliar para R\$ 4 bilhões o valor do fundo a ser criado para o financiamento de campanhas em 2018. O valor discutido hoje é de R\$ 3,5 bilhões.

Fatiada A negociação que avança no Congresso prevê, além da nova fonte de recursos, fim das coligações proporcionais a partir de 2020 e a aplicação gradual da cláusula de barreira, de 2018 a 2026.



Sem claque A comitiva de Michel Temer se assustou ao chegar ao hotel em Moscou e se deparar com uma legião de jovens em frente ao prédio. Mas o peemedebista não era o foco das atenções. O grupo aguardava Cristiano Ronaldo, que tinha jogo e se hospedou no local.

Visita à Folha Laurent Bili, embaixador da França no Brasil, visitou a **Folha** nesta quarta-feira (21). Estava acompanhado de Briec Pont, cônsul-geral da França em São Paulo, e Elaine Caetano, adida de imprensa.


 tiroteio

O PSDB sempre foi protagonista. Se quiser continuar com o papel principal, não pode se pautar por Janot, Joesley ou Funaro.

DO DEPUTADO MARCUS PESTANA (PSDB-MG), criticando a ala tucana que defende o desembarque do governo Michel Temer em meio à crise política.


 contraponto

Brincadeira tem hora

Líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR) chegou à Comissão de Assuntos Sociais, na manhã de terça-feira (20), queixando-se de dores na região lombar. Ao final, derrotado na votação da reforma trabalhista, ainda teve que administrar piadas dos colegas.

— Jucá me confessou que está com lombalgia e eu vou dizer: é de tanto esforço para empurrar essa carreta sem roda, que é o governo Temer, no lamaçal da corrupção — disse Otto Alencar (PSD-BA), que é ortopedista.

Marta Suplicy (PMDB-SP), que presidia a sessão, salvou o líder governista com uma intervenção:

— Senador, o assunto aqui é bastante sério...

ROBERTO DIAS

Aqui tem desconfiança

SÃO PAULO - Casal chega ao caixa do supermercado. O ator Tony Ramos aparece: “O que é Friboi para vocês?”. O marido responde: “Tenho extrema confiança, até pela tua pessoa. Quando pôs teu nome entendi que é de qualidade.” Tony emenda: “Para vocês, o que é confiança de fato? Isso serve para a vida”. Ela diz: “É poder contar com uma pessoa”.

A propaganda, peça da famosa série da Friboi, agora é história. O ator acaba de romper o contrato com a JBS, que lhe rendeu R\$ 5 milhões.

Atribuiu a decisão a um “incômodo” que passou a sentir após os donos da empresa admitirem que são criminosos — quando PF e promotores apontaram problemas com a carne, o incômodo não fora suficiente.

Fátima Bernardes também deixou de apresentar as qualidades da Seara, marca do grupo. Já o cantor Roberto Carlos dizia no seu anúncio que voltou a comer carne, mas o depoimento desafiava a seguinte norma do Conar, entidade que regula o setor: “O testemunho deve ser sem-

pre comprovável”.

Vistas em retrospecto, as campanhas da JBS ganham ar de abertura de documentário de Michael Moore.

Endosso publicitário é problema antigo no meio. Nos EUA, já houve casos protagonizados por charlatões e mortos — o que evitava rolos com mau comportamento não da empresa, mas do garoto-propaganda. No Brasil, o que aconteceu agora talvez ajude a matizar a confiança transmitida por esses “testemunhos”.

O efeito deles não se enquadra na definição dada por Tony Ramos à sua saída: “simples, uma equação de primeiro grau”. Equação de primeiro grau presume igualdade entre expressões. Para isso, ele deveria repetir o número de aparições da campanha, agora dizendo que não confia mais a ponto de emprestar seu nome.

À JBS, por sua vez, restou como rosto da companhia o próprio Joesley. Aí sim algo realmente autêntico — e confiança, como ensinou Tony Ramos, serve para a vida.

roberto.dias@grupofolha.com.br

BERNARDO MELLO FRANCO

União contra a delação

BRASÍLIA - O que o impeachment separou só a Lava Jato é capaz de unir. Depois de um divórcio litigioso, PMDB e PT voltaram a se entender em ao menos uma coisa. Os dois partidos querem impor um freio às delações premiadas.

O alvo da vez é o acordo de Joesley Batista, o empresário que entregou Michel Temer em troca de perdão judicial. Desde que foi gravado nos porões do Jaburu, o presidente faz de tudo para desqualificar o acusador.

Antes da indiscrição, o dono da JBS era um amigo generoso, que financiava campanhas e emprestava o jatinho para viagens particulares. Agora foi reduzido a um “bandido notório”, cuja palavra não merece crédito. Parece ingratião, mas é só desespero para salvar o mandato.

Nesta quarta, Temer ganhou um apoio inesperado. O líder do PT na Câmara, Carlos Zarattini, engrossou o coro contra o acordo da Procuradoria com Joesley. O deputado afirmou que as delações da JBS “devem ser revistas”. Ele alegou que o empresá-

rio precisa sofrer uma “penalização” pelos “prejuízos causados ao país”.

O petista defendeu uma tese simpática: Joesley cometeu tantos crimes que merecia pegar ao menos uma prisão domiciliar. O problema é que os políticos não se movem pelo senso de justiça do cidadão comum. Eles criticam as delações porque querem se livrar de seus efeitos.

O líder do PT defendeu a “revisão” dos acordos no mesmo dia em que o Supremo começou a julgar o tema. O debate é vital para o futuro da Lava Jato. Se a corte melar o trato da JBS, abrirá uma brecha à anulação de dezenas de outros depoimentos.

O ministro Gilmar Mendes, sempre ele, fez ataques à investigação. Ele acusou a Procuradoria de tentar “reescrever a lei” para facilitar punições. Coube ao decano Celso de Mello lembrar que as delações têm sido “excepcionalmente eficazes” no combate a crimes de corrupção.

Quando a sessão foi interrompida, o placar era favorável à manutenção dos acordos: 2 a 0.

MARCO AURÉLIO CANÔNICO

Briga de Carnaval

RIO DE JANEIRO - É difícil escolher um lado na disputa entre o prefeito Marcelo Crivella (PRB) e a Liga Independente das Escolas de Samba (Liesa), tema que vem galvanizando o Rio desde que o governante anunciou uma redução de 50% na verba destinada às agremiações.

Não há dúvida de que o bispo eleito tem antipatia pela maior festa da cultura popular, como ficou demonstrado neste Carnaval. Há bons motivos para desconfiar de que esse desgosto é de cunho religioso, o que tornaria seu comportamento incompatível com a laicidade exigida pelo cargo.

Após menosprezar o Carnaval e suas tradições, Crivella não tem moral para convencer a população de que a redução do subsídio é mero rearranjo orçamentário. Mas que moral tem a Liesa, notório reduto de contraventores, para se insurgir? Ainda mais depois do trágico e irresponsável desfile deste ano, com dois acidentes graves que deixaram uma morta, vários feridos e nenhuma punição.

Acima de tudo, é difícil tomar partido porque há pouca transparência de ambas as partes. Quem sabe quanto a Liesa gasta e quanto lucra com os desfiles? Quem é capaz de atestar que os R\$ 2 milhões que a prefeitura repassou a cada escola do grupo especial neste ano foram gastos adequadamente? Sem esse tipo de dado, é impossível fazer uma discussão objetiva.

A ameaça da Liesa de suspender os desfiles de 2018 é risível. Com o orçamento de cada escola girando entre R\$ 6,5 milhões e R\$ 10 milhões, é complicado argumentar que R\$ 1 milhão a menos inviabiliza os trabalhos. Se a liga tornou-se dependente de dinheiro público a esse ponto, é sinal de muita incompetência.

Dado que não há santos nesse embate, Crivella faria melhor em não cortar a verba dos desfiles agora, dando uma espécie de aviso prévio e aproveitando para impor mais controle público, exigindo transparência e melhor gestão.

marco.canonico@grupofolha.com.br

MATIAS SPEKTOR

Balé russo

A fotografia de Michel Temer com Vladimir Putin no teatro Bolshoi de Moscou é uma ironia do destino. No mesmo dia em que a Polícia Federal engordava o volume de denúncias e investigações que assolam o presidente, nosso mandatário dividia o camarote com seu anfitrião, o mais sagaz dos sobreviventes da política mundial.

Putin é imbatível. Há 17 anos no poder, ele continua hegemônico. Enfrentou denúncias colossais de corrupção, conviveu com sanções da Europa e dos Estados Unidos, amargou os dramas de uma economia recessiva e, apesar de tudo, manteve a cadeira. Salvo uma hecatombe, em março próximo ele ganhará de lavada a eleição para renovar seu mandato.

Não se trata de uma operação trivial porque a Rússia possui uma dinâmica parecida com a brasileira. A economia nacional lá também depende do vaivém das commodities de exportação, tamanha a estagnação da produtividade e a ausência de investimentos inteligentes.

Isso significa que, para sobreviver politicamente, o presidente russo é obrigado a fazer um movimento típico de países em desenvolvimento: usar as receitas geradas no exterior, como a do gás exportado, para comprar a adesão da base de sustentação no Parlamento, nos quartéis, nos ser-

quina de governo.

Isso significa que Putin, apesar de ser nominalmente forte, anda sempre no fio da navalha. Apesar de seus 80% de aprovação popular —seu opositor mais visível conta com apenas 2% das intenções de voto—, ele nunca brinca com fogo. Por isso, acaba de fazer ouvidos moucos à recomendação de seus economistas: para satisfazer sua base de sustentação, Putin desidratou a reforma da Previdência e os projetos de lei destinados a conter o gasto público.

Num país como a Rússia, fazer as reformas necessárias para tirar o país do atoleiro equivale a atentar contra a sobrevivência de quem é responsável por tocar as próprias reformas. O ato de reformar viria impossível.

Claro, as diferenças são gigantescas. Ao contrário do colega russo, nosso presidente não consegue reprimir, prender ou mandar matar quem lhe faz oposição. Hoje, o Kremlin consegue fazer com um juiz, promotor ou jornalista aquilo que o Planalto nem sequer concebe em seus sonhos mais selvagens.

No entanto, assim como o presidente russo, Temer também sacrificará o futuro no altar da própria sobrevivência (no caso, 172 deputados e suas respectivas redes de patronagem e clientelismo). Não há mecanismo em nosso sistema para impedir esse desfecho.

O custo disso? Atraso e estagnação para todos, hoje e amanhã. Vale na Rússia, vale também do lado de cá.

MATIAS SPEKTOR escreve às quintas nesta coluna.

TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

debates@grupofolha.com.br www.folha.com/tendencias

Novas abordagens para a crise política

SÉRGIO EDUARDO FERRAZ

A duração da crise política sugere que a encrenca em que o país se meteu não encontrará solução nos limites da abordagem policial e judicial.

Após um ano do impeachment, Michel Temer sofre risco de afastamento por sérias suspeitas de ilícitos. Eventuais sucessores têm carga tóxica equivalente. O envolvimento com ações ilegais alcança quase toda a elite política.

Um dominó de quedas no Executivo ameaça esgarçar ao limite o tecido institucional. Arrisca-se a sobrevivência dos próprios meios de se encontrar a saída do labirinto.

Os esforços do Ministério Público e do Judiciário não inibiram de todo as velhas práticas. O suposto pagamento de propinas a políticos e operadores presos, indicado pela delação da JBS, assinala a resiliência dos esquemas. A abordagem repressiva não fez emergir o novo.

O desmantelamento de estruturas políticas —efeito da lógica persecutória— pode resultar paradoxal, facilitando o trabalho dos corruptores, livres agora para acionar uma “ligação direta” dos seus interesses por dentro do aparato do Estado desorganizado.

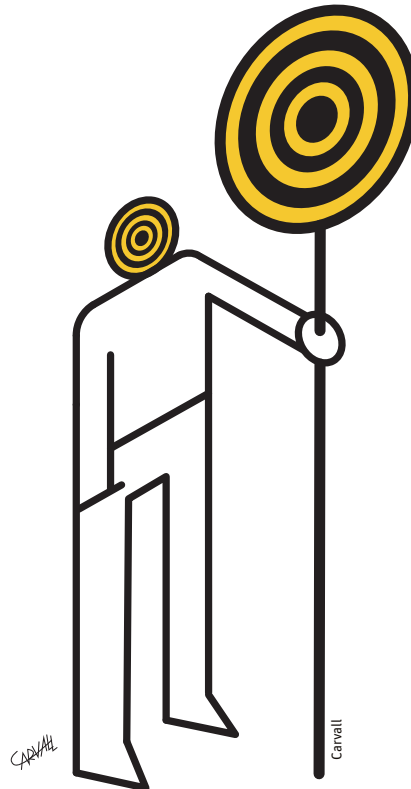
A população prossegue sequestrada em sua imaginação pela ilusão de que operações policiais e iniciativas judiciais bastem para desbaratar a corrupção. Mas é urgente qualificar o rumo do debate, se não quisermos enxugar gelo.

Um começo é perceber que uma falha importante no desenho institucional brasileiro pós-1988, meritório em outras dimensões, foi sua incapacidade de projetar diques contra a colonização da atividade política por grandes grupos econômicos, risco que ronda qualquer democracia. Não se protegeu a esfera política das previsíveis tentativas de captura por parte de quem dispõe de poder para tal.

Nossos políticos não vieram de Marte. Como tem mostrado Bruno Reis, da UFMG, eles respondem a uma conjunção nefasta entre regras eleitorais e de financiamento, indutoras de comportamentos predatórios. E se valem da frágil governança corporativa de nossas estatais.

Do lado do financiamento, o teto de contribuição é um percentual da renda do doador, o que só existe entre nós. Até 2014, contribuíam pessoas jurídicas (até 2% do faturamento) e, ainda hoje, pessoas físicas (até 10% da renda anual). Importou-se para a política as assimetrias da economia, permitindo-se uma brutal desigualdade de influência no financiamento das eleições.

Nos pleitos legislativos, centenas ou milhares de candidatos disputam, individualmente, nos Estados, o voto de milhões de eleitores, com-



Políticos não são de Marte. Eles respondem a uma junção nefasta de regras eleitorais e de financiamento, indutoras de procedimentos predatórios

petindo por algumas dezenas de cadeiras. Nessa situação de quase anonimato, é vital obter visibilidade, o que requer muito dinheiro e, portanto, o favor de alguns poucos (e poderosos) financiadores.

Multiplicaram-se os candidatos e concentraram-se os financiadores. Cristalizou-se um mercado em que estes últimos são o lado que dá as cartas do jogo. Previsível a fragilidade dos representantes frente aos respectivos patronos. Com o tempo, azeitadas as engrenagens, só sobrevive nesse habitat quem tem estômago e vocação para tal.

Por sua vez, a Justiça Eleitoral não pode fiscalizar uma quantidade dessa monta de contas individuais de campanha. Para o eleitor, a competição por vagas legislativas carece de inteligibilidade política.

É vital alterar essas regras insti-

tucionais. Não há fórmula pronta, mas baratear as campanhas, através de tetos nominais razoáveis para as contribuições privadas, com a pulverização dos financiadores, é um caminho promissor.

Tornar partidárias e coletivas as disputas para o Legislativo, mediante um sistema de listas preordenadas, talvez se apresente como alternativa superior ao status quo, com ganhos de inteligibilidade e redução do número de contas eleitorais a fiscalizar. Cláusulas de desempenho mais elevadas concorreriam para diminuir a fragmentação partidária.

Há, naturalmente, outras possibilidades razoáveis de conjugar regras eleitorais e de financiamento. E outras dimensões estatais necessitadas de inovação institucional, como a área de contratos públicos e governança.

Urgente, no entanto, iniciar esse debate e superar uma abordagem meramente persecutória, insuficiente para nos tirar da crise.

SÉRGIO EDUARDO FERRAZ é doutor em ciência política pela USP e auditor do Tesouro da Secretaria da Fazenda de Pernambuco

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Fiasco tributário

Arrecadação recupera-se em ritmo abaixo do esperado; leitura mais alarmante cogita que distribuição da carga de impostos estaria obsoleta

Um dos últimos artifícios aventados pela equipe de Dilma Rousseff (PT) para recauchutar as finanças federais veio, por fim, a calhar.

Premido pelo desempenho pífio da arrecadação, o governo Michel Temer (PMDB) decidiu encampar a ideia de recolher aos cofres do Tesouro Nacional valores devidos pela União — chamados precatórios, resultantes de decisões judiciais desfavoráveis —, mas não reclamados pelos credores.

Por meio de projeto de lei, aprovado poucos dias atrás pela Câmara dos Deputados, pretende-se obter R\$ 8,6 bilhões com o cancelamento de precatórios não sacados há mais de dois anos.

Quase irrelevante, a invencionice fora esquecida no ano passado. A verba está longe de ser portentosa para as dimensões do Orçamento e, ademais, tende a ser decrescente nos próximos exercícios.

Agora, entretanto, afigura-se decisiva para ao menos aliviar o inesperado bloqueio de despesas imposto a toda a Esplanada dos Ministérios — na casa dos R\$ 40 bilhões — com o objetivo de compensar o fiasco da receita tributária.

Combatalida ao longo de três anos por uma das recessões mais profundas já vividas pelo país, a arrecadação recupera-se em ritmo muito abaixo do esperado, a ponto de intrigar estudiosos do tema.

Recém-divulgados, os números de maio confirmam que, neste 2017,

a melhora tem sido quase imperceptível e decorrente apenas de recursos como royalties do petróleo — o desempenho conjunto de impostos e contribuições sociais continua inferior ao de 2016.

Prejuízos acumulados pelas empresas, que podem ser abatidos no cálculo dos tributos devidos, explicam parte da queda.

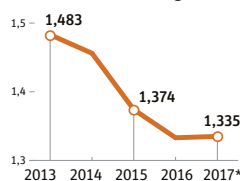
Uma leitura mais alarmante, porém, ganha adeptos na academia e no governo: a distribuição da carga tributária nacional estaria obsoleta diante das transformações da economia do país, cada vez mais centrada no setor de serviços, relativamente menos taxado.

A se confirmar tal tese, o que decreto demandará observações mais detalhadas, o reequilíbrio orçamentário tende a ser ainda mais vagaroso e acidentado.

Fato é que o ciclo recessivo já custou à administração federal uma perda de receita de cerca de R\$ 148 bilhões anuais, mais que todos os recursos à disposição do Ministério da Saúde. E as carências do país só cresceram no período.

ARRECAÇÃO FEDERAL

Em R\$ trilhões corrigidos



R\$ 148 bi (10%)
é a queda acumulada no período

*12 meses até maio

Corrupção, Rússia, Brasil

Difícilmente poderia ser maior o contraste entre a popularidade de Michel Temer (PMDB) e a de Vladimir Putin, seu anfitrião na Rússia até esta quarta-feira (21).

A aprovação ao brasileiro, segundo o Datafolha, não passava de 9% ao final de abril — e é mais que improvável ter havido alguma melhora de lá para cá. Já o presidente russo ostenta taxas estelares, acima de 80%.

Temer, há pouco mais de um ano no poder, corre risco não desprezível de ser defenestrado. Se permanecer no posto, a reeleição não é hipótese considerada. Putin comanda a Rússia há 18 anos, alternando-se nos papéis de premiê e presidente, e mantém sólido favoritismo para o pleito de 2018.

Entretanto os dois têm algo em comum: o calcanhar de Aquiles de seus governos é a corrupção.

Se o peemedebista e seus auxiliares encontram-se a cada dia mais enredados nas delações premiadas da Lava Jato, o autocrata russo tem tido que enfrentar uma série crescente de protestos de rua.

Os atos são convocados pelo líder opositorista Alexei Navalni, que mobiliza a população jovem com vídeos, postados na internet,

em que acusa dirigentes próximos a Putin de desvios bilionários.

As manifestações não chegam a arregimentar milhões, mas têm ocorrido com frequência cada vez maior e atingido mais cidades. Na última leva, há menos de duas semanas, chegaram a mais de uma centena de localidades.

Embora brasileiros nos ressinamos da falta de estabilidade política, muito particularmente nos últimos dois anos, nossa situação no plano institucional é bem melhor do que a dos russos.

Escândalos de corrupção fazem parte da história de nações que transitaram do patrimonialismo para a democracia. A forma como cada uma lida com o problema dá a medida de seu desenvolvimento.

Em seu país, Putin consegue evitar qualquer tipo de investigação e reprime manifestações; no Brasil, a polícia, o Ministério Público e a Justiça vão cumprindo seu papel.

Temer corre o risco de cair como sua antecessora porque por aqui começa a haver algum tipo de “accountability” (prestação de contas e responsabilização, em tradução aproximada), o que não parece ter entrado para o léxico russo nem mesmo como estrangeirismo.

Corrupção, Rússia, Brasil

Difícilmente poderia ser maior o contraste entre a popularidade de Michel Temer (PMDB) e a de Vladimir Putin, seu anfitrião na Rússia até esta quarta-feira (21).

A aprovação ao brasileiro, segundo o Datafolha, não passava de 9% ao final de abril — e é mais que improvável ter havido alguma melhora de lá para cá. Já o presidente russo ostenta taxas estelares, acima de 80%.

Temer, há pouco mais de um ano no poder, corre risco não desprezível de ser defenestrado. Se permanecer no posto, a reeleição não é hipótese considerada. Putin comanda a Rússia há 18 anos, alternando-se nos papéis de premiê e presidente, e mantém sólido favoritismo para o pleito de 2018.

Entretanto os dois têm algo em comum: o calcanhar de Aquiles de seus governos é a corrupção.

Se o peemedebista e seus auxiliares encontram-se a cada dia mais enredados nas delações premiadas da Lava Jato, o autocrata russo tem tido que enfrentar uma série crescente de protestos de rua.

Os atos são convocados pelo líder opositor Alexei Navalni, que mobiliza a população jovem com vídeos, postados na internet,

em que acusa dirigentes próximos a Putin de desvios bilionários.

As manifestações não chegam a arregimentar milhões, mas têm ocorrido com frequência cada vez maior e atingido mais cidades. Na última leva, há menos de duas semanas, chegaram a mais de uma centena de localidades.

Embora brasileiros nos ressinamos da falta de estabilidade política, muito particularmente nos últimos dois anos, nossa situação no plano institucional é bem melhor do que a dos russos.

Escândalos de corrupção fazem parte da história de nações que transitaram do patrimonialismo para a democracia. A forma como cada uma lida com o problema dá a medida de seu desenvolvimento.

Em seu país, Putin consegue evitar qualquer tipo de investigação e reprime manifestações; no Brasil, a polícia, o Ministério Público e a Justiça vão cumprindo seu papel.

Temer corre o risco de cair como sua antecessora porque por aqui começa a haver algum tipo de “accountability” (prestação de contas e responsabilização, em tradução aproximada), o que não parece ter entrado para o léxico russo nem mesmo como estrangeirismo.

O Metro Jornal é impresso em papel reciclado com manejo florestal responsável.



metro

www.metrojornal.com.br | leitor.sp@metrojornal.com.br | www.facebook.com/metrojornal | @MetroJornal_SP

SÃO PAULO
Quinta-feira,
22 de junho de 2017
Edição nº 2.560, ano 11

MIN: 13°C
MAX: 22°C

ANDRÉ PORTO/METRO

MARCAS DO CRACK

Um mês após a megaoperação na Cracolândia, asfalto da rua Helvétia revela fragmentos da vida dos usuários; veja o que mudou neste período na região PÁG. 04



Tal qual fósseis, objetos e fragmentos ficaram incrustados na rua

RISADARIA MELHORES DO HUMOR SÃO PREMIADOS PÁG. 18



DEU MATCH! BAND ESTREIA PROGRAMA DE NAMORO PÁG. 17



Condenado a 181 anos, Abdelmassih vai pra casa

Doente, aos 74 anos, ele cumpria pena em Tremembé por estuprar 37 pacientes em sua clínica; ele passou meses de três anos na prisão PÁG. 02

Salários registram reajustes acima da inflação em maio

Negociações e convenções coletivas obtiveram aumento real de 1% PÁG. 10

Acordo estipula R\$ 3,5 bilhões para campanha eleitoral

Líderes partidários defendem inclusão de fundo na reforma eleitoral PÁG. 06



Abre o olho!

São Paulo de Thiago Mendes (foto) perde do Atlético-PR e fica perto zona do rebaixamento do Brasileirão. Palmeiras e Santos vencem PÁG. 24

PAULO LISBOA/BRAZIL. PHOTO PRESS/FOLHAPRESS

SELECÇÃO E ANIMAÇÃO: PENSE SITE DONNA PARA O LECTOR

Cracolândia: mês um

Pedras no caminho. 30 dias após megaoperação policial que desmanchou antigo ponto, consumo de drogas permanece na região, agora na praça Princesa Isabel, que se consolidou como novo endereço dos usuários e o alvo das ações da prefeitura e do governo do Estado

A megaoperação policial que tirou os usuários de crack do ponto em que se concentravam, prendeu traficantes e colocou a Cracolândia no centro das atenções na capital completou ontem um mês.

A ação acabou com a feira livre de drogas e provocou o estabelecimento de uma nova Cracolândia, agora na praça Princesa Isabel.

A megaoperação também determinou o início de novas políticas: saiu o programa de Braços Abertos, de Fernando Haddad (PT), e entrou o Redenção, que ainda estava sendo desenvolvido por João Doria (PSDB) e começou ser colocado em prática ainda no calor dos acontecimentos.

Parte das intervenções recebeu críticas, como do Ministério Público, por supostamente privilegiar ações policiais e de exceção em detrimento do atendimento social e de saúde.

Estado e prefeitura têm argumentado que a força era necessária para que o poder público pudesse retomar a área antes dominada pelo crime organizado e assim dar início a uma nova fase nos atendimentos. Desde então, a região teve reforço na segurança e ganhou serviços emergenciais para acolhimento e tratamento médico dos usuários.

“A situação estava fora de controle, com reinado de terror dos traficantes e os usuários sem chance de recuperação. Houve erros, mas a polícia foi útil e o atendimento emergencial já está em funcionamento. Um mês é pouco, mas o caminho é esse”, afirmou o toxicologista Anthony Wong. **METRO**

O CENTRO DAS ATENÇÕES



11.290

encaminhamentos para acolhimento na rede emergencial foram realizados pela prefeitura

427

interações voluntárias foram realizadas pela prefeitura em mais de dez unidades de saúde

128

guardas-civis metropolitanos têm feito a segurança na região em 17 carros e quatro ônibus com câmeras

130

suspeitos de tráfico de drogas detidos e 12,6 kg de crack apreendidos

CRONOLOGIA

21 DE MAIO

Megaoperação com 976 policiais desmancha a feira de drogas na Cracolândia (alameda Dino Bueno com rua Helvétia), prende traficantes e provoca a dispersão dos usuários pelo centro

23 DE MAIO

Prefeitura inicia a demolição de imóveis na antiga área sem autorização judicial. Derrubada de parede em pensão deixa três pessoas feridas. Ação é suspensa pela prefeitura

26 DE MAIO

Levantamento da GCM mostra que usuários se espalharam por até 23 pontos na região central, sendo a praça Princesa Isabel – 400 metros distante do antigo ponto – o maior deles e que se consolidou como a nova Cracolândia

Liminar autoriza que prefeitura faça apreensão de usuários e os leve sem consentimento para avaliação médica para possíveis internações compulsórias (que ainda dependeriam de aval judicial). Ministério Público e Defensoria criticam a medida e derrubam liminar com recurso dois dias depois

8 DE JUNHO

Unidade emergencial com camas, banheiros e refeitórios montados em contêineres começa a funcionar em estacionamento da GCM para acolhimento dos usuários. No dia 26 de maio, administração já havia aberto Caps 24h emergencial

11 DE JUNHO

Policia realiza segunda operação, desta vez na Princesa Isabel. Traficantes são presos, usuários revistados e barracas destruídas. Segurança e limpeza são reforçadas para evitar retorno das tendas

FONTE: PREFEITURA DE SÃO PAULO E SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

FOTOS: ANDRÉ PORTO/METRO JORNAL

Parceria. 'Italianos' vão bancar reforma de 3 praças

As praças Ramos de Azevedo (centro), Cidade de Milão (zona sul) e Imigrante Italiano (zona oeste) vão passar por revitalizações, como parte do projeto Itália Per San Paolo – Monumentando e Restaurando a Cidade.

Os italianos são responsáveis por diversas construções na capital e agora querem restaurá-las, devolvendo a beleza da época da construção. Para isso, foram feitas parcerias com empre-

sas privadas e um investimento de R\$ 5 milhões.

O primeiro espaço a receber as reformas será a praça Imigrante Italiano, que vai ter o jardim refeito.

Em seguida, as fontes das praças Cidade de Milão e Ramos de Azevedo serão revitalizadas, valorizando os elementos que remetem à sua cultura, como as estátuas de Michelangelo.

A reinauguração será feita até o fim do ano. **METRO**



Fonte da praça Ramos de Azevedo | CHARLES SHOLL/FUTURA PRESS

Estado

TCE aprova contas com ressalvas

O TCE (Tribunal de Contas do Estado) aprovou ontem as contas de 2016 da gestão de Geraldo Alckmin (PSDB), com ressalvas. O tribunal disse que faltam dados sobre renúncias fiscais – o que o Estado nega – e que há problemas com despesas de saúde, educação e com a administração penitenciária. A decisão final cabe aos deputados estaduais. **METRO**

Privatizações

Pacote de Doria pode ser adiado

O projeto de lei que prevê desestatizações de parques, terminais de ônibus, estádio do Pacaembu, entre outros, não passou ontem na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara de São Paulo e, com isso, a votação do pacote de Doria pode ficar para o segundo semestre. A presidência da Câmara, porém, diz que ela será neste semestre. **METRO**

DIÁRIO DO GRANDE ABC



Paço de Sto. André acerta parceria com clínica médica para reduzir fila de espera por exames

A Prefeitura de Santo André fechou oficialmente ontem a segunda parceria particular para o programa Saúde Fila Zero, que pre-

tende acabar com a espera por exames e consultas na cidade, totalizando 128 mil atendimentos. A Clínica Ana Rosa seguiu o exem-

plo do Hospital e Maternidade Dr. Christóvão da Gama e aderiu ao projeto, que oferece a oportunidade de quitar dívidas de ISS (Impos-

to Sobre Serviços) em troca da prestação de serviços na área médica. A empresa irá realizar 300 exames mensais, entre ultrassono-

grafia transvaginal e Bera, não disponível na rede pública e que avalia a integridade funcional do nervo auditivo. *Setecidades 1*

ÉPOCA DE OURO

Fred Astaire morria há 30 anos, depois de mudar o cinema



Exímio dançarino, ator revolucionou o cinema e atuou em clássicos, como *Cinderela em Paris*. Morreu em 1987 por complicações de pneumonia.

Cultura&Laser 4

População regional terá 30% de idosos em 2050

Projeção da Fundação Seade mostra Grande ABC com 820,8 mil pessoas de 60 anos ou mais



SÃO CAETANO. Cidade tem quatro centros destinados à terceira idade, com atividades esportivas, de Saúde e de lazer

Projeção populacional divulgada ontem pela Fundação Seade mostra que o número de idosos nas sete cidades do Grande ABC passará dos atuais 365,8 mil para 820,8 mil habitantes em 2050, um aumento de 124,34%. Isso significa que um a cada três moradores da região terá 60 anos ou mais. Os dados seguem tendência mundial, sobretudo em função do aumento de expectativa de vida e queda da taxa de fecundidade. No geral, a população total da região terá aumento de apenas 1,64% nos próximos 33 anos, pois a previsão aponta que saltará dos 2,65 milhões de hoje para 2,69 milhões. São Caetano, que continuará a ter a maior proporção de moradores acima dos 60 anos, foi precursora nas ações voltadas à terceira idade. *Setecidades 3*

TELEFÉRICO

Ribeirão Pires inicia retirada de estruturas e dá fim a projeto que já custou R\$ 1,8 mi

A Prefeitura de Ribeirão Pires iniciou ontem, no Complexo Ayrton Senna, a retirada de estruturas que faziam parte das obras do teleférico, projeto que já havia consumido R\$ 1,8 milhão. A ação confirma que a atual administração descartou levar adiante a construção do equipamento. Após a retirada do entulho, o local receberá serviços de melhoria. *Política 3*



PLANOS. Complexo Ayrton Senna receberá serviços de melhoria na sequência

ANÚNCIO DEVE SAIR HOJE

Além do Polo, VW cogita fazer outro carro em São Bernardo

A planta da Volkswagen em São Bernardo poderá ser escolhida para abrigar a fabricação de um novo modelo, além do Polo. A expectativa é

que o anúncio seja feito hoje, durante reunião do prefeito Orlando Morando (PSDB) com executivos da empresa, na Alemanha. *Política 6*

COLONAS

CENA POLÍTICA: A grande família de Lutz Turco *Política 4*

DIREITO DO CONSUMIDOR: Tipos de aquecedor *Economia 8*

MEMÓRIA: Avança o futebol de São Bernardo *Setecidades 2*

ÍNDICE

1516-6570	Política/Economia	6
9 771516 657057	Setecidades	4
	Esportes	4
	Cultura&Lazer	4
	Turismo	4
	Indústrias	4
	Empregos&Oportunidades	4

Nesta edição 32 páginas

EDITORIAL

Pensar no futuro

NO BAIRRO MAUÁ

São Caetano deve entregar em até 120 dias unidade do Caps para dobrar número de atendimentos *Setecidades 4*

TURISMO

Estação de esqui francesa de Courchevel esbanja luxo, com gastronomia nobre e boas hospedagens *Páginas 2 e 3*

JADSON VOLTA

Corinthians defende liderança diante do Bahia em Itaquera

MAIS BRASILEIRÃO

Tricolor perde outra e vê crise agravar; Peixe e Verdão se dão bem

Reforçado pelo meia Jadson, poupado frente ao Coritiba, no domingo, o Timão recebe os baianos na Arena, a partir das 19h30, disposto a manter a ponta do Brasileiro. O Alvinegro tem 20 pontos, contra 19 do vice-líder Grêmio, que, às 21h, vai enfrentar o Coritiba, em Porto Alegre. *Esportes 3*

O São Paulo, de Renan Ribeiro (*dir.*), viu a pressão aumentar. Depois da derrota para o Atlético-MG, domingo, o time perdeu para o Atlético-PR por 1 a 0, ontem, no Paraná. Em Salvador, o Santos bateu o Vitória por 2 a 0 – gols de Copete. E Borja anotou o 1 a 0 do Palmeiras sobre o Atlético-GO na Capital. *Esportes 2 a 4*

EM MAUÁ

Polícia Civil encontra padaria irregular no Jardim Oratório que funcionava há 4 anos

Denúncia anônima levou policiais ao espaço, na esquina das ruas Rio de Janeiro e Maceió, que funcionava como mercearia e padaria. Além de produtos vencidos, comércio apresentava más condições de higiene e não tinha alvará. *Setecidades 4*

GORJETA

Estabelecimentos da região e sindicatos ainda negociam a adoção da nova lei

Em vigor desde 14 de maio, a nova lei da gorjeta determina que a quantia arrecadada deverá constar da folha de pagamento, além de ser dividida entre todos os funcionários do estabelecimento. Antes, era rateada apenas entre garçons. *Economia 8*

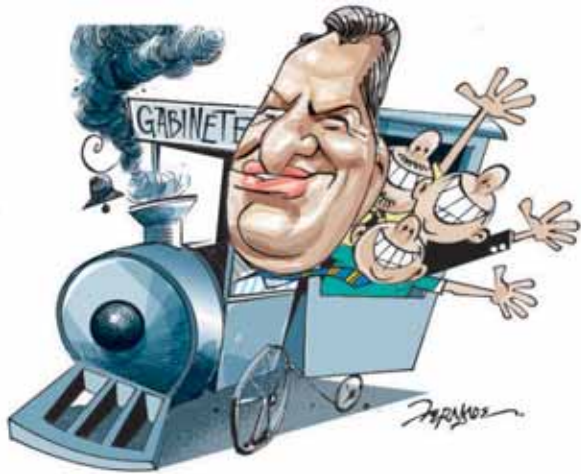


Joson Silva/Estádio Contidoro



cena política

RAPHAEL ROCHA
raphaelrocha@dgabc.com.br



A grande família de Luiz Turco

O deputado estadual Luiz Turco (PT), de Santo André, iniciou série de reuniões pelo Interior do Estado já com vistas ao projeto de reeleição no ano que vem. Mas, enquanto isso, dentro de seu gabinete na Assembleia Legislativa, vem acolhendo as mais diversas indicações políticas. Chamou atenção o fato de muitos familiares de políticos estarem contratados na sua cota parlamentar. A mais recente foi Maria José Marchiori da Silva, mãe do vereador andreense Eduardo Leite (PT). Mas há também a mulher do vereador Willians Bezerra (PT), Aline Prado Bezerra da Silva; Fredi Avamileno, filho do ex-prefeito João Avamileno (PT); Pedro Veríssimo Fernandes, filho do ex-vereador de Mauá Rômulo Fernandes (PT); e Rozane Sena, a Zaninha, mulher do ex-parlamentar de São Bernardo Zé Ferreira (PT).

Bastidores

Olha eu aqui

Prefeiturável do PT de São Bernardo em 2016 e, por ora, fora de todas as discussões eleitorais para o ano que vem, Tarcisio Secoli deixou escapar que pode aparecer nas urnas no próximo ano, numa candidatura a deputado. Mas ele alertou que todo debate passa pela reforma política em trâmite no Congresso. Se o sistema for do voto em lista, ele prevê a manutenção dos mandatos de Ana do Carmo, Teonílio Barba e Luiz Fernando Teixeira. Caso contrário, tudo pode mudar. “Ainda é cedo para falar sobre isso.”



Ricardo Trida 2/10/16

Bastidores

Olha eu aqui

Prefeiturável do PT de São Bernardo em 2016 e, por ora, fora de todas as discussões eleitorais para o ano que vem, Tarcisio Secoli deixou escapar que pode aparecer nas urnas no próximo ano, numa candidatura a deputado. Mas ele alertou que todo debate passa pela reforma política em trâmite no Congresso. Se o sistema for do voto em lista, ele prevê a manutenção dos mandatos de Ana do Carmo, Teonílio Barba e Luiz Fernando Teixeira. Caso contrário, tudo pode mudar. “Ainda é cedo para falar sobre isso.”



Ricardo Trida 2/10/16

Visita

Prefeito em exercício de São Bernardo, Marcelo Lima (SD) esteve ontem na Câmara para acompanhar a sessão – Marcelo foi vereador até 2016. Chegou logo cedo, cumprimentou alguns vereadores e pretendia discursar na tribuna. Porém, como a plateia estava formada por militantes petistas, refugou da ideia de falar em público e rapidamente deixou o Legislativo.

Sessão extraordinária

A Câmara de São Caetano vai realizar sessão extraordinária hoje para votar o plano de parcelamento de débitos junto à Prefeitura são-caetanense, o denominado PPD. O projeto será analisado em duas discussões. O município ou empresa que deve para a administração pode fatar o valor em até 18 vezes. Também haverá escalonamento dos descontos de juros e multas.

Recado

Chamou atenção a presença do vereador de Diadema Paulo Bezerra (PV) em cerimônia em São Bernardo na terça-feira, quando o prefeito Orlando Morando (PSDB) transmitiu cargo para o vice, Marcelo Lima (SD). Bezerra é um dos mais fiéis parlamentares da base do prefeito de Diadema, Lauro Michels (PV). Muitos interpretaram como sinal, por parte de Lauro, de reaproximação – os dois se distanciaram politicamente no começo do ano.

Campanha – 1

Defensores da candidatura a deputado estadual do presidente da Câmara de Diadema, Marcos Michels (PSB), iniciaram discussão para garantir apoio maciço do governo de Lauro Michels (PV) à empreitada do socialista. Ontem, esta coluna mostrou que há secretários reticentes em embarcarem no projeto eleitoral de Marcos para o ano que vem.

Campanha – 2

Esses apoiadores garantem ser zero a chance de Marcos Michels recuar em sua tentativa de ser deputado estadual, dizendo que o presidente da Casa já fez todos os acenos no passado para outros nomes patrocinados pelo governo de Lauro Michels (PV). A disputa interna promete ser quente, já que a secretária de Habitação, Regina Gonçalves (PV), também vislumbra candidatura.



Cesp será privatizada

A tradicional Cesp (Companhia Energética de São Paulo) se aproxima da privatização, prevista já para o segundo semestre deste ano. O aceno, iniciado em 2016 pela Secretaria estadual de Energia e Mineração, se transformou agora em tendência tida como certa no mercado financeiro e de capitais de São Paulo. A venda será consumada por leilão que está sendo definido a toque de caixa. A meta é realizá-lo entre setembro e outubro, no máximo. O preço mínimo será divulgado nos próximos 30 dias. O valor da Cesp será calculado com base na previsão de geração de caixa. Esta semana, a notícia ganhou força com a divulgação de que o governo estadual decidiu recomendar o prosseguimento da privatização da empresa. Além da hidrelétrica de Porto Primavera, que tem 1.540 megawatts (MW) de potência, a Cesp tem ainda as concessões de Paraibuna, com 87 MW e vencimento em março de 2021, e Jaguari, que tem 27,6 MW de potência e a concessão termina em maio de 2020.

Negócios no Interior

- A rede de *fast-food* de comida mexicana Taco Bell abrirá pontos de venda em Piracicaba, Ribeirão Preto, São José dos Campos e Sorocaba. Já funciona em Campinas desde dezembro de 2016.
- A Fundação BNP Paribas vai investir R\$ 22 milhões até 2019 em projetos sobre mudanças climáticas. As universidades paulistas estão envolvidas.

Cartel da laranja

A CPI que investiga prática de cartelização por parte da indústria da citricultura no Estado de São Paulo colheu duras críticas ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). Flávio de Carvalho Pinto Viegas, presidente da Associtrus (Associação Brasileira de Citricultores) lembrou que, em 1992, quando citricultores tentaram criar a Frutesp, o Cade teria “inocentado” as fábricas de citrus, apesar da discrepância de preços adotada pelo cartel para eliminar a cooperativa de produtores. De US\$ 10, uma caixa de laranja passou a custar US\$ 2, inviabilizando a concorrência dos pequenos e médios produtores com a indústria. No ano seguinte, foi firmado um termo de compromisso de cessação, “que nunca foi cumprido”.

Há 40 anos

Segundo Viegas, o cartel da citricultura teria sido iniciado em 1976 e continuaria a operar até hoje. Além disso, os valores do suco de laranja comercializado no Porto de Santos estariam “bem abaixo” dos praticados na Europa, o que teria causado prejuízo de US\$ 10 milhões aos produtores nos últimos dez anos. Deputados tentarão viabilizar junto ao Cade a estruturação do Consecitrus (Conselho dos Produtores de Laranja e da Indústria de Suco de Laranja) como mecanismo estável e transparente de preços.

Preço baixo

Antonio Júlio de Junqueira Queiroz, representante da Sociedade Rural Brasileira, disse que o primeiro caso de leniência no Brasil foi o do cartel de citricultura. Declarou que há 18 anos vem registrando irregularidades cometidas pelas empresas. Não só os produtores, mas também as prefeituras e o Estado foram prejudicados por sonegação fiscal nas operações montadas pelo cartel da citricultura, disse ele. José Eduardo de Paulo Alonso, da Faesp (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo), disse que “o preço do suco nunca cai, mas o da fruta sim, prejudicando os produtores rurais”.

Pauta na Assembleia

- A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que apura irregularidades de operadoras de planos de saúde convocará os presidentes da Amil, Unimed Brasil e Sulamérica e a Agência Nacional de Saúde.
- O deputado Luiz Fernando Teixeira entrará com uma representação no Ministério Público contra a instalação de uma termoelétrica em Peruíbe, na Baixada Santista.

Desastres naturais

O Observatório dos Desastres Naturais, da CNM (Confederação Nacional de Municípios), foi criado para monitorar informações sobre os prejuízos financeiros causados pelo excesso de chuva ou seca, bem como as estruturas de resposta a desastres disponíveis nos municípios. O hotsite traz ainda um conjunto de materiais técnicos, entre estudos e cartilhas, que podem fornecer elementos aos gestores municipais sobre como acessar recursos federais para recuperação das áreas afetadas.

Feiras e exposições em São Paulo

- De 17 a 20 de julho, a Eletrolar Show apresentará 700 marcas e 10 mil produtos no Transamerica Expo Center. É destinada exclusivamente a negócios. Em paralelo, ocorrerá o Smartphone Congress & Expo, cujo setor obteve cerca de R\$ 40 bilhões de faturamento em 2016 e apresentará produtos do segmento mobile, entre eles m-commerce, atuação omnichannel, showrooming e BigData.
- A Fipan (Feira Internacional de Panificação, Confeitaria e Varejo Independente de Alimentos) ocorrerá de 26 a 29 de julho no Expo Center Norte. Haverá demonstrações e cursos, além da Arena do Confeiteiro e palestras de grandes nomes da confeitaria brasileira e expositores especializados em pizza.

Obra do teleférico é desfeita em Ribeirão

Governo de Saulo gastou R\$ 1,8 milhão em projeto que estava parado; recurso será perdido

FELIPE SIQUEIRA

Especial para o **Diário**

felipesiqueira@dgabc.com.br

A Prefeitura de Ribeirão Pires começou a retirar ontem partes da estrutura que havia sido colocada para construção do teleférico, no Complexo Ayrton Senna, onde está localizado o Teatro Municipal Euclides Menato. A ação da Prefeitura confirma que o teleférico não será mais parte dos planos da atual gestão da cidade, de Adler Kiko Teixeira (PSB).

Para construção das obras, mesmo que inicialmente, foi gasto e, agora, totalmente perdido com o cancelamento, R\$ 1,8 milhão. Deste valor, R\$ 990 mil foram utilizados para concepção do projeto executivo. Além desta quantia, outros R\$ 476 mil foram despendidos para compra dos bondinhos que seriam utilizados. Mais R\$ 550 mil serão pagos pelo serviço da Capellano, que realizou a parte de infraestrutura. O pagamento para a última é dividido em três partes de R\$ 180 mil cada. Até agora, já foi paga a primeira parcela.

O projeto do teleférico nunca foi visto com bons olhos pela atual administração. Desde o início do ano, Kiko e sua equipe já avisavam que não prosseguiriam com a ideia do antecessor Saulo Benevides (PMDB).

“Foi dada a ordem de início de uma obra que não tinha as devidas licenças e tampouco existia a garantia dos recursos. Em frente ao teatro municipal o serviço foi iniciado, a empresa fez medição e a obra não tinha como prosseguir,

até mesmo porque o recurso não foi liberado por parte do governo federal”, disse Kiko.

A Prefeitura informou, por meio de nota, que a Secretaria de Infraestrutura Urbana ficará responsável pelo local e que a Pasta vai retirar os entulhos das obras não finalizadas. O piso do espaço será revitalizado e o gradil que está na área será retirado. O muro que separa o complexo da Delegacia de Ribeirão Pires também será arrancado para ampliar o espaço. A entrada do teatro passará por processo de revitalização.

Os outros dois pontos da cidade que deveriam fazer parte do teleférico são o Mirante Santo Antônio e o Parque Milton Marinho. O primeiro não teve nenhum avanço nas obras desde o início do projeto. Apenas alguns entulhos estavam presentes no local. Já no Parque Milton Marinho, algumas estacas foram fincadas no chão, para servirem de estrutura base para as obras. A intenção é utilizar o que foi feito no parque, fazendo uma mudança do objeto (teleférico) para poder ser viável. O que se pretende ser feito é um parque oriental, mas ainda está no início essa proposta.

Além disso, a Prefeitura aguarda, para o dia 30 de junho, resposta se vai conseguir recuperar verbas que não foram usadas pela gestão anterior para o turismo. A expectativa é recuperar cerca de R\$ 2,5 milhões de 2013 e R\$ 3,7 milhões referentes ao ano de 2014.

RIO GRANDE DA SERRA

João Mineiro remaneja mesa após saída de Claurício Bento

VINICIUS BARBOSA

Especial para o **Diário**

viniciusbarbosa@dgabc.com.br

O presidente da Câmara de Rio Grande da Serra, João Mineiro (PSDB), informou que Maciel da Padaria (PMDB) assumirá o cargo de primeiro secretário do Legislativo, posto deixado na semana passada por Claurício Bento (DEM). Maciel era o segundo secretário da mesa diretora, função agora nas mãos de Silvio Meneses (PDT).

Claurício renunciou ao cargo alegando que quer se preservar para futuras eleições e também tecendo duras críticas à atuação de João Mineiro. “Temos pretensões políticas na cidade. Nós temos que mostrar diferença. Claro que a gente fica com certo tipo de receio sobre as atitudes que o presidente vem tomando e que possam cair sobre a mesa”, justificou. O democrata nutre planos de ser candidato a prefeito em 2020, na sucessão de Gabriel Maranhão (PSDB).

Mineiro preferiu não comentar sobre a saída de Claurício da mesa diretora. E, sobre os novos nomes, disse que o objetivo é um só: “Continuar trabalhando em favor da cidade e para população.”

CPI DO LIXO DE SÃO BERNARDO

Tarcisio declara que não houve repasse por usina no Alvarenga

Ex-secretário de Serviços Urbanos confirma que valores foram referentes apenas à limpeza

HUMBERTO DOMICIANO
humbertodomiciano@dgabc.com.br

Em depoimento prestado ontem à CPI do Lixo, em São Bernardo, o ex-secretário de Serviços Urbanos e candidato derrotado a prefeito em 2016 pelo PT, Tarcisio Secoli, afirmou que a Prefeitura não fez qualquer repasse ao Consórcio SBC Valorização de Resíduos Sólidos Revita e Lara relativo à construção da usina de incineração de lixo, no Grande Alvarenga.

Tarcisio explicou que a de-

mora para a liberação, por parte da Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), de licenças necessárias para instalação do equipamento reduziu os repasses mensais feitos à empresa. “No segundo ano estava previsto um reajuste no contrato, de R\$ 12,5 milhões mensais para R\$ 14,5 milhões mensais, mas os problemas com a Cetesb fizeram com que a gestão seguisse os valores destinados à usina até a resolução do problema”, ponderou.

Na visão do petista, há problemas de entendimento no formato da PPP (Parceria Público-Privada). “É um processo novo, no qual não existem serviços valorados. Temos um pacote de trabalho e a cidade tem que permanecer limpa. Isso tem um valor. Não vejo argumento técnico razoável para o rompimento do contrato”, defendeu Tarcisio Secoli.

O ex-titular do governo do ex-prefeito Luiz Marinho (PT) pontuou ainda que o reequilíbrio econômico-financeiro é constante neste tipo de acordo. O contrato entre a Prefeitura e o Consórcio SBC, firmado em 2011, no valor de R\$ 4,3 bilhões, tem prazo de 30 anos.

Para o presidente da CPI, o vereador Ary de Oliveira (PSDB), a oitiva foi proveito-

sa para os trabalhos da comissão. “A vinda do Tarcisio foi importante pois trouxe dados técnicos que outros depoentes não tiveram condições de responder. Alguns elementos serão úteis, como a informação de que a área só poderia ser desapropriada com autorização prévia, o que não ocorreu e não temos a usina até hoje”, constatou o tucano.

Na volta do recesso, os parlamentares colherão depoimento de Angelo Teixeira de Castro Carvalho, diretor-presidente da SBC Valorização. O relatório final da CPI será votado pela comissão no dia 23 de agosto e posteriormente será encaminhado ao plenário da Câmara. A expectativa é que o texto final seja apreciado no início do mês de setembro.

EMBATE

Samuel e Joilson se empurram durante sessão no Legislativo

Petista defende OP na tribuna, é criticado pelo tucano, e ambos quase se agriem

Os vereadores Samuel Alves (PSDB) e Joilson Santos (PT) tiveram uma discussão acalorada sobre o projeto que encerra o Orçamento Participativo, uma bandeira das gestões petistas. Ambos estão em primeiro mandato.

O caso ocorreu quando Joilson defendeu o OP na tribuna. Samuel, na sequência, criticou a proposta publicamente. No encerramento da fala dos dois, ambos se estranharam ainda no plenário. Houve troca de empurrão. Logo em seguida os demais vereadores acalmaram a dupla.

“O OP não existe mais e não funcionava. O Joilson mesmo fez parte desse programa, pediram canalização de córregos e

cobertura de quadras e nada aconteceu. Ele quis tirar satisfação comigo e coloquei a mão para manter a distância”, reconheceu Samuel Alves.

Por sua vez, Joilson preferiu amenizar o embate. “Não sei se ele ficou nervoso. Apesar de ter sido uma discussão do momento, precisamos dar exemplo para o povo. Espero fazer as pazes”.

A proposta do Executivo foi aprovada por 20 votos favoráveis, um contra e cinco abstenções. Para o vereador José Luís Ferrarezi (PT), os debates sobre o OP já foram superados. “Estamos discutindo modelos de governo. Nas eleições do ano passado tivemos uma disputa entre um modelo de conti-



SAMUEL. Acusou o petista



JOILSON. Botou panos quentes

Fotos: André Henriques 31/5/17

nuidade e um de mudança. A ideia de mudança venceu e se o OP tivesse dado certo, teríamos vencido a eleição.”

O novo modelo de conselho prevê a estruturação com o secretário de Finanças como presidente e quatro integrantes indicados pelo Executivo e mais quatro designados pela sociedade civil. A gestão do prefeito Orlando Morando (PSDB) prevê também que no novo mode-

lo de participação sejam feitas consultas públicas por meios digitais.

Ainda na sessão de ontem, a Câmara aprovou projeto que fixa em 0,6% a taxa administrativa que será paga pelos servidores, aposentados e pensionistas da SBCPrev (Instituto de Previdência de São Bernardo do Campo) neste ano e em 2018. A contribuição vai subir para 2% a partir de 2019. **HD**

Com receita em baixa, Sto. André estuda Refis

Governo Paulo Serra cogita plano de recuperação de dívida ativa após números ruins no 1º semestre

HUMBERTO DOMICIANO

humbertodomiciano@dgabc.com.br

Com um quadro de arrecadação em baixa, a Prefeitura de Santo André estuda antecipar o envio de projeto para a Câmara do projeto de recuperação da dívida ativa por meio de parcelamento do passivo de municípios com o poder público, conhecido como Refis. O texto pode ir ao Legislativo ainda neste mês.

Segundo o **Diário** apurou, a preocupação do Paço andreense decorre da possibilidade de as contas não fecharem até o fim do ano, agravando uma situação que já é delicada.

O quadro do primeiro semestre não foi nada animador para o setor financeiro do Paço, que também teve de arcar com restos a pagar de anos anteriores. O grosso do ingresso de receita se dá nos primeiros seis meses do ano – com cotas de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores).

Durante a campanha eleitoral, o prefeito Paulo Serra (PS-DB) afirmou que só apresentaria um único projeto do tipo ao longo de todo o mandato.



Nário Barbosa

CHANCE. Gestão Paulo Serra confirmou estudo para o projeto

Na gestão anterior, do ex-prefeito Carlos Grana (PT), foram feitos três Refis.

Procurada, a administração tucana informou que a medida está sendo analisada. “A Prefeitura de Santo André esclarece que o projeto de Refis para este ano está em fase de avaliação de implementação e estudo da possibilidade de execução do projeto”.

No mês de abril, a arrecada-

ção da Prefeitura somou R\$ 112,1 milhões e ficou abaixo das projeções da Secretaria de Gestão Financeira. Desde então, o governo iniciou uma força-tarefa de cobrança, com envio de cartas, análise de casos e de inscrições em dívida ativa. Além disso, o Paço também intensificou a abertura de protestos e ações judiciais.

De acordo com a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias),

em 2018, a retração deve ser de 8,6%, para R\$ 2,9 bilhões, na comparação com o previsto para este ano. Ainda conforme o documento, a expectativa é de que a arrecadação tenha ligeira melhora em 2019, atingindo o valor de R\$ 3,1 bilhões e mantenha a tendência no ano seguinte, chegando a R\$ 3,2 bilhões.

A dívida ativa da Prefeitura está estimada em R\$ 1,9 bilhão. O governo ainda não tem previsão de quanto pretende recuperar desse valor caso o Refis seja, de fato, implementado.

Um dos principais projetos apresentados até agora, o Fila Zero teve como objetivo a redução dos débitos de entidades de Saúde com o município. A estimativa do Executivo é recuperar pelo menos R\$ 50 milhões com a medida.

Já a reforma administrativa do governo, em operação, tem economia estimada em R\$ 5,9 milhões em 2017. A projeção é que a redução de gastos seja de R\$ 8,9 milhões em 2018 e de R\$ 9,3 milhões em 2019.

A gestão tucana espera arrecadar R\$ 1 milhão e gerar economia de R\$ 3 milhões com o leilão de 141 veículos oficiais.

(Colaborou Fábio Martins)

O GLOBO

QUINTA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 2017 AMÉRICA - Nº 30620 Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho RIO DE JANEIRO oglobo.com.br

RIO SUBMERSO Passou no teste?

O prefeito Marcelo Crivella afirmou ontem que o Rio "passou no teste" da chuva. Mas de 24 horas depois do temporal de terça à noite, porém, a cidade ainda tinha vários pontos de alagamento. O secretário de Ordem Pública, Paulo Cesar Amêndola, disse que não alertou a população sobre o temporal para não criar pânico. Especialistas condenaram a declaração e a falta de investimentos em drenagem. **PÁGINAS 9 e 11**



Sem salvação. Funcionários da prefeitura tentam limpar bueiros na Avenida Borges de Medeiros, na Lagoa, altura do Parque dos Patins, ainda alagada quase 24 horas depois do temporal de terça-feira.

Reforma trabalhista Planalto retalia senador do PMDB

O Planalto demitiu aliados do senador Hélio José, que votou contra a reforma trabalhista. O senador, que dissera que indicaria "até uma melancia" para cargo público, agora afirma que o governo virou "balcão de negócios". **PÁGINA 10**

Benefícios irregulares consumiriam R\$ 9 bi

A suspensão de benefícios sociais e previdenciários indevidos levou o governo a economizar R\$ 9,12 bilhões em apenas 12 meses. **PÁGINA 20**

RIO DE SAUDES

A crise bate à porta

Por causa da crise, o Teatro Leblon fecha as portas no início do mês que vem. O Restaurante Nova Capela, na Lapa, também ameaça encerrar as atividades. **PÁGINA 12**

Cláusula de barreira

Acordo contra farras de partidos

PÁGINA 6

Médico Abdelmassih

Estuprador ganha prisão domiciliar

PÁGINA 7

A REPÚBLICA INVESTIGADA

STF indica que manterá regra sobre delação

Só dois ministros votaram, mas tendência é não rever acordo com JBS. Edson Fachin deve continuar como relator do caso, se os argumentos apresentados na sessão de ontem por ele e quatro colegas prevalecerem na retomada do julgamento, hoje, pelo Supremo.



Nova visual. De boné e cabelo cortado, Joesley chega para depor à PF, em Brasília: revolições sobre Temer

Na primeira sessão para analisar a validade da delação premiada da JBS, que provocou abertura de inquéritos contra o presidente Temer e o senador tucano Aécio Neves, ficou clara a tendência do STF de manter os termos do acordo de colaboração com os donos do grupo. Se confirmada hoje, o plenário ficará impedido de rever agora os benefícios garantidos à JBS. Só dois (Edson Fachin e Alexandre de Moraes) dos 11 ministros votaram ontem, ambos a favor da manutenção das delações como são aprovadas hoje. Nas discussões em plenário, outros três ministros sinalizaram que poderão votar da mesma forma. Um outro já se manifestara anteriormente contra a revisão do acordo do MP com a JBS, o que daria maioria a esta corrente. O caso deve permanecer com Fachin. **PÁGINAS 3 e 4**

AGU agora pede para bloquear bens da JBS

Subordinada à Presidência da República, a Advocacia Geral da União pediu o bloqueio de bens da empresa do delator Joesley Batista no Tribunal de

Joesley: Temer indicou amigo para atuar na J&F **PÁGINA 9**

Empresa muda estratégia para manter mercado **PÁGINA 11**

O FUTURO DOS JORNAIS

Editores de alguns dos principais jornais do mundo debatem o futuro do impresso. **PÁGINA 21**

SEGUNDO CADERNO

Antonio Cicero, que disputa vaga na ABL, lança livro de ensaios.

ESPORTES CR7 DERRUBA A RÚSSIA



Cristiano Ronaldo fez o gol da vitória (1 a 0) de Portugal em Moscou; segurança funcionou bem em jogo com 45 mil pessoas. **PÁGINA 26**

BOAVIAGEM



Navegando. O veleiro Royal Clipper. **Dois continentes CRUZEIRO POR GIBRALTAR UNE EUROPA E ÁFRICA**

Entrevistado no Bolshoi



— E o senhor se importaria se eu desse umas piruetas ali enquanto ainda posso? **CRICO**

Estágio de desatenção

Criado para atuar em emergências, Centro de Operações Rio não foi capaz de evitar o caos

LUÍZ ERNESTO MAGALHÃES E SIMONE CANDIDA
granderio@oglobo.com.br

Inaugurado em dezembro de 2010 para dar pronta resposta a situações de emergência e de risco para cariocas, como o temporal que deixou o Rio debaixo d'água na noite de terça-feira, o Centro de Operações Rio (COR) falhou. Criado para funcionar da mesma forma que sistemas adotados em grandes metrópoles como Nova York, o centro perdeu, na atual gestão, suas características originais e passou a focar mais a segurança. Anteriormente, quando já se sabia sobre a brusca mudança no tempo com a chegada da frente fria, os boletins divulgados foram burocráticos, limitando-se a informar sobre a possibilidade de chuvas moderadas a fortes que não davam a real dimensão da gravidade da previsão meteorológica. A gestão de agentes municipais, que devem ser acionados rapidamente para realizar desvios de trânsito e orientar a população, também não impediu a ocorrência de grandes congestionamentos e de cenas de carros afundando em piscinas gigantes que se formaram principalmente na Lagoa, na Gávea e na região da Grande Tijuca. Até mesmo os alertas por mensagens de celular foram disparados com atraso, às 19h, quando as ruas já estavam alagadas.

— Nós mudamos o foco do COR. O principal problema da cidade hoje é a segurança pública. Direcionamos o trabalho para isso. O que não quer dizer que o centro de operações não seja estratégico para enfrentar situações de crise na cidade provocada por problemas como as chuvas. Quando se tornar necessário, nós redirecionamos — afirmou o secretário de Ordem Pública, Paulo Cesar Amendola, pasta à qual o COR está subordinado, que negou ter havido ineficiência na operação. — Não acho que tenha havido falhas. Temos dezenas de emissoras de rádio e TV com plantonistas no centro para divulgar as informações à população. Nós teríamos falhado se alguém tivesse morrido ou saído ferido por causa das enchentes.

PROTOCOLO PREVÊ PRESENÇA DE AUTORIDADES

De acordo com funcionários que não quiseram se identificar, coordenadores de áreas essenciais da prefeitura não estavam no COR no momento em que a situação se agravou. Também não retornaram para o centro, como determina o protocolo. Bem equipado, o centro conta com um radar meteorológico que já havia detectado que as chuvas ficariam concentradas na Zona Sul e na Tijuca. O centro foi usado para o monitoramento da cidade em grandes eventos recentes, a Jornada Mundial da Juventude (2013), a Copa do Mundo (2014) e a Olimpíada (2016). Mas, por uma determinação do prefeito Marcelo Crivella, as centenas



O dia seguinte. Sob um guarda-chuva, Crivella vê os estragos causados por um deslizamento no Cosme Velho

nas de câmeras controladas pelos técnicos do COR estão, atualmente, voltadas para a prevenção de delitos.

Especialista em análise de risco, Moacyr Duarte, que participou do projeto de implantação do COR, disse que problemas mais corriqueiros podem ser resolvidos pelas equipes de plantão do centro, mas que, em casos que afetam de forma drástica a rotina, como acidentes com fechamentos de vias, ou grandes alagamentos, secretários e coordenadores da Defesa Civil deveriam ir para o local, acompanhar de perto os trabalhos.

— Nestes casos excepcionais, o protocolo previa a presença do prefeito e de alguém designado por ele. Porque, se for necessário tomar decisões que prevejam gastos, como a convocação de todos os garfs com pagamento de horas extras ou o aluguel de alguma equipamento especial, alguém tem que autorizar isso — observou Moacyr Duarte.

Outro que também fez parte da equipe de criação do COR, o deputado estadual Carlos Roberto Osório (PSDB), que foi secretário de Conservação, afirmou que o protocolo prevê que os dados meteorológicos sejam atualizados, no máximo, a cada 30 minutos. Além disso, jornalistas de plantão no local e a população devem ser alertados sobre a gravidade das chuvas.

Longe do COR, o prefeito Marcelo Crivella acompanhava as equipes do Palácio da Cidade. Ele se comunicava com os técnicos por telefone

ou aplicativo de mensagens. O secretário municipal de Conservação e Meio Ambiente, Rubens Teixeira, estava no prédio em que funciona a pasta, a cerca de um quilômetro do centro. Por volta das 19h30m, ele recebeu o vereador Dr. Gilberto (PMN).

— Minha presença não era necessária no COR. Na Secretaria de Conservação, eu tinha condições de acompanhar melhor os trabalhos das equipes da prefeitura. Sem contar que podemos localizar todos pelo celular ou pelo WhatsApp.

Ex-presidente da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-Rio), Claudia Sessim lembra que a ideia do COR surgiu em 2010, justamente depois de um grande temporal que deixou mais de 300 mortos em todo o estado.

— Quando sabíamos que ia chover forte, os secretários e coordenadores se reuniam no COR para tomar decisões em conjunto. Às vezes, deslocávamos equipes para áreas onde havia maior risco de temporais para desobstruir bueiros que entupissem ou se houvesse necessidade de desviar o trânsito. Em um temporal como este que caiu, os alagamentos poderiam acontecer. A prova de que as equipes não se mobilizaram a tempo de interditar ruas foi a imagem de carros boiando na Rua Jardim Botânico — disse Cláudia Sessim.

De acordo com o site do Centro de Operações Rio, o espaço funciona 24 horas, sete dias por semana, com representantes de 30 órgãos municipais e cerca de 500 funcionários. ●

Nenhum boletim tinha alerta para alagamentos

Informação divulgada às 18h era de previsão de chuva moderada a forte

A forte chuva que castigou a cidade anteriormente não mudou a rotina do Centro de Operações Rio de emitir três boletins meteorológicos por dia. Nos boletins divulgados para a imprensa e publicados nas redes sociais, a informação era que a cidade se encontrava em estágio de atenção, o que corresponde ao segundo nível de uma escala de três. O primeiro, às 6h, e o segundo, às 11h, eram idênticos: alertavam para a aproximação de uma frente fria e ventos. O último, liberado às 18h, quando a chuva já provocava transformos, tinha o título: "Frente fria chega trazendo chuva ao Rio". O texto informava sobre uma previsão de chuva moderada a forte. Em nenhum momento o centro mudou a escala para o estágio de crise, o de maior gravidade, nem mesmo informou a população sobre os riscos de inundações.

A cidade deve entrar em estágio de crise sempre que houver "previsão de chuva forte, que pode causar múltiplos alagamentos e deslizamentos, e transformos generalizados", de acordo com o protocolo de Defesa Civil. Nesta situação, as equipes de emergência da prefeitura já devem estar atuando.

O COR também recebe informações do Alerta Rio, órgão da prefeitura do Rio que tem a missão de "emitir boletins de alerta à população sempre que houver previsão de chuvas intensas que possam gerar inundações de vias públicas e/ou acidentes em encostas", o que foi ignorado anteriormente.

Em nota, o COR negou falhas. O órgão lembrou que a Defesa Civil acionou seu sistema de sirenes para alertar moradores sobre o risco de deslizamentos em nove comunidades. A equipe do COR monitora mais de 800 câmeras pela cidade. A implantação do centro custou, em 2010, cerca de R\$ 10 milhões. ●

IPTU poderá ser revisto a cada 4 anos

Vereadores vão propor emenda para atualizar base de cálculo de imposto

LUÍZ ERNESTO MAGALHÃES
luz.magalhaes@oglobo.com.br

Nem bem chegou à Câmara Municipal, a proposta do prefeito Marcelo Crivella de mudar as regras do IPTU a partir de 2018 já provoca discussões entre os vereadores. Uma das emendas que deve ser apresentada é a que propõe que a planilha que serve de base para o cálculo do imposto, que não é atualizada há duas décadas e está sendo agora revista, passe a ser mudada pelo Legislativo a cada quatro anos.

Também caberá aos vereadores decidir quantos contribuintes ficarão livres do pagamento do imposto. Atualmente, existem mais de um milhão de isentos na cidade. O texto encaminhado por Crivella, no entanto, não menciona as isenções. Ele estabelece apenas descontos para os contribuintes que, após as mudanças das regras, tenham que pagar até R\$ 1,6 mil.

— Vamos incluir emendas para incluir condomínios de baixa renda entre os isentos. Negociamos isso com o governo — disse a presidente da Comissão de Finanças, Rosa Fernandes (PMDB).

Ontem, a secretária municipal de Fazenda, Maria Eduarda Gouvêa Berto, disse que a prefeitura está aberta para negociações de emendas com os vereadores. Ela confirmou a

informação, antecipada pelo GLOBO, de que será possível parcelar o reajuste do IPTU em duas vezes. Metade do aumento seria cobrado em 2018. A segunda parcela teria que ser paga em 2019.

O projeto que altera a cobrança do IPTU agora vai passar pelas comissões da Câmara. E a partir daí tem início uma queda de braço entre a bancada governista e os vereadores da oposição. Em almoço com cerca de 30 dos 51 vereadores na última segunda-feira, o prefeito Marcelo Crivella pediu celeridade para que o projeto seja votado antes do início do recesso de meio de ano, previsto para começar no dia 6 de julho. A previsão inicial era que o recesso iniciasse no fim deste mês, mas manobras regimentais adiaram em uma semana o início das férias, numa tentativa de tentar aprovar o IPTU a toque de caixa.

No entanto, ontem, no Palácio Pedro Ernesto, a previsão era de que a discussão se arrastará para os meses de agosto e setembro. O projeto terá que passar primeiro pela Comissão de Justiça e Redação, onde os titulares Dr. Jairinho (PDMB) e Thiago K. Ribeiro (PMDB) argumentaram ontem que vão precisar de todo prazo regimental de 14 dias para avaliar o projeto. O prazo para o parecer começa a contar a partir de hoje. E termina apenas no dia 5 de julho, a um dia do término dos trabalhos.

— Uma mudança dessas após 20 anos mexe muito com o contribuinte.

Precisamos de o máximo de tempo possível para analisá-lo — disse Jairinho.

Antes de ir ao plenário, o projeto também precisa ir para a análise da Comissão de Orçamento, presidida por Rosa Fernandes. A vereadora também pretende usar todo o prazo regimental, o que empurraria qualquer decisão para meados de agosto.

Outro problema é que a bancada de apoio ao prefeito conta oficialmente com 17 vereadores (são necessários 26 votos para o projeto ser aprovado).

O líder do governo na Câmara, Paulo Messina (Pros), acredita que tem condições de aprovar o texto. Um dos argumentos que os vereadores governistas têm dado para tentar convencer os colegas é que, sem reforçar o caixa, a prefeitura não retomaria tão cedo obras que estão paralisadas. E que

esse cenário poderia desagradar as bases políticas dos vereadores num ano pré-eleitoral — muitos deles devem se candidatar a uma vaga de deputado ou apoiar aliados em 2018.

No projeto que está sendo avaliado, no caso de imóveis residenciais, a prefeitura criou uma subdivisão, atribuindo valores distintos nas plantas de valores para casas e apartamentos. Algumas isenções também estão sendo revistas. A Associação de Empregados do Comércio, localizada num prédio histórico do Centro, por exemplo, terá sua isenção cancelada. ●

Também caberá aos vereadores decidir quantos contribuintes ficarão livres do pagamento do imposto

Hospital de Bonsucesso: chefe da emergência é exonerado

Na véspera de afastamento, ele denunciou superiores por falta de médicos

Um dia após denunciar seus superiores ao Conselho Regional de Medicina do Rio (Cremerj) por crimes contra a vida, o chefe do setor de emergência do Hospital Federal de Bonsucesso (HFB), Júlio Noronha, foi exonerado do cargo ontem. O Ministério da Saúde não divulgou os motivos do afastamento, que foi criticado por médicos da unidade. Os profissionais divulgaram uma carta em apoio a Noronha.

O chefe da emergência responsabilizou, em documento entregue ao Cremerj, a diretora-geral da unidade, Lucia Bensiman da Silva, e o diretor do Departamento de Gestão Hospitalar do Ministério da Saúde no Rio, Marcus Vinícius Fernandes Dias, pela falta de médicos em quantidade suficiente para garantir atendimento aos 60 pacientes internados na emergência. Segundo ele, nos fins de semana, era comum só haver três plantonistas no setor e, às vezes, nenhum. O Cremerj instaurou sindicância para apurar o caso.

No último dia 4, uma paciente morreu durante a madrugada, sem socorro, pois não ha-

via, segundo denúncia de funcionários do hospital, médicos de plantão na emergência ou nas enfermarias.

Na carta aberta à população — por receio, nenhum dos profissionais assinou seu próprio nome no documento — os médicos afirmaram que “quando uma denúncia que reflete apenas a realidade é feita, o médico é demitido. Pedimos ajuda, na verdade socorro. Por favor”.

ESCALA DE PLANTÃO FOI REFEITA

Não é a primeira vez que Júlio Noronha é exonerado por fazer denúncias. Em 2012, foi afastado do mesmo cargo após reclamar, ao longo de todo o ano de 2011, da falta de infraestrutura do hospital.

— Passei por isso durante a vida inteira, nunca me submeti ao que eu achava que não era certo. Não estou me vangloriando, mas acho que a gente tem que ter paz de espírito para viver bem — declara. — Meu sentimento é de dever cumprido.

Após a denúncia, a diretora do hospital determinou a reorganização da escala de plantão. Agora, cada dia tem pelo menos quatro médicos. O Departamento de Gestão Hospitalar do Ministério da Saúde informou que solicitou a exibição da escala dos 94 médicos lotados na emergência e afirmou que o hospital dispõe de 892 médicos. ●

Poder em jogo



LYDIA MEDEIROS

Agonia prolongada

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, deverá “fatiar” a denúncia que apresentará ao STF contra o presidente Michel Temer. Se ele confirmar esse caminho, como tem sinalizado nos últimos dias, serão quatro ações, com acusações pelos crimes de organização criminosa, corrupção passiva, obstrução de Justiça e prevaricação. Desta forma, a Câmara seria obrigada a realizar quatro votações para decidir se autoriza ou não o Supremo Tribunal Federal a processar o presidente, provocando um intenso desgaste político para Temer. Janot tem impressionado pela contundência das acusações. Há gente convencida de que o procurador-geral ainda esconde trunfos na guerra aberta com o presidente da República.

Oferta irrecusável

A intenção de Rodrigo Janot de separar os acusados pelo crime de caixa dois eleitoral dos demais ganhou uma interpretação no Congresso. Para parlamentares, a oferta, que deve beneficiar cerca de 50 políticos, embutiria também o objetivo de ajudar deputados a votar contra Temer na autorização para denunciar o presidente ao STF. Livres da Lava-Jato, ganhariam a chance de declarar independência do Planalto — e um discurso de campanha para 2018.

Questão de ordem

Ministros do Supremo detectaram, nas entrelinhas dos debates de ontem, que alguns colegas querem deixar “reservas morais” para mudar as regras sobre homologação de delações quando houver “vícios de legalidade”. Ou seja, quando assim quiserem e acharem que devem.

Dupla dinâmica

Advogados que acompanham o STF chamaram a atenção para as semelhanças na argumentação do procurador Janot e do ministro Fachin. Sem esconder algum espanto, ministros da Corte consideraram que há uma rara e inédita sintonia.

Fora do barco

O governo ainda tinha expectativa de ganhar o voto do senador Eduardo Braga (PMDB) em favor da reforma trabalhista, apesar das ligações dele com Renan Calheiros (PMDB) e das críticas que já fez ao texto. Acabou a esperança. Candidato ao governo do Amazonas, ele já avisou que não vai se desgastar com o apoio a um governo impopular.

Pressão máxima

Há cerca de 40 dias, os caciques dos maiores partidos foram a Rodrigo Maia pedir a votação de emenda constitucional, já aprovada no Senado, que prevê o fim das coligações em eleições proporcionais e a adoção da cláusula de barreira. Maia, que fez alianças com as pequenas legendas para eleger-se presidente da Câmara, prometeu, mas não se mexeu. Agora, os grandes partidos voltaram à carga.

Identidade ‘revelada’

Senadores que viram a agilidade de Romero Jucá ao calcular fontes de financiamento para o fundo que deve bancar as próximas eleições não têm mais dúvidas: “Descobri que ele é mesmo o verdadeiro ministro do Planejamento”, disse um deles.

POSTAL DO CERRADO



ALTON DE FREITAS

Romero Jucá, líder do governo no Senado, aqui com Lindbergh Farias, solta o riso, e parece não dar muita atenção às ameaças da oposição, que promete impor nova derrota ao governo na reforma trabalhista. Semana que vem, o texto volta à pauta.

Com Amanda Almeida
poderemjogo@oglobo.com.br

merval@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA



Delações a salvo

Embora o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) termine apenas hoje, a tendência do plenário ficou claramente demarcada com os dois votos já dados — do relator Luiz Edson Fachin e do ministro Alexandre de Moraes — e os comentários do decano Celso de Mello, que defendeu vigorosamente o papel da Procuradoria-Geral da República, criticado pelo ministro Gilmar Mendes.

Tudo caminha para que a maioria dos ministros mantenha Fachin na relatoria do processo de delação premiada dos irmãos Batista, da JBS, que resultou em um processo contra o presidente Michel Temer, e também fique assentado que somente ao final do processo, quando chegar o momento da sentença, o STF, ou outro tribunal superior, poderá avaliar se o acordo de delação premiada teve sua eficácia comprovada.

Benefícios previstos no acordo poderão ser cancelados se ficar comprovado, por exemplo, que houve quebra de cláusula do acordo, como eventual mentira ou a ineficácia das informações prestadas.

O ministro Gilmar Mendes teve aparições esporádicas no plenário, surgindo apenas para pedir um aparte e dar seu recado, pois parecia já saber que não teria apoio no seu objetivo de analisar neste julgamento o acordo com a JBS, que considera excessivamente generoso para com os delatores.

Ele, no entanto, abriu uma discussão que pode vir a ter consequência mais adiante, para incluir entre as causas de anulação de acordos propostas feitas pela PGR que considera ilegais. O ministro sugeriu em seu comentário que o Ministério Público tem extrapolado de suas funções em acordos de delação premiada, e citou a situação do empreiteiro Ricardo Pessoa, da UTC, cujo acordo prevê que ele cumprirá pena em regime domiciliar diferenciado, o que não é previsto pela lei, pois ninguém começa a cumprir pena em regime domiciliar.

Mas na véspera a 1ª Turma do STF mandou para a prisão domiciliar com tornozeleira Andrea Neves, irmã

do senador Aécio Neves. Embora a substituição da prisão preventiva pela domiciliar seja possível em determinados casos especificados pelo Código de Processo Penal, nada impede que um juiz conceda a prisão domiciliar por razões próprias do processo em causa.

O mesmo Ricardo Pessoa tem em seu acordo uma cláusula que muitos advogados consideram ilegal, mas é uma garantia para o Ministério Público: o tempo de cumprimento da pena só será determinado após avaliação da eficácia das informações prestadas.

A pena será decidida em comum acordo entre o delator e o Ministério Público, cabendo ao juiz uma definição se houver desentendimento entre as partes. O ministro Gilmar Mendes colocou em questão também o perdão judicial concedido aos delatores da JBS, lembrando que se não for apresentada a denúncia pelo Ministério Público, não haverá processo e o Supremo não terá como avaliar se as informações prestadas mereceram as benesses concedidas.

Pela legislação, o juiz pode conceder o perdão se o delator “não for o líder da organização criminosa e se for o primeiro a prestar efetiva colaboração”. Usando de fina ironia, o ministro Celso de Mello rebateu a tese, defendida por um advogado das partes, de que Joesley Batista era o chefe de uma quadrilha: “A despeito do protagonismo dos irmãos Batista, seguramente se considerou que, no contexto de delinquência, os irmãos Batista não seriam os líderes de organização criminosa.”

Para o ministro, o procurador-geral da República não pode ser surpreendido por um “ato desleal” do Judiciário, referindo-se à possibilidade de revogação do que foi homologado, no caso pelo ministro Fachin. Celso de Mello ressaltou que é “dever indeclinável” do Estado “honrar o compromisso assumido no acordo de colaboração”, desde que o colaborador cumpra a sua parte.

“Não há sentido que, homologado o acordo e cumpridas as obrigações assumidas, venha o colaborador a ser surpreendido por um gesto desleal do Estado representado pelo Poder Judiciário.”

Celso de Mello rebateu tese de Gilmar Mendes, afirmando que o STF não pode recusar homologação de acordo de delação premiada aprovado pela PGR, sob o risco de arquivar a investigação. “O STF não tem poder para constranger o PGR e a lei exclui o magistrado de qualquer intervenção nessa fase. Não podemos desconfiar do Ministério Público”, afirmou o decano, definindo a linha que deve ser majoritária no plenário do Supremo hoje. ●

▼ Os pontos-chave

1

Tudo caminha para a permanência de Fachin na relatoria do processo de delação premiada dos irmãos Batista

2

Para Gilmar, o Ministério Público tem extrapolado de suas funções em acordos de delação premiada

3

O juiz pode conceder perdão se o delator não for o líder da organização criminosa

miriamleitaoglobo.com.br

MÍRIAM LEITÃO



COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

Ameaças na floresta

Jamanxim já sofreu os efeitos da política tortuosa do governo Temer em relação ao meio ambiente e à Amazônia. Ao vetar a MP que ele mesmo propôs, reduzindo a área de proteção da floresta, não foram anulados os efeitos que a medida provocou. Nesses meses da tramitação, aumentou a pressão da grilagem na área que mostra o que o país não tem sido capaz de fazer em favor da proteção.

Jamanxim é símbolo, por toda a sua história. Quando a Floresta Nacional foi criada, era para ser a prova de que se consegue fazer uma rodovia sem que imediatamente se instale a lógica da ocupação ilegal e do desmatamento desenfiado pelas suas bordas. Por isso, no governo Lula, os ministros Marina Silva, do Meio Ambiente, e Ciro Gomes, da Integração Nacional, formularam o projeto da BR-163 Sustentável. Da negociação, participaram outros ministérios, como o de Minas e Energia (MME). Foi criada assim, depois dessa negociação interministerial, a Flona de Jamanxim.

Desde o início houve gritaria de que a demarcação havia incluído áreas já ocupadas, e aumentou a pressão dos grileiros. A área foi sendo desmatada como forma de criar o fato consumado que levasse à mudança dos limites da Floresta. O governo Dilma preparou a proposta de desafetação, ou seja, de revisão do tamanho da reserva. O lobby sobre o governo Dilma cresceu quando ela fez outras desafetações para facilitar os projetos de hidrelétricas. No governo Temer a pressão continuou. O ministro Eliseu Padilha, grande defensor da MP, me disse, na época da proposta enviada ao Congresso, que era apenas uma mudança de nomes, deixava de ser Floresta para ser Área de Proteção Ambiental, como se fosse a mesma coisa. Não é. A APA convive com pecuária, por exemplo, a maior fonte de desmatamento da Amazônia. Na época, Beto Veríssimo, do Imazon, me disse que o governo estava “brin-

cando com o tema em hora decisiva”.

De fato. Enquanto tramitava, o desmatamento cresceu por causa da lógica da destruição. Quando o governo dá sinal de que vai recuar, os grileiros empurram mais para frente. A ocupação de terra pública cresceu. Mesmo vetando, o assunto continuará em pauta — e a destruição vai continuar — porque pode tramitar um projeto de lei sobre o mesmo assunto. Nessa área há também enorme interesse da mineração, como foi registrado até em documento do Ministério das Minas e Energia. O MME defendeu que a mudança poderia afetar os investimentos da Brazauro Recursos Minerais, subsidiária da empresa canadense Eldorado Gold, de exploração de ouro.

As MPs que afetavam Jamanxim tiveram oposição do MME sob alegação de que “não houve discussão com a sociedade”, como em outras definições de Unidades de Conservação, e por isso os seus termos poderiam ferir interesses da mineração em áreas já negociadas para a atividade. “Saliente-se que são inúmeros os processos de requerimento de lavra garimpeira e de permissão de lavra garimpeira que, se impedidos de prosseguirem, poderão aumentar o grau de informalidade da atividade, os conflitos sociais e o extravio da produção nacional de ouro, gerando perda de divisas da sociedade”, diz um documento do Ministério das Minas e Energia de março de 2017.

No documento, o MME diz que antes de criar Jamanxim foram discutidos amplamente todos os impactos econômicos e foi autorizada a manutenção da mineração anterior à definição dos limites da área de conservação. “Este é o caso da Flona Jamanxim que no seu Decreto de criação permitiu a atividade minerária na área em que seus limites se superpunham à Reserva Garimpeira do Tapajós, criada em 1983.”

Enfim, a maneira açodada com que o governo Temer atendeu ao lobby dos grileiros acabou criando um conflito interno porque isso traria dificuldade extra para a mineração permitida em região próxima à Flona. É que para fazer de conta que não estava diminuindo Floresta Nacional, o governo ampliou outra área, o Parque Nacional do Rio Novo.

Mexeu em tema delicado, de maneira atabalhoada, e expôs a floresta a riscos. Jamanxim já perdeu áreas por causa dessa MP agora vetada. E o veto foi também para evitar vexame na Noruega, que Temer vai visitar, e que é o maior doador do Fundo Amazônia. O ideal seria que essa MP jamais tivesse existido. Até porque os danos ainda não cessaram. ●

Os pontos-chave

1 Governo Temer mexeu em tema delicado e expôs a Floresta de Jamanxim a grandes riscos

2 Mesmo com o veto à própria MP que propôs, já houve aumento do desmatamento na região

3 Grileiros se aproveitam de sinais de recuo do governo para aumentar a ocupação de terra pública

CORREIO BRAZILIENSE

EXEMPLAR DE ASSINANTE • VENDA PROIBIDA

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUARTA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 2017

NÚMERO 18.793 • 80 PÁGINAS • R\$ 2,30



Vai um azeite aí para refrescar a memória?

O milenar óleo de oliva se mostrou eficaz no combate à formação de placas de proteínas no cérebro e pode ser um aliado na luta contra o Alzheimer. Além disso, o consumo do produto extravirgem melhorou as habilidades cognitivas de ratos usados em testes.

PÁGINA 16

Prazo de um ano para o Hospital de Base mudar

O novo instituto que vai administrar a unidade de saúde começa a funcionar no começo de 2018. Mas o GDF prevê que os efeitos da nova gestão, que terá mais liberdade para comprar e contratar profissionais, serão sentidos pela população daqui a 12 meses.

PÁGINA 21

Impasse em terras da União

Por decisão do STF, a MP da regulamentação fundária, aprovada pelo Senado, terá que voltar à Câmara. A mudança pode atrasar a legalização de alguns condomínios no DF, mas não tem influência sobre os processos em andamento na Terracap.

PÁGINA 23

Menos de R\$ 3 pela gasolina

Fotos de Taguatinga venderam o litro do combustível a R\$ 2,99, ontem, em mais um dia de queda nos preços. Nas outras cidades do DF, o valor variava de R\$ 3,09 a R\$ 3,15 para quem paga em dinheiro ou cartão de débito.

PÁGINA 11

Carro novo ou usado é no Feirão Web do Correio

PÁGINA 22 E SITE DO CORREIO

Filme estrelado mostra os espões das redes sociais

DIVERSÃO/ANTE, CAPA

STF sinaliza que, no fim, pode rever acordo de Joesley

O Supremo se inclinava, ontem, pela manutenção do ministro Edson Fachin como relator do caso JBS e pela validade da delação premiada de Joesley Batista. O placar estava 2 a 0 a favor de Fachin, e outros três ministros haviam indicado que votariam com ele, quando o julgamento foi suspenso. Os trabalhos serão

retomados hoje. Ao defender sua permanência à frente do processo, Fachin argumentou que o acordo de colaboração feito pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, com Joesley só poderia ser reavaliado pelo plenário do STF ao término das investigações. "É no julgamento do mérito, por lei, que o Judiciário

poderá analisar a extensão da delação e, por consequência, o benefício respectivo", disse. O decano Celso de Mello endossou a posição do colega. Mas Gilmar Mendes discordou, apontou excessos no benefício concedido ao delator e defendeu a possibilidade de a Justiça examinar a legalidade da delação.

28 March/STF/A. Press



A estranha escolha do dono da JBS

Dois policiais civis de São Paulo tiveram que dar explicações à Polícia Federal sobre o trabalho clandestino de segurança que fizeram ontem para o delator Joesley Batista. Eles permaneceram por mais de oito horas na Superintendência da PF em Brasília, enquanto o empresário (foto) prestava depoimento em operações que apuram casos de fraudes e de corrupção. A lei proíbe que policiais façam esse tipo de serviço, mesmo em dias de folga.

Junqueira vê excessos, mas defende acerto feito

Ex-procurador-geral da República diz que acordo deveria ter sido levado ao plenário do STF. Mas entende que homologação deve ser mantida para não criar insegurança jurídica. "Não há mais o que fazer", diz.

Veja a entrevista ao CB.Poder TV Brasília no site do Correio

Rita Sabatini/STF/A. Press



Empresa derrete com escândalos

Desde o início do ano, a JBS, uma das maiores do mundo no setor de carnes, perdeu 47% do valor de mercado, num prejuízo de R\$ 15 bilhões.

PÁGINAS 2 A E E 8

GOLPE

Sedução virtual causa prejuízo e dor em Brasília

Três nigerianos foram presos acusados de enganar mulheres no Facebook. Eles se passavam por militares interessados em namoro e pediam dinheiro. Há suspeita de que 100 pessoas foram enganadas.

PÁGINA 24

Walter Lima/Correio/STF/A. Press



O Taiti é logo ali!

Quatro remadoras brasileiras (foto) vão representar o Brasil no primeiro mundial de Vela de longa distância, na Oceania. Apoiadas pela canoa havaiana, elas se juntarão a uma canoista e uma capixaba para medir forças com competidoras de vários países. PÁGINA 17

Acabou a feira para o senador da melancia

Hélio José (PMDB-DF), que se gabava por indicar ao governo federal "a melancia que eu quiser", perdeu dois cargos na Esplanada. Ele diz que foi retaliado por Temer por votar contra a reforma trabalhista.

PÁGINA 5



CONJUNTURA / Presidente da Unafisco questiona atuação da Receita em fiscalização de privilegiados pelo sigilo, como parlamentares, juízes, ministros e diretores de estatais, e é submetido a processo de apuração ética, acusado de deslealdade e de causar dano à imagem da instituição

Falta liberdade para investigar autoridades

de VERA BATISTA

Denúncia do presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), Kleber Cabral, pôs em xeque a liberdade de profissionais do Fisco para investigar políticos e autoridades supostamente envolvidas em crimes tributários. Após questionar o controle e a restrição nas apurações, Cabral foi interpelado judicialmente pelo secretário do órgão, Jorge Rachid, e submetido a processo de apuração ética, acusado de deslealdade e de causar dano à imagem da instituição.

Segundo Cabral, o objetivo da revelação sobre os caminhos equivocados dos gestores da Receita foi abrir um debate e indicar formas de enfrentar o problema. Mesmo com as acusações de Rachid e da Comissão de Ética, consideradas por ele infundadas, o presidente da Unafisco afirma que não desistirá. "Não vamos recuar. Continuaremos com altivez e severidade, fazendo o enfrentamento. A discussão que veio à tona pode ser interpretada como uma recomendação para aprofundarmos os estudos. Não há razão para a Receita fazer monitoramento indiscriminado do auditor, e não de quem comete irregularidades".

"Há anos, celebridades são tratadas com neutralidade e leniência", disse. Segundo Cabral, na lista dos privilegiados pelo sigilo estão deputados, senadores, ministros, secretários, presidentes e diretores de estatais, juízes e procuradores, cuja posição estratégica no Estado os torna, em tese, potencialmente mais propícios a crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. "Mesmo assim, por longos anos, os radares da Receita não detectaram enormes transferências de recursos, ocultações de patrimônio, utilização de empresas de fachada, que só vieram à tona com a Operação Lava-Jato", afirmou.

Incômodo

De acordo com o presidente da Unafisco, duas acusações incomodaram Rachid: o acobertamento dos CPFs e CNPJs dos contribuintes que aderiram à Lei de Repatriação — o que abre brechas para a lavagem de dinheiro, uma vez que não há exigência de se provar a origem dos recursos no exterior — e a lista das Pessoas Politicamente Expostas (PPE). Até mesmo auditores que participam da força tarefa da Lava-Jato têm dificuldade de conhecer os nomes envolvidos. Se a PPE é acessada, imediatamente o delegado ou superintendente da área ou o próprio

secretário da Receita é alertado.

Por meio de nota, a Receita informou que o órgão, "por força do sigilo fiscal, trabalha em silêncio, diferentemente do MPF e da PF, que não têm essas amarras". As atuações na Operação Lava-Jato já totalizam mais de R\$ 12 bilhões, destacou a nota. Desse total, R\$ 7 bilhões em créditos tributários. Mas, antes, a fiscalização já atuava nos casos que causaram prejuízo à Petrobras, "com atuações de R\$ 4,72 bilhões no caso Schain, relativo à produção de plataformas".

Informou também que, na Lava Jato, "já analisou 7.516 CNPJs e 6.072 CPFs, e 3,5 milhões de páginas de documentos judiciais e extrajudiciais". Investigou 58,7 mil pessoas até o momento, foram instaurados 1.686 procedimentos fiscais, dos quais 1.008 estão em andamento e 678 foram encerrados.

Segundo o Fisco, já foram encaminhadas 67 representações fiscais para fins penais ao Ministério Público Federal e outras 140 estão sendo preparadas para envio em 2018. "Por fim, aproximadamente 800 procedimentos de fiscalização deverão ser encerrados em 2017, com expectativa de atuações de mais de R\$ 4 bilhões", declarou o órgão, sem especificar os motivos que levam o secretário Jorge Rachid a atuar contra o auditor Kleber Cabral.

Marcelo Tomasi/CEJ/DA Press - 20/9/2016



Jorge Rachid, secretário da Receita, interpellou judicialmente o representante da Unafisco pela denúncia ao órgão

Apoio de entidades de classe

Entidades representativas de servidores demonstraram perplexidade e indignação com o cerceamento à livre manifestação do presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), Kleber Cabral, garantida pela Constituição. O Sindicato Nacional dos Auditores da Receita (Sindifisco Nacional) declarou, em nota, que nenhum dirigente deve se sentir constrangido ou intimidado em decorrência da expressão de seus pensamentos.

"De fato, soa estranho a manutenção de lista de pessoas protegidas, num momento em que, sabe-se, as investigações dos auditores têm subsidiado importantes operações policiais contra a corrupção, como a Lava-Jato, a Zelotes e a Calicute. Para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, é fundamental que os auditores estejam protegidos de qualquer tipo de censura ou retaliação quando em cumprimento da sua atividade fiscali-

zatória", destacou o Sindifisco.

O presidente do Sindifisco-DE, Waltoedson Dourado, igualmente apoiou as denúncias de Cabral. "Ele apenas ressaltou a capacidade limitada de cumprirmos nossa atribuição. E que esses limites vão contra o interesse da sociedade. As declarações em nada ferem a Receita. Estamos fazendo um abaixo-assinado em favor do Cabral e contra a retaliação que ele recebeu", relatou Dourado. Ele revelou que não é a primeira vez que o secretário Rachid age dessa forma. O sindicato já entrou com vários processos contra ele pelo mesmo motivo.

Democracia

Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional Permanente das Carreiras de Estado (Fonacate), destacou que fatos como esses não podem acontecer em uma democracia. "O Fonacate se solidariza com o presidente da Unafisco e vai estudar medidas

jurídicas para protegê-lo e garantir o direito de voz", declarou.

Waltoedson Dourado, do Sindifisco-DE, lembra que existem controles internos que impedem abuso por parte dos auditores fiscais. Em 2016, por exemplo, foram aplicadas 78 penalidades a servidores do Fisco. Segundo ele, 66 foram expulsórias — 44, por corrupção. "A Corregedoria da Receita tem equipe treinada para comprovação de excessos ou ilícitos penais. É uma das mais eficientes do mundo", disse Dourado. Além disso, externamente, há controle do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Ministério Público Federal (MPF), relatou. Para Kleber Cabral, a discussão não é sobre poder. "Todos os acessos ao sistema são controlados. E deve ser mesmo dessa forma. Agora o que se quer é uma fiscalização efetiva para qualquer um de nós, inclusive para as celebridades", defendeu-se Cabral. (VB)



BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br

Janot e o tempo

Nos bastidores do julgamento do Supremo Tribunal Federal, ontem, comentava-se que, independentemente da troca do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em setembro, quem está na berlinda hoje continuará. Seja em Brasília, seja em Curitiba, a Lava-Jato e todos os seus desdobramentos já têm elementos suficientes para seguir seu rumo sem medo de substituições...

Em tempo: no Palácio do Planalto, essa sensação também existe. Porém, ali, trabalha-se hoje e "trabalhar-se-á, que é preciso baixar a poeira e buscar uma convivência pacífica entre os Poderes." O discurso bate justamente com o que têm dito os procuradores Raquel Dodge e Eitel Santiago, ambos no páreo para substituir Janot.



A ordem dos fatores

Deputados já traçaram o fim do semestre: se o procurador-geral Rodrigo Janot oferecer denúncia contra o presidente Michel Temer nos próximos dias, conforme previsto por procuradores, a tendência é votar logo esse tema e deixar o segundo semestre para as reformas. Se Janot oferecer denúncia apenas em julho, a Casa cancelará o recesso para analisar o pedido do procurador.

Vai caducar

Sabe aquela medida provisória que acabava com a desoneração de setores da economia? Pois é. Os congressistas vão deixar o texto perder a validade. Não é hora de mexer com isso. Pelo menos, enquanto estiver nessa batida mista, de crise política e econômica.

Se Fachin quer...

...Não serão os seus colegas de STF que vão tirá-lo da retórica do caso JBS. A delação também será mantida, porém, ressalvas virão. O STF vai deixar muito claro que delator mentiroso deve ter o benefício revisto, conforme prevê a lei. E Joesley, dizem alguns, se não contar tudo o que sabe de todos e omitir informações, estará nesse caso. Até aqui, comentam advogados, o empresário tem poupado Lula e o PT.

Hélio José e o Planalto

As reclamações do senador Hélio José sobre ter sido "retaliado" com demissões de seus apadrinhados no governo não incomodaram os inquilinos do Planalto. Ali, todos os ministros concordam que é preciso estar ciente da dor e das delícias de ser governo. Desde a República Velha, é assim que a banda toca.

CURTIDAS

Aristides Junqueira/ Primeiro procurador da República depois da Constituição de 1988, Aristides Junqueira falou ao CB.Poder sobre a situação atual, o mar de delações premiadas e o desfile de confissões que ele já classificou de "pornografia moral". Confira a íntegra em www.correio braziliense.com.br.

Estão todos bem/ Os shoppings e lojas de departamento não têm reclamado. Seus CEOs têm dito que o pior da crise econômica já passou, porém é preciso ficar atento para não perder essa curva ascendente.

PSDB na espera/ Enquanto o Supremo Tribunal Federal (STF) não definir o destino do senador Aécio Neves, a tendência é o PSDB adiar a sua Comissão Executiva. Afinal, o senador, embora afastado da Presidência e do mandato, tem tido todo o apoio do partido para se defender das acusações. Aliás, não faltaram visitas de solidariedade ao longo dos últimos dias.

Fundo partidário na corda bamba/

Políticos de diversos partidos se movimentam para aumentar os recursos do fundo partidário. Pelo menos um está contra essa maré. Tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) um projeto do senador Cristovam Buarque (foto) para acabar com esse benefício. O parlamentar considera que "os partidos devem ser custeados por contribuições de seus filiados e simpatizantes, e não com recursos públicos".



Foto: E. M. N. / O. S. P. / O. S. P.

Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br

São Paulo, quinta-feira, 22 de junho de 2017

Nº 23.963

Preço banca: R\$ 2,30

CGU evita prejuízo de R\$ 9 bilhões aos cofres públicos

Parceria com comunidade italiana revitaliza praças da capital paulista

Página 2

Procura por crédito sobe 7,2% no mês de maio, diz Serasa

Página 3

Vice-presidente equatoriano pede investigação sobre a Odebrecht no país

O vice-presidente do Equador, Jorge Glas, pediu na quarta-feira (21) que se investigue a presença histórica da Odebrecht no país e os supostos subornos da empresa, que ele acusou de ser "uma máfia organizada". Em discurso perante a Comissão de Controle na Assembleia Nacional, Glas pediu que "se examine tudo e a todos, não só agora". **Página 3**

Temer e Putin assinam acordos para incentivar comércio bilateral

Os governos brasileiro e russo assinaram na quarta-feira (21) uma série de acordos para desburocratizar e incentivar as relações comerciais entre os dois países, bem como favorecer a cooperação econômica, os investimentos e os diálogos bilaterais. Em discurso, Temer assumiu o compromisso de aproximar Mercosul e União Econômica Euro-Asiática. **Página 3**

Previsão do Tempo

Quinta: Sol com muitas nuvens durante o dia e períodos de céu nublado. Noite com muitas nuvens.



Fonte: Climatempo

DÓLAR	
Comercial	
Compra:	3,33
Venda:	3,33
Turismo	
Compra:	3,20
Venda:	3,47
EURO	
Compra:	3,71
Venda:	3,71
OURO	
Compra:	121,12
Venda:	139,33

STF: Dois ministros votam contra revisão da delação da JBS



Plenário do Supremo Tribunal Federal

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou na quarta-feira (21) contra a revisão dos termos do acordo de delação premiada da JBS. Com o voto do ministro, que também é contra a mudança de reator, o placar da votação está em 2 votos a favor da manutenção do acordo. Após o voto de Moraes, a sessão foi suspensa e será retomada hoje. **Página 4**

O Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) conseguiu evitar um prejuízo de R\$ 9,32 bilhões aos cofres públicos nos últimos doze meses. Além de suspensão de benefícios indevidos, o resultado se deve a ações de auditoria, fiscalização e revisão de regras de programas sociais. Segundo a CGU, o cancelamento de auxílios-doença e aposentadorias por invalidez por irregularidades gerou uma economia de R\$ 4,5 bilhões ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Também houve economia de R\$ 2,2 bilhões no Benefício de Prestação Continuada (BPC), R\$ 1,6 bilhão no Seguro-defeso do Pescador Artesanal e R\$ 1,02 bilhão no Bolsa Família. **Página 3**

Jucá lê relatório favorável à reforma trabalhista na CCJ do Senado

O relator da reforma trabalhista na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, senador Romero Jucá (PMDB-RR), leu na quarta-feira (21) seu relatório favorável à constitucionalidade da proposta. Após um longo debate com senadores de oposição, Jucá foi derrotado na intenção de ler os votos em separado ainda hoje para acelerar a votação da matéria na CCJ na próxima quarta-feira (28). **Página 4**

Rede UniCEU abre inscrições para cursos de graduação gratuitos

Estão abertas as inscrições para o vestibular dos cursos superiores gratuitos semipresenciais oferecidos pela UNIVESP – Universidade Virtual do Estado de São Paulo por meio da Rede UniCEU/UAB. A iniciativa é da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação com apoio da Secretaria Municipal de Educação (SME). **Página 2**

Relatório da PF aponta suposta ligação entre Pezão e esquema de Cabral

Relatório da Polícia Federal (PF), dirigido ao juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Criminal Federal, aponta supostas ligações do atual governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, com um dos réus da Operação Calicute, Luiz Carlos Bezerra. **Página 3**

Esporte

Suzukeiros terão experiências em contato com a natureza no passeio off-road

Neste fim de semana, dias 24 e 25 de junho, famílias e amigos têm encontro marcado com a diversão off-road. O distrito de Visconde de Mauá, em Resende, na divisa entre Rio de Janeiro e Minas Gerais, receberá os participantes do passeio Suzuki Day. Nesta edição, os Suzukeiros farão um percurso de aproximadamente 45km em meio a paisagens incríveis, subidas com erosões, pedras e travessia de riachos. A largada e a chegada serão em frente à Igreja de São Sebastião, ponto turístico de Visconde de Mauá. **Página 6**



New Vitara também pode participar

Matheus Leist encara novo desafio em Road America



Atual campeão da F-3 Inglesa, o gaúcho Matheus Leist vai encarar a quinta etapa da Indy Lights neste final de semana no circuito de Road America, em Elkhart Lake, nos Estados Unidos. O piloto brasileiro de 18 anos vem motivado por dois momentos inesquecíveis em sua carreira, que aconteceram nas últimas semanas: venceu as 100 Milhas de Indianapolis, prova preliminar das 500 Milhas, e realizou seu primeiro teste com um carro da Fórmula Indy após receber o convite da equipe Andretti. **Página 6**

Matheus Leist

2º Festival de Campos do Jordão será atração no mês de julho

O melhor do vôlei de praia masculino nacional estará reunido para o 2º Festival de Vôlei de Praia de Campos do Jordão. O evento acontecerá entre os dias 30 de junho e 7 de julho, com clínicas, qual e torneio principal, na quadras montadas no Tênis Clube, prometendo, mais uma vez, um elevado nível técnico. O vôlei paulista estará presente mais uma vez e brigará para conquistar o título. A programação começará com as clínicas, nos dias 30/6 e 1/7. **Página 6**

Adventure Camp 2017: inscrições para Brotas seguem abertas



Adventure Camp 2017

A cidade de Brotas será a sede da primeira etapa do Circuito Adventure Camp 2017. A competição, a principal corrida de aventura do país, acontecerá no dia 2 de julho, terá desafios de orientação, trekking, canoagem, mountain bike e técnicas verticais destinado a iniciantes, amadores e profissionais da corrida de aventura. **Página 6**

CESAR NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA (SP)

Governistas acabarão aprovando - possivelmente com audiências públicas e desmembramentos - projetos que disciplinam concessões e permissões de serviços, obras e bens públicos na Pauliceia Desvairada.

PREFEITURA (SP)

João Agripino da Costa Doria Junior (PSDB) e o vice Bruno Covas Lopes (PSDB) darão ao tesouro paulistano uma turbina-gem financeira como nunca antes, via privatizações; inclusive do complexo Pacaembu.

ASSEMBLEIA (SP)

Diário Oficial (Legislativo) tem publicado em entrevistas um pouco da história dos 94 deputados. Entre os de origem japonesa, destaque - edição do último dia 20 - pra Pedro 'Kaká' (ex-PTN / Podemos).

GOVERNO (SP)

Desde prefeito (1997) de Registro (SP) que o engenheiro, deputado federal (candidato à reeleição) e Chefe (Casa Civil) Samuel Moreira (PSDB) desconstruiu quem o achava 'servente', construindo 'pontes' políticas.

CONGRESSO

Medida provisória de Temer - 784/2017 - pode não rolar caso o ex-ministro Palocci (Fazenda de Lula e Dilma - PT) detone sua 'colaboração premiada' comprometendo bancos por prováveis crimes financeiros.

PRESIDÊNCIA

A Rússia de Putin não quer saber se carnes brasileiras são fracas, fortes, ou de 'famílias' tipo JBS. O Brasil de Temer (PMDB) idem, desde que as vendas devolvam ao menos 'miúdos' do maior roubo da civilização.

JUSTIÇAS

Pedido - constitucional - de 'impedimento' do ativista político Gilmar Mendes não vai dar em nada, porque os demais colegas podem se tornar a 'próxima vítima' por também julgarem e votarem politicamente.

PARTIDOS

Além de não haver reais novidades no cenário partidário pra eleição 2018, PMDB (ex-MDB) de Temer, PT de Lula e PSDB de FHC seguem com seus sócios majoritários. Já os menores seguem tendo seus donos.

HISTÓRIAS

Literatura bíblica (Jesus): "... do coração procedem maus pensamentos, homicídios, adultérios, furtos, falsos testemunhos e blasfêmias. São estas as coisas que contaminam os humanos ...". E o Brasil sequer existia.

EDITOR

O jornalista Cesar Neto publica esta coluna diária de política desde 1992. Ela foi se tornando referência e uma via das liberdades possíveis. Ele está dirigente na Associação dos Cronistas de Política (São Paulo - Brasil).

cesar.neto@mais.com

Poupatempo: Postos do Programa ampliam serviços com hora marcada

Para facilitar a vida de quem precisa resolver a documentação, algumas unidades do Poupatempo contam com atendimento marcado pela internet também para quem procura serviços para emissão da Carteira de Trabalho (CTPS), cadastro de emprego e seguro-desemprego.

O agendamento de data e horário para ser atendido já funciona com sucesso para quem, por exemplo, precisa tirar RG, CNH e Atestado de Antecedentes Criminais, pois garante que o cidadão não precise esperar e assim organize melhor o seu dia.

Além do benefício de maior conforto e menos espera para os usuários, o sistema de

agendamento também melhora as condições de trabalho para os colaboradores do Poupatempo e garante economia de recursos públicos para o governo, pois a demanda é distribuída de maneira uniforme durante o dia. Desta forma o Poupatempo evita sobrecarga em horários de pico e ociosidade nos demais horários.

As unidades que contam com a novidade são as das cidades de Americana, Andradina, Araras, Araçatuba, Araraquara, Assis, Avaré, Bauru, Campinas Centro, Campinas Shopping, Caraguatatuba, Cidade Ademar, Franca, Guarulhos, Itaquera, Jundiaí, Marília, Mogi das Cruzes, Piracicaba, Rio Claro, Santos, São Carlos, São José do Rio

Preto, Tatuí e Taubaté.

Outros canais

Para marcar dia e horário é muito fácil e o Poupatempo oferece diversos canais de informações à população. O usuário pode optar pelo portal na internet, pelo aplicativo no celular: SP Serviços (para iOS e Android), pelo disque Poupatempo: 0800 772 3633 – para telefones fixos – ou (11) 2930 3650 – para ligações de celulares e pelo Poupinha, o assistente virtual do Poupatempo, que está disponível no portal do Poupatempo (no canto inferior direito da tela) e também no Messenger, no Facebook.

Programa Poupatempo

Desde a inauguração do primeiro posto, em 1997, já pres-

tou mais de 541 milhões de atendimentos. Atualmente conta com 72 unidades fixas, em todas as regiões administrativas do Estado, além de um posto móvel. Juntas, as unidades atendem mais de 180 mil cidadãos por dia.

Em 2017, o Poupatempo foi eleito pelo terceiro ano consecutivo o ‘melhor serviço público de São Paulo’ pelo Instituto Datafolha. Em pesquisa anual de satisfação, o Poupatempo obteve 99% de aprovação dos usuários. A Prodesp, que administra o Poupatempo desde a sua criação, foi eleita em 2016 a ‘melhor indústria digital do Brasil’, no ranking Melhores & Maiores da revista Exame.

Etec Santa Ifigênia promove evento gastronômico gratuito neste sábado

Amantes de cozinha saudável poderão aprender até a fazer horta caseira em uma das 40 atividades previstas no evento

A Escola Técnica Estadual (Etec) Santa Ifigênia, na Capital, realiza seu primeiro evento de Gastronomia, o GastroEtec. Ao todo estão programadas mais de 40 atrações. Além de palestras, workshops, venda de livros com descontos, também terá convidados do universo gastronômico para debater o tema. O evento será no sábado (24), das 9h30 às 17h30, na própria Etec Santa Ifigênia.

As atividades são gratuitas, mas requer inscrição prévia. Para participar da programação é necessário cadastro pelo site GastroEtec. Visitantes que apenas queiram circular pela feira devem se identificar na recepção

com um documento com foto. Alunos da Etec também precisam efetuar inscrição e terão prioridade para as vagas.

Entre os palestrantes estão chefs como Juarez Campos e Cris Mota, campeã do programa “Hell’s Kitchen: Cozinha Sob Pressão”, do SBT. Temas como a glamourização da profissão na TV, tendências, empreendedorismo e emprego serão temas abordados.

Na praça de alimentação será possível comprar e degustar pratos que são tendência na cozinha contemporânea.

Já nos workshops, cozinheiros ensinarão receitas e técnicas para diferentes públicos. O chef Sérgio Mauro Zocchio falará

sobre fermentação natural na panificação. Haverá uma aula de hambúrgueres com o chef Sérgio Fávero, do St. Johns Pub. Em seguida, Marcella Izzo, do “açougue” vegano No Bones, ensina uma receita vegetariana na cozinha de demonstração. Amantes da cozinha saudável aprenderão a fazer uma horta em casa. Aulas sobre apreciação de cafés com especialista da rede Starbucks, degustação de azeites, vinhos e cervejas também fazem parte da programação.

A Etec Santa Ifigênia promove o evento GastroEtec, área que também oferece cursos, como de Cozinha, Hotelaria e Nutrição e Dietética.

Mão na massa

Os alunos da Etec participarão da organização do evento, do atendimento ao público e suporte aos cozinheiros convidados. Os visitantes poderão conhecer também os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) dos estudantes de Cozinha. As receitas produzidas pelos estudantes também poderão ser degustadas.

Serviço - 1ª GastroEtec

Onde: Etec Santa Ifigênia (Rua General Couto de Magalhães, 145 – Santa Ifigênia, Capital)

Quando: Sábado 24, das 9h30 às 17h30

Inscrições: Entrada gratuita e inscrição pelo site <http://www.gastroetec.com.br>

Prefeitura prorroga prazo para pagamento das parcelas de IPTU

Prazo foi estendido para munícipes que tiverem vencimento das parcelas entre os dias 14 e 29

Neste mês, a Secretaria Municipal da Fazenda de São Paulo estendeu o tempo de pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para os contribuintes que tiverem parcelas com vencimento entre os dias 14 e 29 de junho. O novo prazo foi estendido para o dia 30 de junho, sem nenhum acréscimo moratório. A prorrogação deve-se a problemas operacionais relaciona-

dos à impressão e postagem das documentações, impedindo que alguns boletos cheguem com antecedência aos seus destinatários.

Para efetuar o pagamento até o dia 30, os contribuintes terão a opção de imprimir uma segunda via gerada na web, acessando o próprio portal da Prefeitura (www.prefeitura.sp.gov.br/iptu), ou realizar o pagamento direta-

mente na rede bancária conveniada, usando o número do contribuinte (SQL) notificado no lançamento enviado no início do ano ou, ainda, das parcelas anteriores. Os contribuintes que aderirem ao débito automático não serão afetados, sendo debitados normalmente na data de vencimento original.

A rede conveniada à prefeitura para pagamento do IPTU

inclui o Banco do Brasil, Bradesco, Banco Itaú/Unibanco, Caixa Econômica Federal, Santander e Safra. Neste caso, o contribuinte não terá a necessidade de apresentar a segunda via, podendo realizar o procedimento utilizando somente o seu SQL nos terminais de atendimento, como caixas eletrônicos ou internet banking, por exemplo.

Parceria com comunidade italiana revitaliza praças da capital paulista

Empresários se reuniram para ajudar a recuperar três importantes praças da cidade: Praça Ramos Azevedo, Cidade de Milão e Imigrante Italiano

Uma parceria com empresários ligados à comunidade italiana irá recuperar três importantes espaços da cidade de São Paulo. As melhorias serão feitas nas praças Ramos de Azevedo, no Centro histórico da capital paulista, na Cidade de Milão, na Zona Sul, e na Imigrante Italiano, na Zona Oeste. As ações foram idealizadas pela Embaixada da Itália, pelo Consulado da Itália em São Paulo e pela Italian Trade Agency (ITA), que possibilitaram os contatos entre a Prefeitura e as empresas. O investimento total é de cerca de R\$ 5 milhões.

Participam da iniciativa as empresas e representantes da comunidade italiana local: Comolatti, Geodata, Luigi Bauducco, Pirelli, Sandra Papaiz, Prysman, Tim, Enel, Grupo Gavio, BCF Solutions, Graziella Matarazzo Leonetti, Andrea Matarazzo, GM Venture, IED, Colégio Dante Alighieri, Intesa Sanpaolo, Magnetti Marelli, Lia Bridelli, Azimut, Papaiz Participações, Tozzini Freire e Zaraplant. O prefeito João Doria ressalta a importância para a capital de parcerias com as empresas e se coloca à disposição de outros representantes da iniciativa privada que desejarem contribuir com a cidade.

“Estas são as empresas que fazem parte do programa de parceria Brasil-Itália. Desde o primeiro mês [de gestão] nós iniciamos os contatos com as comunidades internacionais sedi-

adas em São Paulo que representam as grandes correntes migratórias que ajudaram a fazer da capital uma cidade global. Por isso nós convidamos essas comunidades para cooperarem e ajudarem nos programas de recuperação urbana e social da cidade. É um grande prazer, sobretudo pra mim, de origem italiana, estar aqui celebrando esta ação com a comunidade italiana”, disse o prefeito João Doria.

Durante mais de meio século, os italianos foram responsáveis pela construção de grandes prédios e monumentos na cidade de São Paulo e agora desejam restaurar alguns desses ícones da cidade. Assim foi criado o projeto Italia Per San Paolo – Monumentando e Restaurando a Cidade.

“As ações são totalmente financiadas pela iniciativa privada, sem custos para a Prefeitura, de acordo com as regras e as leis vigentes. Bancadas por empresas que têm uma certa ligação com a Itália. É importante destacar, e esse é um trabalho quase que pioneiro, o Consulado, a Embaixada da Itália e a ITA (Italian Trade Agency). Por meio deles, nós conseguimos chegar nestas empresas, que estão contribuindo para fazer uma São Paulo melhor para toda população”, afirma o secretário municipal de Relações Internacionais, Julio Seron.

Praça Ramos de Azevedo

Com a iniciativa, será restaurado um dos mais importantes ícones arquitetônicos da cidade. A obra contém um rico conjunto escultórico, todo realizado na Itália e composto por elementos ligados a personagens das óperas de Carlos Gomes, cuja estátua figura no nível mais alto. Quase 100 anos depois de sua inauguração, novos elementos da comunidade italiana, que fez de São Paulo uma pequena Itália, devolverão aos paulistanos um de seus espaços mais ricos de história.

Serão investidos neste local R\$ 3,7 milhões para a reposição de pedras, troca de mármore, iluminação, troca dos bancos, instalação de wifi e novo paisagismo. A “Fonte dos Desejos - Glória”, presente da comunidade italiana à cidade de São Paulo e ao Brasil, por ocasião do primeiro centenário da independência, foi reativada após ter a bomba de água recuperada e os bicos que jorram água desentupidos. Agora ela será limpa, restaurada e receberá iluminação especial. A praça ficará pronta em dezembro.

Praça Cidade de Milão

A Praça Cidade de Milão, na Avenida República do Líbano, também será revitalizada. O projeto terá o investimento de R\$ 1,2 milhão. Entre as intervenções previstas estão a restauração de quatro monumentos, que são reproduções de esculturas de Michelangelo, e uma iluminação especial para cada um deles. A praça foi inaugurada em 1962

após as cidades de Milão e São Paulo se tornarem “cidades gêmeas” por meio de um acordo firmado naquele ano.

Como elemento central, a Praça possui uma fonte ladeada por réplicas de quatro estátuas do gênio renascentista Michelangelo. A fonte será restaurada, ganhando novo projeto luminotécnico e um novo entorno que convidará os pedestres a admirarem o espaço. O projeto tem autoria do Instituto Europeu de Design (IED) e a obra, que deverá ser concluída em outubro, será doada pela Pirelli, presente no Brasil desde 1929.

Praça do Imigrante Italiano

Localizada entre as avenidas Cidade Jardim e Nove de Julho, em Pinheiros, a Praça do Imigrante Italiano receberá restauração e reposição de pedras são tomé, limpeza de muretas, do piso e jardinagem. O monumento do artista Galileo Emendabili será restaurado e terá o mármore do pedestal trocado. Serão instalados novos refletores LED no perímetro da seringueira que ocupa o centro da praça e uma nova iluminação para o monumento.

A previsão de custos para a revitalização da praça é de cerca de R\$ 110 mil arcados por meio de um esforço conjunto entre Comolatti, Luigi Bauducco e Papaiz Participações. O local deve ser concluído já em agosto.



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA

CLIPPING

DEPUTADOS - 18ª LEGISLATURA

MESA DIRETORA

DEPUTADO CAUÊ MACRIS
PRESIDENTE

DEPUTADO LUIZ FERNANDO T. FERREIRA
1º SECRETÁRIO

DEPUTADO ESTEVAM GALVÃO
2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE

Secretário Geral de Administração
Joel Oliveira

Departamento de Comunicação:
Matheus Perez Granato

Gráfica:
Patrícia Yamamoto

Serviço de Fotomicrografia:
Julio Cesar Miranda Silva
Miguel Roberto Mahfuz

SELEÇÃO, LEITURA, DIAGRAMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO:

Antonio Carlos Galban Dias
Cláudia Valéria P. Neves
Márcia M. Yamamoto
Sérgio Kazuo Tanaka
Sonia Mariano

Fones: 3886 6010/6032/6033

Divisão de Imprensa

LEIA ESTE CLIPPING NA INTRANET

ABELARDO CAMARINHA
ADILSON ROSSI
AFONSO LOBATO
ALDO DEMARCHI
ALENCAR SANTANA BRAGA
ANA DO CARMO
ANALICE FERNANDES
ANDRÉ DO PRADO
ANDRÉ SOARES
ANTONIO SALIM CURIATI
BARBA
BARROS MUNHOZ
BETH SAHÃO
CAIO FRANÇA
CAMPOS MACHADO
CARLÃO PIGNATARI
CARLOS BEZERRA JÚNIOR
CARLOS CEZAR
CARLOS GIANNAZI
CARLOS NEDER
CÁSSIO DE CASTRO NAVARRO
CAUÊ MACRIS
CÉLIA LEÃO
CELINO CARDOSO
CELSO GIGLIO
CHICO SARDELLI
CLELIA GOMES
CORONEL CAMILO
CORONEL TELHADA
DAVI ZAIA
DELEGADO OLIM
ED THOMAS
EDMIR CHEDID
EDSON GIRIBONI
ÊNIO TATTO
ESTEVAM GALVÃO
FELICIANO FILHO
FERNANDO CAPEZ
FERNANDO CURY
GERALDO CRUZ
GIL LANCASTER
GILENO
GILMACI SANTOS
GILMAR GIMENES
HELIO NISHIMOTO
ITAMAR BORGES
JOÃO CARAMÉZ

JOÃO PAULO RILLO
JOOJI HATO
JORGE CARUSO
JORGE WILSON
JOSÉ AMÉRICO
JOSE ROBERTO APRILANTI JR.
JOSÉ ZICO PRADO
LECI BRANDÃO
LEO OLIVEIRA
LUIZ CARLOS GONDIM
LUIZ FERNANDO T. FERREIRA
LUIZ TURCO
MÁRCIA LIA
MÁRCIO CAMARGO
MARCO ANTONIO VINHOLI
MARCOS DAMASIO
MARCOS MARTINS
MARCOS ZEBINI
MARIA LUCIA AMARY
MARTA COSTA
MILTON LEITE FILHO
MILTON VIEIRA
ORLANDO BOLÇONE
PASTOR CELSO NASCIMENTO
PASTOR CEZINHA
PAULO CORREA JR
PEDRO KAKÁ
PEDRO TOBIAS
PROFESSOR AURIEL
RAFAEL SILVA
RAMALHO DA CONSTRUÇÃO
RAUL MARCELO
REINALDO ALGUZ
RICARDO MADALENA
RITA PASSOS
ROBERTO ENGLER
ROBERTO MASSAFERA
ROBERTO MORAIS
ROBERTO TRÍPOLI
RODRIGO MORAES
ROGÉRIO NOGUEIRA
ROQUE BARBIERE
SEBASTIÃO SANTOS
ULYSSES TASSINARI
VAZ DE LIMA
WELLINGTON MOURA
WELSON GASPARINI

